



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Presidência

Ao expediente

18/03/24

OFÍCIO N. 365/2024-PRES

Cuiabá-MT, 14 de março de 2024.

À Sua Excelência Senhor
EDUARDO BOTELHO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso

Assunto: Encaminha Relatório de Ação Governamental - RAG 2023.

16	LIDO
Em	Na Sessão da: 20 MAR 2024/20
	
	1º Secretário

Senhor Presidente,

Em atendimento ao disposto no artigo 42 da Lei 11.955/2022 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Ação Governamental, com a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos orçamentários, sob a responsabilidade do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso no ano de 2023, acompanhado do Parecer Técnico emitido pela Coordenadoria de Auditoria Interna deste Tribunal de Justiça.

Atenciosamente,

(assinado digitalmente)

Desembargadora **CLARICE CLAUDINO DA SILVA**
Presidenta do Tribunal de Justiça - Biênio 2023/2024

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso PRESIDÊNCIA PROTOCOLO
Recebi em: <u>18/03/24</u> Horário: <u>08:44</u>
Ass: <u>Emilly Gomes</u>



Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi submetido para assinatura eletrônica, na plataforma de assinaturas do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

Para assegurar a autenticidade e validar as assinaturas, recomendamos o uso do aplicativo TodoJud, disponível para download em seu dispositivo móvel através da Google Play Store ou da Apple App Store.



Código verificador - AD:E9D30000-DD1D-F62D-1993-08DC4485B7A5



**CLARICE CLAUDINO DA
SILVA**

Assinado em 14/03/2024 20:20:39

2023 2024



Relatório de Ação Governamental – RAG

Parecer Técnico

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
FUNAJURIS
EXERCÍCIO 2023

MARÇO 2024



PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE MATO GROSSO

RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL - RAG 2023 -

Cuiabá-MT
Janeiro/2024

SUMÁRIO

1. O QUE É RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL (RAG)	3
2. METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DO RAG	4
2.1. ANÁLISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA.....	4
2.2. RÉGUA DE PARÂMETROS.....	4
2.3. FLUXO DE ELABORAÇÃO DO RAG:.....	5
2.4. ETAPAS DE PREENCHIMENTO DO RAG:.....	5
3. LISTA DE RESPONSÁVEIS PELAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO EXERCÍCIO 2023	8
4. ATIVIDADES REALIZADAS NOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS	9
4.1. PROGRAMA 399 – ANÁLISE DA META FÍSICA.....	11
4.2. PROGRAMA 399 – ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA.....	12
4.3. PAOE 1436.....	14
4.4. PAOE 1437.....	17
4.5. PAOE 3234.....	21
4.6. PAOE 3235.....	25
4.7. PAOE 3236.....	29
4.8. PROGRAMA 400 – ANÁLISE DA META FÍSICA.....	31
4.9. PROGRAMA 400 – ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA.....	31
4.10. PAOE 2237.....	34
4.11. PAOE 3239.....	37
4.12. PAOE 4071.....	39
4.13. PAOE 4072.....	43
4.14. PROGRAMA 401 – ANÁLISE DA META FÍSICA.....	45
4.15. PROGRAMA 401 – ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA.....	45
4.16. PAOE 3240.....	47
4.17. PAOE 3241.....	50
4.18. PAOE 3242.....	54
4.19. PROGRAMA 529 – ANÁLISE DA META FÍSICA.....	56
4.20. PROGRAMA 529 – ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA.....	56
4.21. PAOE 1506.....	58
4.22. PAOE 3233.....	62
4.23. PAOE 3237.....	66
5. ATIVIDADES REALIZADAS NOS PROGRAMAS DE MANUTENÇÃO	68
5.1. PROGRAMAS 036 E 996 (UO 03.601) – ANÁLISE DA META FÍSICA.....	72
5.2. PROGRAMAS 036 E 996 (UO 03.601) – ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA.....	73
5.3. PROGRAMAS 036, 996 E 997 (UO 03.101) – ANÁLISE DA META FÍSICA.....	78
5.4. PROGRAMAS 036, 996 E 997 (UO 03.101) – ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA.....	78
6. ANEXOS – FIP 613 (FIPLAN)	79

1. O QUE É RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL (RAG)

O Relatório da Ação Governamental – RAG é uma avaliação do desempenho dos programas e das ações (Projetos/Atividades/Operações Especiais – PAOE) estruturados no Plano Plurianual – PPA 2020-2023 (planejamento de médio prazo) e operacionalizados anualmente conforme Leis Orçamentárias Anuais – LOAs (planejamento de curto prazo).

A avaliação anual é parte fundamental do modelo de gestão do PPA e tem como objetivo contribuir para o alcance dos resultados inicialmente previstos nos programas, na busca do aperfeiçoamento contínuo da gestão desses programas e da alocação de recursos no orçamento do Estado, de modo a aprimorar a qualidade do gasto público.

As informações e as recomendações resultantes da avaliação serão consolidadas no RAG 2023 e encaminhadas à Assembleia Legislativa de Mato Grosso e órgãos de controle interno e externo.

Nesse sentido, a avaliação constitui um instrumento para subsidiar a Assembleia Legislativa no processo de apreciação dos projetos de leis que fundamentam a execução do plano plurianual e dos orçamentos anuais, além de assegurar o fornecimento de dados e informações úteis para a tomada de decisão, os quais poderão ser utilizados pela Administração do Poder Judiciário de Mato Grosso - PJMT como parte integrante da gestão de seus programas, com vistas à obtenção de melhores resultados na alocação dos recursos.

Para avaliar um programa ou uma ação é necessário definir com clareza, ainda na fase de elaboração, quais serão as metodologias e os instrumentos utilizados para monitorar, avaliar e, conseqüentemente, gerir o programa.

Dessa forma, é de fundamental importância a qualidade da informação prestada, de modo que proporcione à sociedade um entendimento claro e objetivo da implementação da política de gestão do PJMT e da execução dos programas, assegurando o princípio da transparência na Administração Pública, com a demonstração de como os recursos foram aplicados e quais os produtos e serviços foram disponibilizados à sociedade mato-grossense.

2. METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DO RAG

2.1. Análise qualitativa e quantitativa

A elaboração do RAG 2023 é realizada de análises e avaliações dos programas e ações orçamentárias, no tocante à quantidade e qualidade.

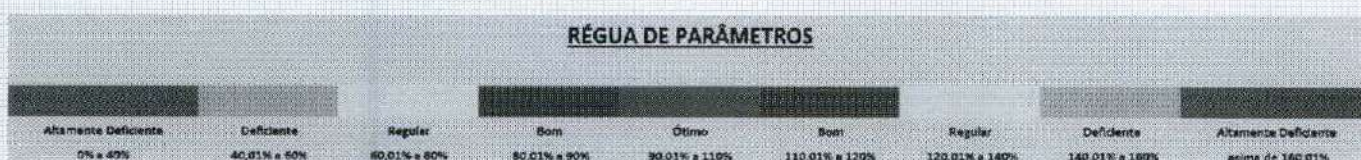
Na análise quantitativa, os dados numéricos são interpretados com base nos valores demonstrados no exercício, de maneira a obter um diagnóstico preciso com o conjunto de informações, com a avaliação da realização do orçamento em relação ao previsto na lei orçamentária e ajustado após os créditos suplementares.

De outro lado, a análise qualitativa permite a contextualização das ocorrências relevantes nos programas e ações, visando melhores resultados, sem, contudo, avaliar valores, pois os dados não são numéricos.

2.2. Régua de Parâmetros

Com base em metodologia desenvolvida pela Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP, busca-se avaliar a eficiência e eficácia dos resultados finais da despesa orçamentária/financeira e da meta física.

A Régua de Parâmetros busca medir todos os resultados alcançados nos programas e ações, com vistas à manutenção de um padrão de registros da evolução da gestão:



A régua traz os seguintes parâmetros para medir o grau de desempenho alcançado na realização/execução do planejamento do órgão:

- ✓ **ÓTIMO**, se atingir a faixa de 90,01% a 110%;
- ✓ **BOM**, se atingir a faixa entre 80,01% e 90%, ou ainda, a faixa entre 110,01% e 120%;
- ✓ **REGULAR**, se atingir a faixa entre 60,01% e 80%, ou ainda, a faixa entre 120,01% e 140%;
- ✓ **DEFICIENTE**, se atingir a faixa entre 40,01% e 60%, ou ainda, a faixa entre 140,01% e 160%;
- ✓ **ALTAMENTE DEFICIENTE**, se atingir a faixa entre 0% e 40%, ou ainda, acima de 160%.

Portanto, quanto mais próximo dos 100%, melhor será o desempenho alcançado, e quando mais distante, pior o desempenho.

2.3. Fluxo de Elaboração do RAG:

Conforme estabelecido pelo Art. 42 da Lei nº 11.955, de 09/12/2022 (LDO 2023), parágrafos 1º ao 4º, cada Poder (Executivo, Legislativo e Judiciário) elaborará o relatório de avaliação de resultados referente aos programas sob sua responsabilidade e fará o encaminhamento aos órgãos de controle interno e externo.

Em cumprimento a essa determinação do Governo do Estado foi elaborado o fluxo interno para a construção do Relatório da Ação Governamental, que deve ser analisado pela Coordenadoria de Auditoria Interna, que apresentará o Parecer a ser apreciado pela Presidência do PJMT e submetido ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) e à Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT).

2.4. Etapas de preenchimento do RAG:

A elaboração do Relatório da Ação Governamental (RAG 2023) do Poder Judiciário de Mato Grosso foi dividida em duas etapas que contemplam a análise quantitativa e qualitativa do orçamento. Essas quatro etapas serão construídas para a análise das Ações/PAOEs e os Programas Orçamentários.

2.4.1. Primeira Etapa: Análise da Meta Física.

A meta física é a quantidade que se deseja entregar de determinado produto (bem ou serviço), em consonância com os recursos alocados na respectiva ação. Para que a quantificação seja de fácil monitoramento, deve-se associar ao produto uma unidade de medida adequada à sua natureza.

A meta física foi estabelecida no período de elaboração do Plano Plurianual (PPA 2020-2023) e segue a régua de parâmetros da Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP, para análise do desempenho das Ações Orçamentárias.

Quando a meta física foi alcançada exatamente como planejado a régua de parâmetros identifica que a meta está no seu nível ótimo (100%). Caso a meta ficou abaixo ou acima do planejado, a metodologia entende que a meta se afasta do seu nível ótimo, chegando a ter, nos casos extremos, um desempenho altamente deficiente, considerando o afastamento do valor planejado.

2.4.2. Segunda Etapa: Análise Orçamentária.

Nessa etapa também se utiliza a régua de parâmetros para a análise de desempenho, no entanto, dessa vez a análise é orçamentária, visando o planejamento e a execução do orçamento. Será

analisado a Capacidade de Planejar, através do indicador de Planejamento e Programação da Despesa (PPD) e a Capacidade de Executar, através do indicador de Capacidade Operacional Financeira da Despesa (COFD).

Importante trazer, para essa análise, alguns conceitos básicos do orçamento:

- Dotação Inicial: apresenta os valores orçados previstos na LOA/PTA, relativos a cada fonte orçamentária;
- Dotação Final: apresenta a dotação orçamentária ajustada após os créditos orçamentários realizados durante o exercício financeiro em análise;
- Valor empenhado: apresenta o valor do orçamento comprometido com os credores dos órgãos para liquidação dos compromissos assumidos.
- Após a breve conceituação devemos nos ater a análise dos indicadores, conforme segue:

PPD – Planejamento e Programação da Despesa (Capacidade de Planejar): através desse indicador o órgão consegue verificar se o responsável pela Ação está conseguindo realizar uma efetiva projeção das despesas, ou seja, se a previsão orçamentária apresentada no PTA foi realizada corretamente. Quanto mais próximo o valor empenhado está da dotação inicial do orçamento daquela Ação ou Programa Orçamentário melhor o índice apresentado na régua de parâmetros. Quanto mais distante (a maior ou a menor) o valor empenhado está em relação a dotação inicial pior será o resultado do índice; sendo que o nível ótimo com indicador de 100% só ocorre quando o valor empenhado é igual a dotação inicial.

A fórmula desse indicador é:

$$\text{PPD} = \text{Valor empenhado} / \text{Dotação Inicial}$$

Na análise do PPD é importante responder:

- Se as dotações autorizadas no PTA foram suficientes, e se os recursos inicialmente previstos traduziram a real necessidade da Ação Orçamentária;
- Se diante dos recursos inicialmente disponibilizados e os resultados apresentados a área conseguiu o desempenho próximo ou igual ao planejado inicial (PTA) para a Ação em análise;
- Por fim, é importante informar, se caso a ação não foi executada ou foi executada parcialmente, quais os motivos para esse resultado. Caso o recurso tenha sido transferido, para que Ação Orçamentária e para o atendimento de qual atividade.

COFD – Capacidade Operacional Financeira da Despesa (Capacidade de Executar): através do resultado do COFD podemos verificar o quanto as áreas estão executando os recursos orçados, ou seja, como está a capacidade do órgão quanto à sua gestão financeira. Quanto mais próximo o valor empenhado está da dotação final do orçamento daquela Ação ou Programa Orçamentário melhor o índice apresentado na régua de parâmetros. Quanto mais distante (a maior ou a menor) o valor empenhado está em relação a dotação final pior será o resultado do índice; sendo que o nível ótimo com indicador de 100% só ocorre quando o valor empenhado é igual a dotação final (ver relação de desempenho no item 2.2.).

A fórmula desse indicador é:

$$\text{COFD} = \text{Valor empenhado/Dotação Final}$$

Na análise do COFD é importante responder:

- Se os recursos disponibilizados ao longo do exercício (considerando os créditos orçamentários) foram compatíveis com a programação estabelecida;
- Se foram realizadas todas as entregas previstas para a ação em análise, se houve a necessidade de créditos adicionais e para que atividades e entregas os créditos foram utilizados;
- Quanto as entregas realizadas com o crédito adicional, elas estavam previstas inicialmente ou foram planejadas e incorporadas durante o ano?
- Os recursos adicionais solicitados foram totalmente disponibilizados?
- Importante relatar ainda as dificuldades encontradas para a execução do orçamento, considerando, entre outras coisas, licitações, celebração de contrato, aspectos administrativos e burocráticos, aspectos financeiros e orçamentários.

3. LISTA DE RESPONSÁVEIS PELAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO EXERCÍCIO 2023

UO 03.101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA		
AÇÃO	RESPONSÁVEL	APOIO CO-RESPONSÁVEL
PROGRAMA 036 - APOIO ADMINISTRATIVO		
2007 - Manutenção de serviços administrativos gerais	Bruna Thaisa Dias Penachioni Ivoglo	
2008 - Remuneração de pessoal ativo do Estado e encargos sociais	Karine de Moraes Giacomeli Lima	Fernanda Machado Gnaspini Ferreira
4491 - Pagamento de verbas indenizatórias a servidores estaduais	Karine de Moraes Giacomeli Lima	Fernanda Machado Gnaspini Ferreira
PROGRAMA 996 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTRAS		
8002 - Recolhimento do PIS-PASEP e pagamento do abono	Ilman Rondon Lopes	
8010 - Indenizações e restituições	Salma Catarina Barbato Paiva	
PROGRAMA 997 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO ESTADO		
8001 - Pagamento de aposentadorias e pensões - servidores civis	Karine de Moraes Giacomeli Lima	Fernanda Machado Gnaspini Ferreira
8040 - Recolhimento de encargos e obrigações previdenciárias de inativos e pensionistas	Karine de Moraes Giacomeli Lima	Fernanda Machado Gnaspini Ferreira

UO 03.601 - FUNAJURIS		
AÇÃO	RESPONSÁVEL	APOIO CO-RESPONSÁVEL
PROGRAMA 036 - APOIO ADMINISTRATIVO		
2005 - Manutenção e conservação de bens imóveis	Roberto Cyriaco da Silva	
2006 - Manutenção de serviços de transportes	Roberto Cyriaco da Silva	
2007 - Manutenção de serviços administrativos gerais	Bruna Thaisa Dias Penachioni Ivoglo	
2010 - Manutenção de órgãos colegiados	Salma Catarina Barbato Paiva	
4491 - Pagamento de verbas indenizatórias a servidores estaduais	Karine de Moraes Giacomeli Lima	Fernanda Machado Gnaspini Ferreira
2009 - Manutenção de ações de informática	Thomás Augusto Caetano	
2014 - Publicidade institucional e propaganda	Ranniery Wanrhawtt Azeredo de Queiroz	
PROGRAMA 399 - APRIMORAMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL		
1436 - Aprimoramento da prestação jurisdicional nos juizados	Marcelo Sebastiao Prado De Moraes	Rosa Inês Lara
1437 - Instalação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania	Cristiane Padim da Silva	Joao Gualberto Nogueira Neto
3234 - Aprimoramento da prestação jurisdicional no 1º grau de jurisdição	Flávio de Paiva Pinto	Maria Jose F. Lima Shimakawa
3235 - Aprimoramento da prestação jurisdicional no 2º grau de jurisdição	Rosemeire Santini Pincerato	Ananda Souza Duarte
3236 - Aprimoramento da Justiça da Infância e da Juventude	Tulio Dualibi Alves Souza	Wanderleia da Silva Dias
PROGRAMA 400 - GESTÃO ESTRATÉGICA COM PESSOAS		
2237 - Valorização de magistrados e servidores do PJ - Bem Viver	Karine de Moraes Giacomeli Lima	Fernanda Machado Gnaspini Ferreira
3239 - Implementação da gestão estratégica com pessoas	Karine de Moraes Giacomeli Lima	Fernanda Machado Gnaspini Ferreira
4071 - Capacitação permanente de magistrados da 1ª e 2ª Inst. - ESMAGIS	Frederico Mauro Venega Cosso	Miron Fernandes Dias
4072 - Capacitação permanente de servidores da 1ª e 2ª Inst. - ESCOLA DOS SERVIDORES	Andrea Marcondes Alves Sousa	Danielle Zark Borges
PROGRAMA 401 - GOVERNANÇA E GESTÃO PARA RESULTADOS		
3240 - Transformação e melhoria dos processos de trabalho	Afonso Vitorino Maciel	
3241 - Transformação da Governança	Afonso Vitorino Maciel	
3242 - Reestruturação da Arquitetura Organizacional	Euzeni Paiva de Paula	
PROGRAMA 529 - APRIMORAMENTO E SUPORTE DA GESTÃO ORGANIZACIONAL		
1506 - Ampliação das ações de sustentabilidade	Viviane Brito Rebello	Vera Lícia de Arimatéia Silva
3233 - Inovação Tecnológica	Thomás Augusto Caetano	Radames Da Silva As
3237 - Melhoria nas edificações	Roberto Cyriaco da Silva	Nathalia Zanotto Teixeira
PROGRAMA 996 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTRAS		
8002 - Recolhimento do PIS-PASEP e pagamento do abono	Ilman Rondon Lopes	
8010 - Indenizações e restituições	Ilman Rondon Lopes	

ÁREA RESPONSÁVEL	RESPONSÁVEL	APOIO CO-RESPONSÁVEL
DIRETORA GERAL	Euzeni Paiva de Paula	Fernanda Silveira Cintra
VICE-DIRETORA GERAL	Claudenice Dejany Farias de Costa	Angela Matis
COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA	Wellington Corrêa	Ana Cláudia Infantino Maciel

**4. ATIVIDADES REALIZADAS NOS PROGRAMAS
FINALÍSTICOS**

UO responsável	03601 - Fundo de Apoio ao Judiciário (FUNAJURIS)
Eixo Estratégico	Atuação dos demais Poderes e Órgãos Autônomos
Objetivo do Estado	Assegurar a satisfação do jurisdicionado e a confiabilidade da sociedade em relação ao Poder Judiciário de Mato Grosso.
Programa	399 - Aprimoramento da prestação jurisdicional no Poder Judiciário
Tipo de programa	Finalístico
Gestor do programa	EUZENI PAIVA DE PAULA
Objetivos do programa	Implantar mecanismos inovadores e alinhados com as melhores práticas para aprimorar a prestação jurisdicional estadual, fomentando o aumento do índice de conciliação pré-processual e processual, assim como da redução do tempo médio de tramitação.

META FÍSICA

Indicador	Unidade Medida	Meta PPA 2020-2023	Meta 2020	Resultado 2020	Meta 2021	Resultado 2021	Meta 2022	Resultado 2022	Meta 2023	Resultado 2023
Índice de Conciliação Pré-processual	Percentual	87,00%	87,00%	NA	87,00%	62,92%	87,00%	60,92%	87,00%	17,35%
Taxa de Congestionamento Geral	Percentual	62,43%	63,77%	64,74%	63,33%	63,97%	62,88%	60,59%	62,43%	58,26%
Tempo médio de tramitação de processos pendentes	Dia	963	1133	1402	1077	1378	1020	1258	963	1020

PAOE	Produto	Unidade de Medida	Metas Físicas 2020-2023	Resultado 2023
1436 - Aprimoramento da prestação jurisdicional nos juizados	Taxa de congestionamento reduzida	Percentual	43,10%	46,12%
1437 - Instalação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania	Centro judiciário instalado	Unidade	20 centros	1 centro
3234 - Aprimoramento da prestação jurisdicional no 1º grau de jurisdição	Taxa de congestionamento reduzida	Percentual	63,10%	58,29%
	Índice de atendimento à demanda ampliado	Percentual	125,30%	103,97%
	Tempo médio de tramitação dos processos pendentes	Dias	996	1041
3235 - Aprimoramento da prestação jurisdicional no 2º grau de jurisdição	Tempo médio de tramitação dos processos pendentes	Dias	178	228
	Taxa de congestionamento reduzida	Percentual	47,60%	34,88%
3236 - Aprimoramento da Justiça da Infância e da Juventude	Taxa de congestionamento reduzida	Percentual	60,00%	52,73%

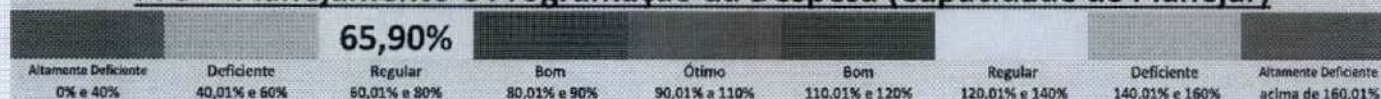
* NA (Não aferido/apurado) - verifica-se que à época não área responsável não tinha um sistema para a apuração do indicador. O sistema foi implementado a partir do final de 2020, o que possibilitou o controle da meta estabelecida a partir de 2021.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

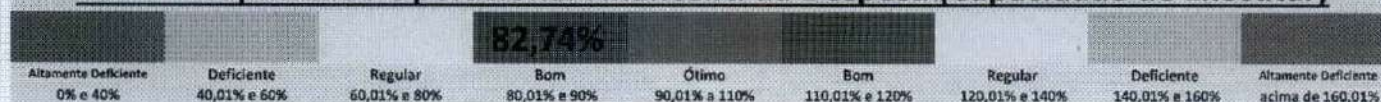
PAOE	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
1436 - Aprimoramento da prestação jurisdicional nos juizados	R\$15.172.000,00	R\$12.372.000,00	R\$10.287.817,01	67,81%	83,15%
1437 - Instalação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania	R\$9.176.000,00	R\$7.376.000,00	R\$5.923.810,37	64,56%	80,31%
3234 - Aprimoramento da prestação jurisdicional no 1º grau de jurisdição	R\$34.876.000,00	R\$27.026.000,00	R\$22.945.924,77	65,79%	84,90%
3235 - Aprimoramento da prestação jurisdicional no 2º grau de jurisdição	R\$1.715.000,00	R\$1.715.000,00	R\$1.143.361,57	66,67%	66,67%
3236 - Aprimoramento da Justiça da Infância e da Juventude	R\$220.000,00	R\$220.000,00	R\$3.326,82	1,51%	1,51%
399 - Aprimoramento da prestação jurisdicional no Poder Judiciário	R\$61.159.000,00	R\$48.709.000,00	R\$40.304.240,54	65,90%	82,74%

Fonte: FIPLAN MTI 17/01/2024 14:43

PPD – Planejamento e Programação da Despesa (Capacidade de Planejar)



COFD – Capacidade Operacional Financeira da Despesa (Capacidade de Executar)



4.1. PROGRAMA 399 – Análise da Meta Física

Diversas ações foram realizadas durante o exercício de 2023, com o intuito de alcançar as metas estabelecidas no Programa Orçamentário 399 – Aprimoramento da prestação jurisdicional.

Se relacionam ao objetivo implantar mecanismos inovadores para a melhoria da prestação jurisdicional no PJMT, os indicadores voltados à redução da taxa de congestionamento, à redução do tempo de tramitação dos processos e ao aumento de audiências de conciliação, visando este último, a redução da judicialização e do tempo de tramitação.

Esse programa possui 3 indicadores: Índice de Conciliação Pré-processual, Taxa de Congestionamento Geral e Tempo médio de tramitação de processos pendentes.

O indicador Índice de Conciliação Pré-processual tem o propósito de mensurar os acordos e as sessões conciliações pré-processuais e processuais realizadas no Poder Judiciário, e como pode-se observar, o resultado atingido em 2023 foi de **17,35%**. No primeiro grau de jurisdição o que colaborou com a redução da taxa de congestionamento foi a realização do Projeto das Pautas Concentradas e o Projeto Mês da Conciliação com o intuito de promover a realização das audiências de conciliação. No segundo grau contribuiu com o resultado através da transformação das duas Turmas Recursais Temporárias em Permanentes e o Credenciamento de Juízes Leigos.

O indicador Taxa de Congestionamento Geral vem caindo com o passar dos anos e no ano de 2023 o Poder Judiciário obteve como resultado **58,26%** o que representa uma excelente melhoria. Os fatores mais relevantes para esse resultado foram das criações dos Núcleos instituídos pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), Núcleos da Justiça 4.0, ou seja, Núcleo de Justiça Digital dos Juizados Especiais, Núcleo de Atuação Estratégica.

O indicador Tempo médio de tramitação de processos pendentes atingiu o resultado de **1020 dias**. O Projeto Corregedoria Participativa, com a realização de visitas em 27 Comarcas do Estado, contribuiu com esse resultado. Nas visitas foi ministrada a palestra “Gestão de Gabinete” e através de dinâmicas com magistrados e servidores foram apresentadas as boas práticas de gestão de gabinetes, de

atendimento de metas e da importância de acompanhar os indicadores e resultados das unidades e da Comarca.

4.2. PROGRAMA 399 – Análise Orçamentária

Durante o exercício financeiro de 2023 foi disponibilizado inicialmente, no Plano de Trabalho Anual – PTA 2023, um orçamento total de R\$61.159.000,00 tendo o Programa 399 - Aprimoramento da prestação jurisdicional no Poder Judiciário atingido um desempenho de **65,90% (REGULAR)** no que tange à capacidade de planejar, representado pelo indicador de Planejamento e Programação da Despesa (PPD).

Em razão de remanejamento dos recursos para o atendimento de outras demandas, em especial, ao acréscimo dos contratos de prestação continuada e aquisições de material de consumo e permanente, o exercício foi encerrado com R\$48.709.000,00. Essa medida contribuiu para o bom desempenho da execução orçamentária, com o atingimento de **82,74% (BOM)** no indicador da COFD – Capacidade Operacional Financeira da Despesa.

PROGRAMA – 399

APRIMORAMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO PODER JUDICIÁRIO

PAOE 1436 - Aprimoramento da prestação jurisdicional nos juizados

Responsável:	Luis Aparecido Bortolussi Junior
Objetivo Específico:	Garantir a prestação jurisdicional com simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, de forma a atender aos anseios da sociedade, considerando-se a competência dos juizados especiais.

QUADRO DA EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO

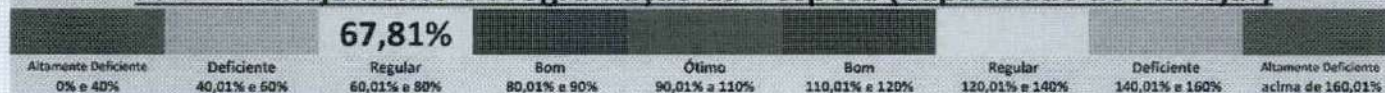
PRODUTO	Unidade de Medida	Metas Físicas PPA 2020-2023	Exercício	META	RESULTADO	Desemp. Final(%)
Taxa de congestionamento reduzida (%)	Percentual	43,10%	2020	44,40%	45,35%	102,14%
			2021	43,90%	40,87%	93,10%
			2022	43,50%	38,78%	89,15%
			2023	43,10%	46,12%	107,01%

QUADRO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DA AÇÃO

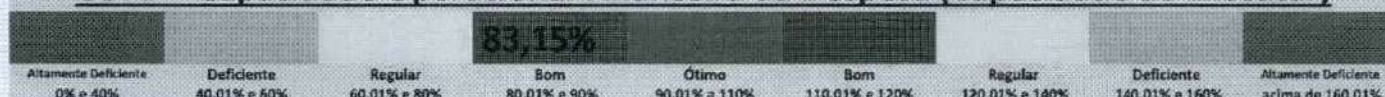
Exercício	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
2020	R\$11.351.044,00	R\$11.351.044,00	R\$7.066.459,57	62,25%	62,25%
2021	R\$11.819.846,00	R\$8.819.846,00	R\$7.263.627,58	61,45%	82,36%
2022	R\$13.030.000,00	R\$11.280.000,00	R\$8.766.034,26	67,28%	77,71%
2023	R\$15.172.000,00	R\$12.372.000,00	R\$10.287.817,01	67,81%	83,15%

Fonte: FIPLAN MTI 17/01/2024 14:43

PPD – Planejamento e Programação da Despesa (Capacidade de Planejar)



COFD – Capacidade Operacional Financeira da Despesa (Capacidade de Executar)



4.3. PAOE 1436

PRIMEIRA ETAPA – Análise da Meta Física

Meta PPA para 2023: Taxa de congestionamento reduzida - 43,10%

Resultado alcançado: 46,12% (107,01%)

Transformação das duas Turmas Recursais Temporárias em Permanentes, Proposição nº 1/2023, de autoria conjunta da Presidência, da Vice-Presidência, Corregedoria-Geral da Justiça e o Presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, aprovada pelo Órgão Especial em 23/02/2023 e, posteriormente, por meio de Lei Complementar nº 758, de 18/04/2023 (criação das 2ª e 3ª Turmas Recursais e 12 doze cargos de Juízes de Direito a elas vinculados), e Lei Ordinária nº 12.081, de 18/04/2023, (criação de cargos de assessoria de gabinetes), com o objetivo de reduzir a taxa de congestionamento no Judiciário.

Realização do Processo Seletivo para Credenciamento de Juízes Leigos, bem como Capacitação dos mesmos, cujo projeto foi realizado em parceria do Departamento de Apoio aos Juizados Especiais (DAJE) da Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ) e o Conselho de Supervisão dos Juizados (CSJE), com a finalidade de dar continuidade aos credenciamentos dos Juízes Leigos e visando ao aprimoramento dos conhecimentos desses profissionais na busca da resolução do conflito com qualidade, a fim de alcançar melhorias na prestação jurisdicional e cumprimento das metas estabelecidas.

A realização do Projeto das Pautas Concentradas, com o objetivo de ampliar o número de empresas participantes e atingir cada vez mais pessoas que precisam de soluções para seus conflitos atingiu o índice de 18,60% de acordos, enquanto nas pautas comuns a média é de 4,59%. Resultando em cerca de 4 vezes mais do que o número de acordos normalmente efetuados.

Foi realizado também o Projeto Mês da Conciliação, no mês de maio, com o intuito de reduzir o tempo de espera para a realização das audiências de conciliação dos processos em tramitação na Secretaria Unificada dos Juizados Especiais, que atende os Juizados Especiais Cíveis do Jardim Glória e Cristo Rei (Comarca de Várzea Grande) e os Juizados Especiais Cíveis sediados no Complexo Maruanã (1º, 2º, 4º e 6º Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Cuiabá).

Outros fatores que contribuíram com a redução da taxa de congestionamento foram as criações dos Núcleos instituídos pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), Núcleos da Justiça 4.0, ou seja, Núcleo de Justiça Digital dos Juizados Especiais, Núcleo de Atuação Estratégica, entre outras ações que trouxeram maior celeridade na prestação jurisdicional.

Assim, a taxa de congestionamento foi reduzida em **46,12%**, representando 107,01% do atingimento da meta fixada para 2023.

SEGUNDA ETAPA – Análise orçamentária
Dotação Inicial: R\$15.172.000,00
Dotação Final: R\$12.372.000,00
Empenhado: R\$10.287.817,01
PPD (Capacidade de Planejar): 67,81% - REGULAR
COFD (Capacidade de Executar): 83,15% - BOM

O aprimoramento da prestação jurisdicional nos Juizados Especiais foi realizado por meio dos pagamentos correspondentes às despesas com locação dos imóveis onde estavam instalados os Juizados Especiais, mais precisamente: Complexo Miranda Reis, Complexo Maruanã, JECRIM – Juizado Especial Criminal, JUVAM – Juizado Especial Volante Ambiental e VEMA – Vara Especializada do Meio Ambiente, todos situados em Cuiabá, e Jardim Glória, em Várzea Grande, bem como, tarifas públicas, cuja demanda foi estimada na elaboração do PTA 2023.

A partir do mês de outubro, com a transferência dos Juizados Especiais para o Juizado Unificado de Cuiabá, Des. José Silveiro Gomes, nova sede localizada no Centro Político Administrativo próximo ao Fórum da Capital, cujo objetivo é de garantir praticidade, eficiência e comodidade ao cidadão, os serviços ofertados pelos Juizados Especial foram reunidos em um único espaço físico, resultando na rescisão dos contratos de locações dos antigos Complexos dos Juizados e consequente sobra desses recursos, o que contribuiu para as adequações na nova sede.

Ainda, os magistrados que jurisdicionam em juizados especiais participaram dos dois encontros do Fórum Nacional dos Juizados Especiais FONAJE realizados em 2023, sendo o primeiro realizado no mês de maio, no Tribunal de Florianópolis - SC, e o segundo no final do mês de novembro e início de dezembro, no Tribunal de Belo Horizonte - MG.

O Planejamento e Programação da Despesa registrado foi de **67,81% (REGULAR)**. Parte do recurso, que não foi utilizado, foi disponibilizado para atender as despesas de manutenção predial das Comarcas, o valor anulado foi de R\$2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais), UO 03601, o que contribuiu para o atingimento de **83,15% (BOM)** na Capacidade de Executar a despesa.

O objetivo da ação foi alcançado com sucesso, uma vez que os serviços de aprimoramento da prestação jurisdicional nos juizados foram realizados durante o exercício, possibilitando o suporte e a melhoria na prestação jurisdicional e o alcance dos objetivos da ação tendo, inclusive, diminuído a taxa de congestionamento dos processos em trâmite nos Juizados Especiais.

PAOE 1437 - Instalação dos centros judiciários de solução de conflitos e cidadania

Responsável:	Cristiane Padim da Silva
Objetivo Específico:	Estimular a conciliação/mediação no estado de Mato Grosso com o objetivo da desjudicialização e da redução da taxa de congestionamento, contribuindo com a pacificação social.

QUADRO DA EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO

PRODUTO	Unidade de Medida	Metas Físicas PPA 2020-2023	Exercício	META	RESULTADO	Desemp. Final(%)
Centro judiciário instalado (unidades)	Unidade	20 Centros	2020	5	2	40,00%
			2021	5	3	60,00%
			2022	5	1	20,00%
			2023	5	1	20,00%

QUADRO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DA AÇÃO

Exercício	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
2020	R\$6.803.940,00	R\$6.803.940,00	R\$3.163.094,11	46,49%	46,49%
2021	R\$6.641.490,00	R\$3.291.490,00	R\$2.859.976,02	43,06%	86,89%
2022	R\$7.039.100,00	R\$4.939.100,00	R\$4.552.218,85	64,67%	92,17%
2023	R\$9.176.000,00	R\$7.376.000,00	R\$5.923.810,37	64,56%	80,31%

Fonte: FIPLAN MTI 17/01/2024 14:43

PPD – Planejamento e Programação da Despesa (Capacidade de Planejar)

		64,56%							
Altamente Deficiente 0% e 40%	Deficiente 40,01% e 60%	Regular 60,01% e 80%	Bom 80,01% e 90%	Ótimo 90,01% e 110%	Bom 110,01% e 120%	Regular 120,01% e 140%	Deficiente 140,01% e 160%	Altamente Deficiente acima de 160,01%	

COFD – Capacidade Operacional Financeira da Despesa (Capacidade de Executar)

		80,31%							
Altamente Deficiente 0% e 40%	Deficiente 40,01% e 60%	Regular 60,01% e 80%	Bom 80,01% e 90%	Ótimo 90,01% e 110%	Bom 110,01% e 120%	Regular 120,01% e 140%	Deficiente 140,01% e 160%	Altamente Deficiente acima de 160,01%	

4.4. PAOE 1437

PRIMEIRA ETAPA – Análise da Meta Física
Meta PPA para 2023: Centro judiciário instalado – 5 Centro;
Resultado alcançado: 1 Centro (20,00%)

Na elaboração do PPA 2020/2023, foi idealizada a instalação de Cejuscs como ferramenta ideal para aumento da pacificação social e promoção da cultura da paz, além de aumentar a quantidade de acordos promovidos no Judiciário. Todavia, a administração do Nupemec tem aprimorado a visão e atuado em demais frentes, haja vista que, durante o quadriênio percebeu-se a necessidade de separação do Nupemec em duas diferentes unidades dentro do PJMT, sendo cada um deles responsável para atuar na promoção da paz com vieses diferentes.

O primeiro, Nupemec – Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, na autocomposição processual/pré-processual e formação de mediadores/conciliadores judiciais. Já o segundo, Nugjur – Núcleo Gestor da Justiça Restaurativa, na atuação através de círculos de construção de paz e formação de facilitadores.

Assim, no exercício de 2023 foi instalado **1 Centro** para contribuir com os objetivos do Poder Judiciário na pacificação social.

SEGUNDA ETAPA – Análise orçamentária
Dotação Inicial: R\$9.176.000,00
Dotação Final: R\$7.376.000,00
Empenhado: R\$5.923.810,37
PPD (Capacidade de Planejar): 64,56% - REGULAR
COFD (Capacidade de Executar): 80,31% - BOM

As dotações orçamentárias do PAOE 1437 foram organizadas de forma a promover o pagamento de diárias para a participação de eventos/congressos/fóruns acerca da autocomposição, treinamento dos gestores de Cejuscs do estado de Mato Grosso, remuneração dos conciliadores credenciados, promoção de capacitações e pagamento mensalidade de imóvel locado. Desta forma, não faltaram recursos para o que foi planejado no ano de 2023.

Entretanto, vale ressaltar que, apesar dos esforços da equipe e da Administração do PJMT, não foi possível promover o início da remuneração dos mediadores judiciais em 2023, fator que é decisivo para a maior promoção da utilização das ferramentas de autocomposição nos Centros Judiciários (Cejuscs) já instalados, principalmente em casos mais complexos, como aqueles que versam sobre conflitos

fundiários, recuperação judicial, direito público e família. Diante disso, a capacidade de planejar e executar a fração do orçamento ficou sensivelmente comprometida. Tendo o planejamento ocorrido previamente à separação departamental, aglutinamos as informações acerca da execução orçamentária das unidades.

A execução orçamentária alcançou o percentual de **64,56% (REGULAR)**, demonstrando assim a capacidade regular na gestão financeira dos recursos mesmo diante de necessidade de mudanças no que foi planejado, a citar a impossibilidade de realizar o credenciamento de mediadores judiciais durante o ano de 2023. Diante da necessidade de readequação orçamentária, optou-se pela ampliação das capacitações e eventos afetos à atuação dos Núcleos, resultando no COFD de **80,31% (BOM)**, tendo ocorrido da seguinte forma:

1) Dando sequência ao objetivo predeterminado para o quadriênio, encerramos o ano de 2023 com a instalação de mais um Cejusc temático: Cejusc de apoio para Conflitos Oriundos do Superendividamento. Ele foi instalado em setembro de 2023 e já possui Juíza Coordenadora devidamente designada. Dando sequência ao já executado teremos mais frentes de atuação para o pleno funcionamento da unidade.

2) Optou-se por fornecer capacitações aos colaboradores (mediadores, conciliadores, servidores) para que estejam mais atualizados e tenham mais ferramentas para promover acordos. Não apenas isso, mas também foi fornecida formação ao público externo, como ferramenta para difundir a autocomposição de conflitos e formar novos mediadores e conciliadores judiciais para atuar no PJMT.

- ✓ Capacitação em Mediação de Conflitos Fundiários Coletivos para mediadores judiciais e membros da Comissão Regional de Soluções Fundiárias do Poder Judiciário de Mato Grosso. A gestão busca promover a capacitação constante dos mediadores judiciais para que possam ser cada vez mais bem-sucedidos na promoção da autocomposição para resolução de conflitos oriundos dos trabalhos da Comissão Regional de Soluções Fundiárias do Poder Judiciário de Mato Grosso.
- ✓ Curso de Formação de cerca de 92 (noventa e dois) novos mediadores e/ou conciliadores judiciais, aplicado por instrutoria interna, com previsão de pagamento de 800 (oitocentas) Horas-aulas na modalidade virtual - Plataforma Microsoft Teams. A formação ataca um dos principais focos da atuação do Núcleo: garantir mão de obra qualificada para servir como facilitador da autocomposição para resolução de conflitos no ambiente do PJMT.
- ✓ Contratação, por inexigibilidade de licitação, do curso de Formação Continuada de Facilitadores na Metodologia dos Círculos de Construção de Paz, na modalidade presencial, com carga horária 12 h/aula, nos dias 21 e 22/09/2023, a ser realizado no

Tribunal de Justiça - Auditório Gervásio Leite, para 200 servidores lotados no Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso. Com mais de 200 participantes provenientes de diversas regiões do estado, o evento "Formação Continuada de Facilitadores na Metodologia dos Círculos de Construção de Paz" alcançou com sucesso seus objetivos. A iniciativa foi eficaz em fortalecer as capacidades dos facilitadores, proporcionando-lhes uma base sólida na metodologia dos Círculos de Construção de Paz ao reunir profissionais engajados em todo o processo, o evento desempenhou um papel crucial no aprimoramento das habilidades necessárias para atuar na promoção da pacificação social. O impacto abrangente do encontro reflete-se não apenas na participação expressiva, mas também na contribuição significativa para o avanço das práticas restaurativas fomentadas por meio do Poder Judiciário.

- ✓ Capacitação denominada Formação de Formadores a até 40 (quarenta) participantes dentre os servidores do PJMT. Foi promovido o treinamento dos instrutores em mediação e conciliação judicial formados pelo Nupemec, tendo viés de reciclagem e melhoria contínua para a formação de novos mediadores e conciliadores judiciais que foram e continuarão sendo promovidas pelo Nupemec.

3) Contratação, por inexigibilidade de licitação, de empresa para realização do 1º Encontro de Nupemecs da Região Centro-Oeste. O evento foi realizado no formato de imersão, que aconteceu na pousada Penhasco, na cidade de Chapada dos Guimarães em Mato Grosso, nos dias 05 e 06 de outubro de 2023. O 1º Encontro contou com mais de 100 (cem) participantes entre magistrados e servidores que atuam em Nupemecs/Cejuscs do Brasil. Além disso, contou com uma programação voltada ao compartilhamento de conhecimento promovido pelos membros de Nupemecs da Região Centro-Oeste e com palestras por autoridades na autocomposição de conflitos.

4) Foi dada a sequência na ampliação de uma rede de apoio da autocomposição para desenvolver fluxos e facilitar acordos a serem realizados nos Cejuscs, através de Termos de Cooperação e Parcerias. Essa rede de apoio abarca Instituições Governamentais, OAB, e grandes empresas como Oi, Vivo, Energisa, Faculdades, Igrejas, Bancos;

5) Execução da remuneração dos conciliadores credenciados, que são terceiros facilitadores da autocomposição. Contratados por processo seletivo de tempo determinado para atuar em processos e reclamações pré-processuais.

PAOE 3234 - Aprimoramento da prestação jurisdicional no 1º grau de jurisdição

Responsável:	Flávio de Paiva Pinto
Objetivo Específico:	Implantar mecanismos inovadores alinhados com as melhores práticas, como inteligência artificial, análise de dados, processo eletrônico totalmente implementado para aprimorar a prestação jurisdicional, reduzindo a taxa de congestionamento no 1º grau de jurisdição.

QUADRO DA EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO

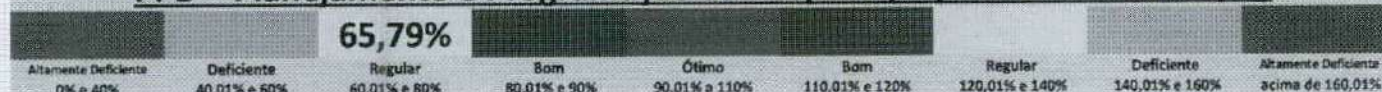
PRODUTO	Unidade de Medida	Metas Físicas PPA 2020-2023	Exercício	META	RESULTADO	Desemp. Final(%)
Taxa de congestionamento reduzida (%)	Percentual	63,10%	2020	65,00%	66,53%	102,35%
			2021	64,30%	65,63%	102,07%
			2022	63,70%	62,25%	97,72%
			2023	63,10%	58,29%	92,38%
Índice de atendimento à demanda ampliado (%)	Percentual	125,30%	2020	124,70%	118,91%	95,36%
			2021	124,90%	111,82%	89,53%
			2022	125,10%	120,07%	95,98%
			2023	125,30%	103,97%	82,98%
Tempo médio de tramitação de processos pendentes (dias)	Dias	996	2020	1162	1434	123,41%
			2021	1104	1471	133,24%
			2022	1049	1299	123,83%
			2023	996	1041	104,52%

QUADRO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DA AÇÃO

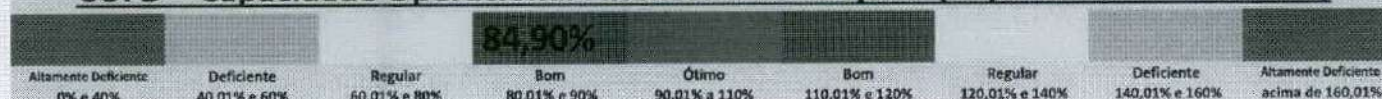
Exercício	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
2020	R\$19.116.023,00	R\$19.116.023,00	R\$14.283.877,47	74,72%	74,72%
2021	R\$19.941.663,00	R\$15.441.663,00	R\$14.761.538,88	74,02%	95,60%
2022	R\$26.369.000,00	R\$20.419.000,00	R\$18.926.225,87	71,77%	92,69%
2023	R\$34.876.000,00	R\$27.026.000,00	R\$22.945.924,77	65,79%	84,90%

Fonte: FIPLAN MTI 17/01/2024 14:43

PPD – Planejamento e Programação da Despesa (Capacidade de Planejar)



COFD – Capacidade Operacional Financeira da Despesa (Capacidade de Executar)



4.5. PAOE 3234

PRIMEIRA ETAPA – Análise da Meta Física

Meta PPA para 2023: Taxa de congestionamento reduzida – 63,10%;

Resultado alcançado: 58,29% (92,38%)

Meta PPA para 2023: Índice de atendimento à demanda ampliado – 125,30%

Resultado alcançado: 103,97% (82,98%)

Meta PPA para 2023: Tempo médio de tramitação de processos pendentes – 996 dias

Resultado alcançado: 1041 dias (104,52%)

Essa ação orçamentária é voltada para atender as metas físicas: Redução de taxa de congestionamento, Tempo médio de tramitação de processos pendentes e Índice e atendimento a demanda, alcançando os resultados de **58,29%, 103,97% e 1041 dias** respectivamente.

Em 2023, a Corregedoria-Geral da Justiça realizou diversas ações com intuito de atender as metas físicas, tais como Correições presenciais em 135 Unidades, regimes de exceções, Inspeções em presídios e centro socioeducativos, campanhas Pauta Concentrada, Mês da conciliação, Mutirão DPVAT, Mutirão Mais juris.

A Evolução das Categorias dos Núcleos de Justiça 4.0 para tipo 2 e 3, com a criação do Núcleo de afastamentos e substituições legais (NAS) e Ampliação dos postos avançados de atendimento digital – PAAD.

Foi executada a primeira fase do Projeto Corregedoria Participativa, com a realização de visitas em 27 Comarcas do Estado, abrangendo principalmente comarcas que não são sede de polos judiciais e orientando e atuando na movimentação processual, no atendimento aos servidores, magistrados e atendimento ao jurisdicionado e instituições. Nas visitas, foi ministrada a palestra “Gestão de Gabinete” e, através de dinâmicas com magistrados e servidores, foram apresentadas as boas práticas de gestão de gabinetes, de atendimento de metas e da importância de acompanhar os indicadores e resultados das unidades e da Comarca.

Durante as visitas do projeto Corregedoria Participativa, foram realizadas visitas às Casas de acolhimento, as redes de proteção a violência doméstica, a Polícia Militar e a Patrulha Maria da Penha e a polícia civil.

Para atender ao Processo Participativo do CNJ e ações de cidadania que estimulam a participação da Sociedade, foram realizadas em 2023: Duas audiências Públicas em regime híbrido, Programa Pai Presente, ampliado o Projeto Busca Ativa com a criação e lançamento do Instagram da CEJA, Publicação do Portal da CEJA, Aprimoramento processual da adoção, programa Padrinhos, Semana da Adoção, Campanha Entrega Legal, campanha do dia das crianças em parcerias com outras entidades

Foram desenvolvidas soluções de melhoria e automação dos fluxos do Pje, Implantação de Data Literacy para o 1º Grau, desenvolvida e Implantada a Reengenharia do Processo e Extração de dados para DATAJUD e a Gestão da Qualificação de dados processuais do 1º Grau, Referente as ferramentas de inteligência artificial houve a Implantação do Piloto Sistema de Apresentação Remota por Reconhecimento Facial – SAREF na comarca de Sorriso, iniciada a implantação da ferramenta Mandamus para Oficiais de Justiça.

Na Ferramenta de BI – OMNI que possibilita o monitoramento remoto do desempenho de cada unidade judiciária foram realizadas: Ampliação do escopo do Painel de Produtividade contemplando os seguintes painéis: Painel de Produtividade de Magistrados, Painel de Produtividade de Juízes Substitutos, Painel de Produtividade de assessores e Painel de Produtividade de servidores do PJMT

Foi desenvolvido o Painel de Gestão de Tempos Processuais, Painel DATAJUD Compliance (Evolução Incluindo os artigos relacionados aos Tempos), Painel Conciliar é Legal (NUPEMEC); Melhorias no Painel Estratégico 2023; Painel de Réu Preso / População Carcerária e implementado melhorias no Painel de Gestão de Metas Nacionais da CCJ para o ano 2023.

Em relação ao Foro Extrajudicial, ocorreu a expansão dos serviços dos cartórios Mato-Grossenses através dos escritórios de cidadania, na capital e nas cidades do interior do Estado. Também foi realizada a Semana Nacional de Regularização Fundiária – Solo Seguro, com realização de seminários e entrega de 8134 títulos de imóveis do Estado em parceria com instituições envolvidas na regularização fundiária e elaborado o Plano Estratégico de Regularização fundiária.

Foi realizada a Semana Nacional do Registro Civil – Registre-se, consolidando 1463 atendimentos, emissão de 755 certidões e expedição de 404 carteiras de identidade nacional; Capacitações para Delegatários, interinos e servidores referentes a matérias do Foro Extrajudicial e Capacitação LGPD do Foro Extrajudicial, além de diversas capacitações para magistrados, servidores, oficiais de justiça e credenciados.

Os resultados foram positivos, oportunidade em que o Poder Judiciário de Mato Grosso registrou a menor taxa de congestionamento bruta da série histórica no Primeiro Grau de jurisdição, sendo que as metas e diretrizes do conselho Nacional de Justiça (CNJ) foram permanentemente monitoradas e tratadas e, pela primeira vez, todas as metas Nacionais do CNJ foram atingidas pelo Primeiro grau de jurisdição, o que contribuiu para entrega mais célere da prestação jurisdicional.

Ocorreram dificuldades no preenchimento de vagas de credenciados tais como: atraso na realização do processo seletivo para credenciamento de contadores, demora no trâmite do processo seletivo realizado pelas comarcas, algumas comarcas não demandaram processo seletivo para o cumprimento de vagas e em outras comarcas do interior que houve abertura de processo seletivo, não houveram inscritos,

pois algumas cidades não possuem profissionais que atendam as vagas ofertadas, como psicólogos e assistentes sociais.

SEGUNDA ETAPA – Análise orçamentária

Dotação Inicial: R\$34.876.000,00

Dotação Final: R\$27.026.000,00

Empenhado: R\$22.945.924,77

PPD (Capacidade de Planejar): 65,79% - REGULAR

COFD (Capacidade de Executar): 84,90% - BOM

Os recursos previstos no PTA 2023 foram suficientes e não houve necessidade de créditos adicionais para atender as necessidades previstas da Corregedoria-Geral da Justiça, sendo que os recursos disponibilizados durante o ano foram suficientes para realização das ações previstas.

Para o exercício de 2023, foram planejados orçamento para pagamentos de credenciados (considerando conciliadores, assistentes sociais, psicólogos, contadores, e técnicos em contabilidade), serviços que mantem a prestação jurisdicional e são responsáveis pela maior parte do orçamento previsto. Além desses itens, foram planejados recursos para pagamento de diárias, tradutores, interpretes, horas extras, coffee breack e outros projetos da Corregedoria-Geral da Justiça.

Ocorreram dificuldades no preenchimento das vagas de credenciados, e os recursos planejados para o exercício de 2023 não foram utilizados na sua totalidade, gerando uma sobra de orçamento de R\$7.850.000,00, remanejados para atender despesas com Verbas indenizatórias e contratos diversos.

Assim, foi atingido **65,79% (REGULAR)** na capacidade de planejar e **84,90% (BOM)** na capacidade de executar o orçamento de 2023.

PAOE 3235 - Aprimoramento da prestação jurisdicional no 2º grau de jurisdição

Responsável:	Rosemeire Santini Pincerato
Objetivo Específico:	Implantar mecanismos inovadores e alinhados com as melhores práticas, como inteligência artificial e análise de dados, para aprimorar a prestação jurisdicional de 2º grau de jurisdição.

QUADRO DA EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO

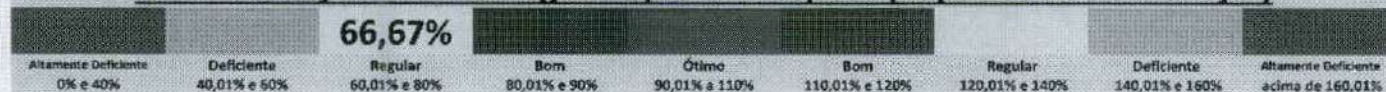
PRODUTO	Unidade de Medida	Metas Físicas PPA 2020-2023	Exercício	META	RESULTADO	Desemp. Final(%)
Tempo médio de tramitação de processos pendentes	Dias	178,00	2020	245	609	248,57%
			2021	220	265	120,45%
			2022	198	241	121,72%
			2023	178	228	128,09%
Taxa de congestionamento reduzida	Percentual	47,60%	2020	49,05%	36,24%	73,88%
			2021	48,56%	37,62%	77,47%
			2022	48,08%	38,13%	79,31%
			2023	47,60%	34,88%	73,28%

QUADRO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DA AÇÃO

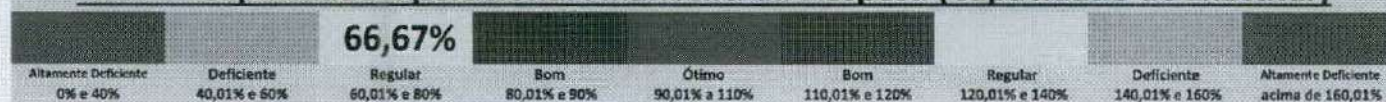
Exercício	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
2020	R\$1.530.000,00	R\$1.530.000,00	R\$1.381.906,94	90,32%	90,32%
2021	R\$1.591.000,00	R\$1.591.000,00	R\$1.437.739,43	90,37%	90,37%
2022	R\$1.637.450,00	R\$2.162.450,00	R\$1.909.700,54	116,63%	88,31%
2023	R\$1.715.000,00	R\$1.715.000,00	R\$1.143.361,57	66,67%	66,67%

Fonte: FIPLAN MTI 17/01/2024 14:43

PPD – Planejamento e Programação da Despesa (Capacidade de Planejar)



COFD – Capacidade Operacional Financeira da Despesa (Capacidade de Executar)



4.6. PAOE 3235

PRIMEIRA ETAPA – Análise da Meta Física

Meta PPA para 2023: Tempo médio de tramitação de processos pendentes – 178 dias

Resultado alcançado: 228 dias (128,09%)

Meta PPA para 2023: Taxa de congestionamento reduzida – 47,60%

Resultado alcançado: 34,88% (73,28%)

A meta física estabelecida para a taxa de congestionamento líquida não apenas foi atingida, mas superada, evidenciando uma performance acima do esperado, no percentual de **34,88%**. Em contrapartida, a meta do tempo geral de tramitação dos processos quase foi atingida, assim como o menor tempo médio dos processos pendentes em tramitação, assim, desconsiderando os processos sobrestados, resultou a marca de **228 dias**. Esses resultados promissores são atribuídos ao sucesso de implementação dos seguintes projetos:

1 - Aplicação do Modelo de Trabalho Baseado em 'Business Intelligence'.

- ✓ Desenvolvimento de um sistema eficiente e integrado baseado em Business Intelligence (BI) para otimizar as operações judiciárias.
- ✓ Integração de ferramentas avançadas de análise de dados, proporcionando uma abordagem mais estratégica na tomada de decisões no âmbito judicial.
- ✓ Capacitação de profissionais para o uso eficaz do novo modelo de trabalho.
- ✓ Desenvolvimento e implementação de um fluxo de trabalho centrado nas pessoas e orientado para resultados.
- ✓ Foco na capacitação e engajamento dos colaboradores, visando a maximização da eficiência operacional.
- ✓ Introdução de práticas inovadoras para otimizar a gestão de recursos humanos e promover um ambiente de trabalho mais produtivo e motivador.

2 - Reformulação dos Painéis de Inteligência de Dados:

- ✓ Redesenho e aprimoramento dos painéis de inteligência de dados, visando proporcionar uma visualização mais clara e acessível das informações relevantes.
- ✓ Introdução de métricas-chave e indicadores de desempenho para facilitar a monitorização do andamento dos processos judiciais.
- ✓ Implementação de recursos interativos para uma análise mais aprofundada por parte dos usuários.

3 - Reformulação dos Relatórios Mensais:

- ✓ Restruturação completa dos relatórios mensais, tornando-os mais concisos, informativos e de fácil interpretação.
- ✓ Inclusão de análises aprofundadas sobre os principais eventos e tendências observadas no período.

SEGUNDA ETAPA – Análise orçamentária

Dotação Inicial: R\$1.715.000,00

Dotação Final: R\$1.715.000,00

Empenhado: R\$1.143.361,57

PPD (Capacidade de Planejar): 66,67% - REGULAR

COFD (Capacidade de Executar): 66,67% - REGULAR

O PAOE 3235 é parte do programa que busca implantar mecanismos inovadores e alinhados com as melhoras práticas, como inteligência artificial, análise de dados e aprimorar a prestação jurisdicional de 2º grau de jurisdição. O exercício de 2023 teve como dotação inicial e final o valor de R\$1.715.000,00 dos quais R\$1.143.361,57 foram empenhados, resultando no percentual **66,67% (REGULAR)** em PPD e COFD.

Com o compromisso voltado para a promoção da inovação e inclusão no âmbito da Coordenadoria Judiciária, a maior parcela do orçamento foi destinada para a contratação de um intérprete de Libras (Língua Brasileira de Sinais) com o propósito de enriquecer as sessões de julgamento, audiências e eventos promovidos por esta instância judiciária. A presente decisão reflete o comprometimento com a acessibilidade e igualdade de oportunidades para todos os cidadãos.

A inclusão de um intérprete de Libras durante as atividades judiciais tem por objetivo principal proporcionar acesso pleno à justiça a todas as pessoas, reconhecendo a importância de garantir que o sistema judiciário seja acessível a todos os cidadãos, a presença de um intérprete de Libras visa superar barreiras comunicacionais, assegurando que todos os participantes compreendam e sejam compreendidos de maneira eficaz.

A contratação do intérprete de Libras reforça o compromisso com a diversidade e inclusão, valores fundamentais para uma administração judiciária moderna e progressista, o que enriquece a qualidade e a eficácia dos procedimentos, fortalecendo a confiança da comunidade na justiça.

Entre as complexidades enfrentadas durante a execução do orçamento, destacam-se as provenientes dos procedimentos licitatórios, cujos desafios resultaram em uma inexecução parcial do orçamento inicialmente disponibilizado.

Assim, ressalta-se o comprometimento da administração em buscar soluções eficazes diante das adversidades e de usar das experiências adquiridas nesse processo, a fim de contribuir para o

aprimoramento contínuo das práticas orçamentárias e de gestão, fortalecendo a capacidade de enfrentamento de desafios futuros.

PAOE 3236 - Aprimoramento das ações de infância e juventude

Responsável:	Tulio Duailibi Alves Souza
Objetivo Específico:	Priorizar a Justiça da Infância e da Juventude no Estado Mato Grosso, mediante a padronização de ações e rotinas, capacitação continuada aos magistrados e servidores do PJMT, e atuar na integração com os atores do Sistema de Proteção da Infância e da Juventude.

QUADRO DA EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO

PRODUTO	Unidade de Medida	Metas Físicas PPA 2020-2023	Exercício	META	RESULTADO	Desemp. Final(%)
Taxa de congestionamento reduzida	Percentual	60,00%	2020	63,98%	67,60%	105,66%
			2021	62,65%	56,11%	89,56%
			2022	61,33%	57,89%	94,39%
			2023	60,00%	52,73%	87,88%

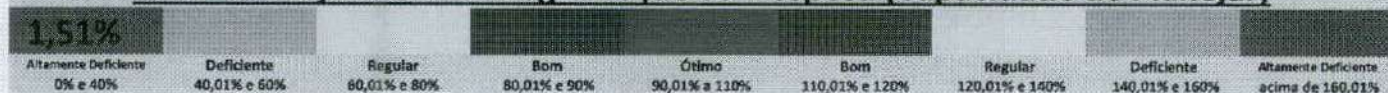
Nota: Taxa de Congestionamento Bruta em dez/2023

QUADRO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DA AÇÃO

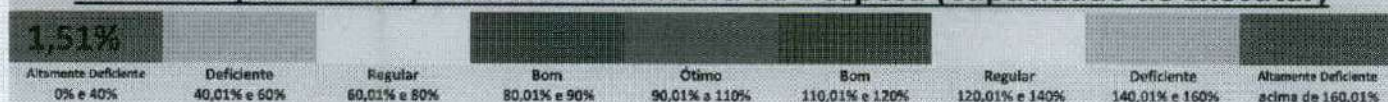
Exercício	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
2020	R\$463.000,00	R\$463.000,00	R\$0,00	0,00%	0,00%
2021	R\$270.000,00	R\$50.000,00	R\$0,00	0,00%	0,00%
2022	R\$220.000,00	R\$220.000,00	R\$154.409,37	70,19%	70,19%
2023	R\$220.000,00	R\$220.000,00	R\$3.326,82	1,51%	1,51%

Fonte: FIPLAN MTI 17/01/2024 14:43

PPD – Planejamento e Programação da Despesa (Capacidade de Planejar)



COFD – Capacidade Operacional Financeira da Despesa (Capacidade de Executar)



4.7. PAOE 3236

PRIMEIRA ETAPA – Análise da Meta Física

Meta PPA para 2023: Taxa de congestionamento reduzida – 60%

Resultado alcançado: 52,73% (87,88%)

Buscando atender as metas estipuladas pelo CNJ para melhora na taxa de congestionamento, foram propiciadas a Magistrados e Servidores capacitações e treinamentos para que pudessem obter celeridade com eficiência na tramitação processual, com isso ofertando às partes interessadas a satisfação processual almejada.

No ano de 2023 foi estruturado o projeto “Núcleo de Atendimento Integrado” em conjunto com o Grupo de Monitoramento e Fiscalização (GMF), visando a celeridade no atendimento do adolescente em conflito com a lei, em cumprimento ao Eixo 2 do Programa Fazendo Justiça, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e apoiadores para ações específicas, incluindo a Secretaria Nacional de Políticas Penais, para acelerar transformações no campo da privação de liberdade.

Em cumprimento à Lei 13.431/2017 agilizou-se andamentos específicos para oitiva das crianças e adolescentes vítimas de violência, bem como as testemunhas, com isso, evitando a revitimização. Ocorreu o aumento de processos sentenciados, e com isso, foram atendidas as metas assinaladas pelo CNJ, aumentando o número de processos impulsionados. Por seu caráter abrangente, o programa está alinhado a diversos objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas, em especial, o Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes. Essas ações contribuíram alcançar o resultado de **52,73%** na redução da taxa de congestionamento em 2023.

SEGUNDA ETAPA – Análise orçamentária

Dotação Inicial: R\$220.000,00

Dotação Final: R\$220.000,00

Empenhado: R\$3.326,82

PPD (Capacidade de Planejar): 1,51% - ALTAMENTE DEFICIENTE

COFD (Capacidade de Executar): 1,51% - ALTAMENTE DEFICIENTE

O resultado de **1,51% (ALTAMENTE DEFICIENTE)** no PPD e COFD se deve porque foram realizados seminários, oficinas para servidores e magistrados, pagamento de diárias e passagens para participação, utilizando também a Ação 2007 - Manutenção de serviços administrativos gerais, foram confeccionadas camisetas e materiais gráficos para atender campanhas e projetos, e as parcerias com outros departamentos do Tribunal de Justiça.

UO responsável	03601 - Fundo de Apoio ao Judiciário (FUNAJURIS)
Eixo Estratégico	Atuação dos demais Poderes e Órgãos Autônomos
Objetivo do Estado	Assegurar a satisfação do jurisdicionado e a confiabilidade da sociedade em relação ao Poder Judiciário de Mato Grosso.
Programa	400 - Gestão estratégica com pessoas no Poder Judiciário
Tipo de programa	Gestão
Gestor do programa	EUZENI PAIVA DE PAULA
Objetivos do programa	Melhorar o grau de satisfação do colaborador com o ambiente de trabalho, visando os impactos que este bem-estar pode trazer aos resultados positivos da organização.

META FÍSICA

Indicador	Unidade Medida	Meta PPA 2020-2023	Meta 2020	Resultado 2020	Meta 2021	Resultado 2021	Meta 2022	Resultado 2022	Meta 2023	Resultado 2023
Índice de produtividade de servidores	Unidade Processos	125,00	122,00	145,00	123,00	103,60	124,00	118,00	125,00	140,00
Índice de produtividade de magistrados	Unidade Processos	2.198,00	2.190,00	1.975,00	2.193,00	1.724,70	2.195,00	1.760,00	2.198,00	1.902,00
Índice de absenteísmo de magistrados	Percentual	2,18%	2,18%	2,18%	2,18%	2,54%	2,18%	0,11%	2,18%	2,54%
Índice de absenteísmo de servidores	Percentual	1,99%	1,99%	1,61%	1,99%	0,71%	1,99%	0,10%	1,99%	3,40%

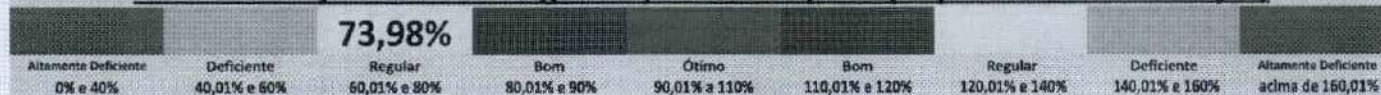
PAOE	Produto	Unidade de Medida	Metas Físicas 2020-2023	Resultado 2023
2237 - Valorização de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário - Bem Viver	Atendimentos realizados	Unidades	134.600	165.080
	Dias de licenças médicas reduzidas	Dias	41.387	33.361
3239 - Implementação da Gestão Estratégica com Pessoas	Lacuna de competência reduzida	Unidade	7	4
4071 - Capacitação permanente de magistrados da 1ª e 2ª instâncias	Magistrado de 2º Grau Capacitado	Unidade	30	22
	Cursos Credenciados pela ENFAM Realizados	Unidade	32	7
	Magistrado de 1º Grau Capacitado	Unidade	243	265
	Vagas disponibilizadas para capacitações	Unidade	1.440	6.651
4072 - Capacitação permanente de servidores da 1ª e 2ª instâncias	Servidor capacitado	Percentual	100,00%	106,00%

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PAOE	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
2237 - Valorização de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário - Bem Viver	R\$9.352.534,00	R\$6.852.534,00	R\$5.397.645,03	57,71%	78,77%
3239 - Implementação da Gestão Estratégica com Pessoas	R\$1.285.000,00	R\$1.285.000,00	R\$324.431,68	25,25%	25,25%
4071 - Capacitação permanente de magistrados da 1ª e 2ª instâncias	R\$2.901.500,00	R\$2.251.500,00	R\$1.763.685,15	60,79%	78,33%
4072 - Capacitação permanente de servidores da 1ª e 2ª instâncias	R\$2.722.000,00	R\$4.802.000,00	R\$4.543.510,98	166,92%	94,62%
400 - Gestão estratégica com pessoas no Poder Judiciário	R\$16.261.034,00	R\$15.191.034,00	R\$12.029.272,84	73,98%	79,19%

Fonte: FIPLAN MTI 17/01/2024 14:43

PPD – Planejamento e Programação da Despesa (Capacidade de Planejar)



COFD – Capacidade Operacional Financeira da Despesa (Capacidade de Executar)



4.8. PROGRAMA 400 – Análise da Meta Física

O objetivo desse Programa é zelar pela satisfação de magistrados, servidores e colaboradores em geral, na expectativa de resultados positivos para a missão do PJMT.

Nessa busca de melhores resultados, foram reunidas ações orçamentárias voltadas à saúde e à capacitação. Na área da saúde, o Programa Bem Viver realizou campanhas pontuais e inúmeros atendimentos nas áreas médica, de psicologia, nutrição, odontologia e fisioterapia, com a finalidade de minimizar as ausências ao trabalho, por magistrados, servidores e colaboradores em geral. Já as capacitações oferecidas, especialmente, aos magistrados e servidores, visando proporcionar maior satisfação, por intermédio de cursos presenciais, EaD e videoconferências, abarcaram temas da área do Direito, de gestão e comportamental.

O Programa 400 - Gestão estratégica com pessoas no Poder Judiciário possui 4 indicadores: Índice de produtividade de servidores, Índice de produtividade de magistrados, Índice de absenteísmo de magistrados e Índice de absenteísmo de servidores.

Importante consignar que o índice de absenteísmo de servidores e magistrados apresentou resultados de **3,40%** e **2,54%** respectivamente, ambos acima da meta fixada para o ano de 2023. Esse crescimento se deve em parte aos reflexos de diversas complicações pós-covid, como problemas respiratórios, complicações cardiovasculares, problemas renais, hepáticos e problemas neurológicos refletiram no aumento deste indicador.

Quanto ao índice de produtividade de servidores e magistrados, os resultados foram **140** e **1902**, respectivamente.

4.9. PROGRAMA 400 – Análise Orçamentária

O orçamento autorizado para cumprimento das atividades do Programa 400 – Gestão estratégica com pessoas no Poder Judiciário foi suficiente para o atendimento das necessidades previstas,

atingindo resultado de **73,98% (REGULAR)**, no que tange à capacidade de planejar, representado pelo indicador de Planejamento e Programação da Despesa (PPD).

Após remanejamentos para ações de outros Programas, o exercício foi encerrado com R\$15.191.034,00. Essa medida contribuiu para melhorar a execução orçamentária, com o atingimento de **79,19% (REGULAR)** no indicador da COFD – Capacidade Operacional Financeira da Despesa.

PROGRAMA – 400

GESTÃO ESTRATÉGICA COM PESSOAS NO PODER JUDICIÁRIO

PAOE 2237 - Valorização de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário - Bem Viver

Responsável:	Karine Moraes Giacomeli de Lima
Objetivo Específico:	Melhorar o grau de satisfação do colaborador com o ambiente de trabalho, visando os impactos que este bem-estar pode trazer aos resultados positivos da organização.

QUADRO DA EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO

PRODUTO	Unidade de Medida	Metas Físicas PPA 2020-2023	Exercício	META	RESULTADO	Desemp. Final(%)
Atendimentos realizados	Unidade	134.600,00	2020	130.000,00	34.319,00	26,40%
			2021	130.985,00	17.950,00	13,70%
			2022	132.295,00	131.111,00	99,11%
			2023	134.600,00	165.080,00	122,64%
Dias de licenças médicas reduzidas	Dia	41.387,00	2020	42.654,00	13.475,00	31,59%
			2021	42.228,00	9.360,00	22,17%
			2022	41.806,00	14.119,00	33,77%
			2023	41.387,00	33.361,00	80,61%

QUADRO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DA AÇÃO

Exercício	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
2020	R\$6.072.215,00	R\$6.072.215,00	R\$4.048.899,41	66,68%	66,68%
2021	R\$6.207.710,00	R\$4.507.710,00	R\$3.957.397,51	63,75%	87,79%
2022	R\$6.888.500,00	R\$5.888.500,00	R\$5.131.838,17	74,50%	87,15%
2023	R\$9.352.534,00	R\$6.852.534,00	R\$5.397.645,03	57,71%	78,77%

Fonte: FIPLAN MTI 17/01/2024 14:43

PPD – Planejamento e Programação da Despesa (Capacidade de Planejar)

57,71%									
Altamente Deficiente 0% e 40%	Deficiente 40,01% e 60%	Regular 60,01% e 80%	Bom 80,01% e 90%	Ótimo 90,01% a 110%	Bom 110,01% e 120%	Regular 120,01% e 140%	Deficiente 140,01% e 160%	Altamente Deficiente acima de 160,01%	

COFD – Capacidade Operacional Financeira da Despesa (Capacidade de Executar)

78,77%									
Altamente Deficiente 0% e 40%	Deficiente 40,01% e 60%	Regular 60,01% e 80%	Bom 80,01% e 90%	Ótimo 90,01% a 110%	Bom 110,01% e 120%	Regular 120,01% e 140%	Deficiente 140,01% e 160%	Altamente Deficiente acima de 160,01%	

4.10. PAOE 2237

PRIMEIRA ETAPA – Análise da Meta Física

Meta PPA para 2023: atendimentos realizados - 134.600

Resultado alcançado: 165.080 atendimentos (122,64%)

Meta PPA para 2023: Dias de licenças médicas reduzidas - 41.387

Resultado alcançado: 33.361 dias (80,61%)

O indicador de “Dias de licenças médicas reduzidas” apresentou um aumento significativo no ano de 2023 (**33.361 dias**), se comparado ao ano de 2022 (14.119 dias). Um dos principais motivos para o aumento das licenças médicas está relacionado aos afastamentos por motivo de doenças mentais, como ansiedade, depressão, síndrome do pânico, entre outras. O estresse decorrente do ambiente de trabalho, juntamente com fatores pessoais e até mesmo a pandemia de COVID-19, ocorrida em anos anteriores, desempenhou papel significativo nesse aumento dos dias de licenças médicas. O período de incertezas e adaptações rápidas impactou negativamente a estabilidade emocional e psicológica, além de ocorrerem diversas complicações pós-covid, como problemas respiratórios, complicações cardiovasculares, problemas renais, hepáticos e problemas neurológicos, que refletiram no aumento deste indicador.

Adicionalmente, é importante notar que a implementação da Lei 12.146/2023 também influenciou no aumento desse indicador. Esta lei não prevê mais a suspensão do auxílio-alimentação em razão de licença médica para tratamento da própria saúde, o que impactou diretamente na dinâmica dos afastamentos e, conseqüentemente, no crescimento observado.

O indicador referente a “Atendimentos realizados” (**165.080**) manteve-se próximo da meta estabelecida. Em 2023, o Poder Judiciário, atento às necessidades de seus servidores e magistrados, realizou investimentos estratégicos na área de saúde, aumentando a quantidade de profissionais, especialmente fisioterapeutas e psicólogos nas Comarcas, fortalecendo assim a capacidade de atendimento e a diversificação dos serviços prestados. Esses profissionais têm desempenhado um papel fundamental na prevenção e tratamento de problemas de saúde física e mental, contribuindo diretamente para a promoção do bem-estar. O aumento específico de psicólogos reflete o compromisso com a saúde mental dos servidores e magistrados. Assim, em face dos desafios enfrentados em ambientes de trabalho dinâmicos, a importância crucial do apoio psicológico foi reconhecida. Essa abordagem proativa visa não apenas tratar, mas principalmente prevenir problemas de saúde mental, criando um ambiente de trabalho saudável e resiliente. Além do aumento de profissionais, foram implementados programas de promoção da saúde, incluindo orientações nutricionais, atividades físicas orientadas e campanhas de conscientização sobre a importância da prevenção. Tais iniciativas visam criar uma cultura organizacional voltada para a saúde e o bem-estar.

SEGUNDA ETAPA – Análise orçamentária

Dotação Inicial: R\$9.352.534,00

Dotação Final: R\$6.852.534,00

Empenhado: R\$5.397.645,03

PPD (Capacidade de Planejar): 57,71% - DEFICIENTE

COFD (Capacidade de Executar): 78,77% - REGULAR

A análise do PPD com um percentual de execução de **57,71% (DEFICIENTE)** revela uma situação inesperada. Embora o montante empenhado tenha assegurado a continuidade das iniciativas de saúde e bem-estar planejadas, foi possível observar que algumas contratações estratégicas não foram concretizadas. Entre elas, destacam-se a contratação de serviços de Saúde e Segurança no trabalho, a realização do projeto de clima organizacional e a aquisição de equipamentos de pilates. As contratações não realizadas resultaram, em grande parte, de licitações frustradas e desafios operacionais quanto a definição de como seriam atendidas as demandas de Saúde e Segurança do Trabalho, ações para cumprimento do eSocial. No que diz respeito aos serviços de saúde e segurança no trabalho, a complexidade do processo licitatório e a exigência de profissionais especializados contribuíram para a mudança do procedimento que seria realizado. A licitação frustrada para a aquisição de equipamentos de pilates, por sua vez, evidencia a dinâmica desafiadora desse processo, com particularidades técnicas que impediram o prosseguimento.

Analisando a Capacidade Operacional Financeira da Despesa- COFD, a classificação foi de **78,77% (REGULAR)**, serviços como a manutenção da academia, manutenção dos serviços de Call center se mantiveram, assim como o pagamento dos credenciados responsáveis por diversas ações de saúde e a aquisição de equipamento ergonômicos, classificados como bens de consumo, como apoio punho para mouse, apoio para pés e apoio punho teclado.

PAOE 3239 - Implementação da gestão estratégica com pessoas

Responsável:	Karine Moraes Giacomeli de Lima
Objetivo Específico:	Implementar a gestão estratégica de pessoas por competências, como forma de alocar, qualificar e desenvolver a força de trabalho de modo estratégico, buscando maior eficiência e qualidade nas entregas.

QUADRO DA EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO

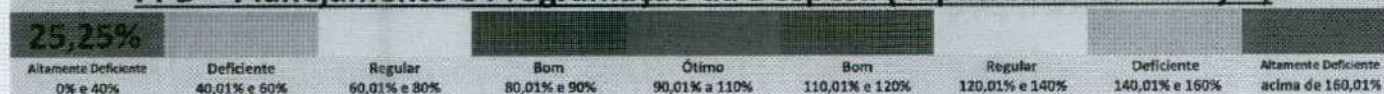
PRODUTO	Unidade de Medida	Metas Físicas PPA 2020-2023	Exercício	META	RESULTADO	Desemp. Final(%)
Lacuna de competência reduzida	Unidade	7,00	2020	4,50	4,40	97,78%
			2021	8,00	3,80	47,50%
			2022	7,50	4,20	56,00%
			2023	7,00	4,00	57,14%

QUADRO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DA AÇÃO

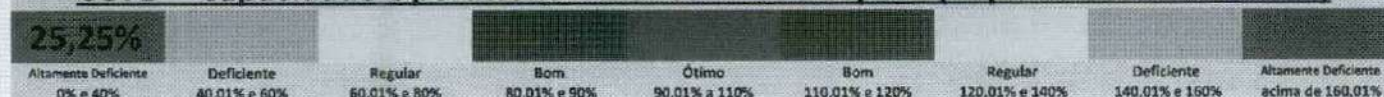
Exercício	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
2020	R\$762.000,00	R\$762.000,00	R\$360.398,17	47,30%	47,30%
2021	R\$855.000,00	R\$405.000,00	R\$82.028,58	9,59%	20,25%
2022	R\$1.280.000,00	R\$730.000,00	R\$121.383,43	9,48%	16,63%
2023	R\$1.285.000,00	R\$1.285.000,00	R\$324.431,68	25,25%	25,25%

Fonte: FIPLAN MTI 17/01/2024 14:43

PPD – Planejamento e Programação da Despesa (Capacidade de Planejar)



COFD – Capacidade Operacional Financeira da Despesa (Capacidade de Executar)



4.11. PAOE 3239

PRIMEIRA ETAPA – Análise da Meta Física

Meta PPA para 2023: Lacuna de competência reduzida - 7

Resultado alcançado: 4 (57,14%)

A meta física da Lacuna de competência reduzida atingida foi de **4 (lacuna)**. A defasagem observada em 2023 permanece menor que a meta estipulada, revelando uma constante busca por aprimoramento. As competências identificadas durante o processo de Avaliação de Desempenho são alvo de contínuos esforços, sendo ministrados diversos cursos pela Escola dos Servidores. Além disso, registra-se uma ativa participação em congressos relacionados à respectiva área de atuação. A alocação de recursos destinados a diárias e aquisição de vagas para treinamento foi efetuada, solidificando o compromisso com a constante atualização e desenvolvimento profissional.

SEGUNDA ETAPA – Análise orçamentária

Dotação Inicial: R\$1.285.000,00

Dotação Final: R\$1.285.000,00

Empenhado: R\$324.431,68

PPD (Capacidade de Planejar): 25,25% - ALTAMENTE DEFICIENTE

COFD (Capacidade de Executar): 25,25% - ALTAMENTE DEFICIENTE

A classificação de **25,25% (ALTAMENTE DEFICIENTE)** na Capacidade de Planejar (PPD) e na Capacidade de Executar (COFD) se deve ao não prosseguimento com a contratação do Mapeamento dos perfis Comportamentais e da contratação para Gestão por Competência. A importância desses projetos para o aprimoramento da gestão de pessoas e para melhoria da eficiência organizacional é de conhecimento da administração, contudo, tal contratação foi adiada em favor de prioridades mais imediatas como o aprimoramento do processo da Avaliação de Desempenho, implantação do Plano de Desenvolvimento Individual e a contratação do sistema integrado de Gestão de Pessoas.

PAOE 4071 - Capacitação permanente de magistrados da 1ª e 2ª instâncias

Responsável:	Frederico Mauro Venega Cosso
Objetivo Específico:	Promover a capacitação permanente e contínua dos magistrados, a fim de contribuir para o melhor funcionamento da justiça, visando a melhoria da prestação jurisdicional, com a capacitação do quadro de Magistrados em benefício da sociedade.

QUADRO DA EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO

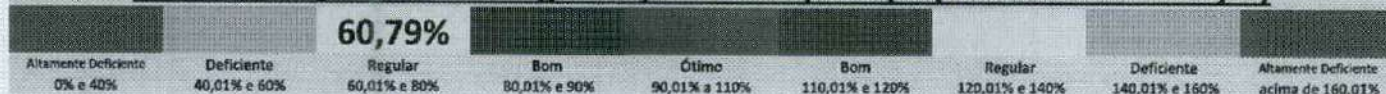
PRODUTO	Unidade de Medida	Metas Físicas PPA 2020-2023	Exercício	META	RESULTADO	Desemp. Final(%)
Magistrado de 2º Grau Capacitado	Unidade	30,00	2020	8,00	15,00	187,50%
			2021	23,20	17,00	73,28%
			2022	26,60	20,00	75,19%
			2023	30,00	22,00	73,33%
Cursos Credenciados pela ENFAM Realizados	Unidade	32,00	2020	8,00	9,00	112,50%
			2021	22,40	8,00	35,71%
			2022	27,20	18,00	66,18%
			2023	32,00	7,00	21,88%
Magistrado de 1º Grau Capacitado	Unidade	243,00	2020	61,00	182,00	298,36%
			2021	221,40	181,00	81,75%
			2022	232,20	243,00	104,65%
			2023	243,00	265,00	109,05%
Vagas disponibilizadas para capacitações	Unidade	1.440,00	2020	360,00	700,00	194,44%
			2021	1.094,40	4.492,00	410,45%
			2022	1.267,20	8.704,00	686,87%
			2023	1.440,00	6.651,00	461,88%

QUADRO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DA AÇÃO

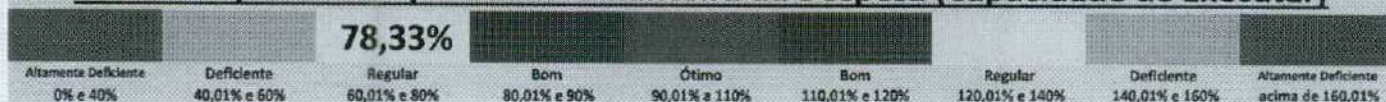
Exercício	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
2020	R\$2.162.000,00	R\$2.162.000,00	R\$270.633,48	12,52%	12,52%
2021	R\$1.550.000,00	R\$1.550.000,00	R\$851.999,27	54,97%	54,97%
2022	R\$2.772.150,00	R\$2.272.150,00	R\$2.131.576,50	76,89%	93,81%
2023	R\$2.901.500,00	R\$2.251.500,00	R\$1.763.685,15	60,79%	78,33%

Fonte: FIPLAN MTI 17/01/2024 14:43

PPD – Planejamento e Programação da Despesa (Capacidade de Planejar)



COFD – Capacidade Operacional Financeira da Despesa (Capacidade de Executar)



4.12. PAOE 4071

PRIMEIRA ETAPA – Análise da Meta Física

Meta PPA para 2023: Magistrado de 2º Grau Capacitado - 30

Resultado alcançado: 22 (73,33%)

Meta PPA para 2023: Cursos Credenciados pela ENFAM Realizados - 32

Resultado alcançado: 07 (21,88%)

Meta PPA para 2023: Magistrado de 1º Grau Capacitado - 243

Resultado alcançado: 265 (109,05%)

Meta PPA para 2023: Vagas disponibilizadas para capacitações – 1.440

Resultado alcançado: 6.651 (461,88%)

As metas previstas para a Esmagis-MT no exercício de 2023 não foram plenamente alcançadas, tendo em vista que parte das metas são bem específicas e o trabalho desenvolvido foi no contexto de atingir o maior número de magistrados sem, contudo, se afirmar que houve dificuldade no estabelecimento de metas para essa ação.

O desenvolvimento da sistemática de trabalho virtual possibilitou a superação estrondosa de algumas metas, como o número de vagas disponibilizadas para capacitações, alcançando superávit de 461,87% em relação às vagas previstas, pois foram disponibilizadas **6.651 vagas** contra a meta de 1.440 vagas. Possibilitou-se, ainda, a superação da meta de capacitação dos magistrados de 1º grau, que alcançou o percentual de 109,05%, com a capacitação de **265 Juízes** contra a meta de 243; tendo em vista que esses magistrados estão mais adaptados à recente realidade virtual.

Entretanto, outras metas não foram plenamente alcançadas, como é o caso da meta que trata do número de magistrados de 2º grau capacitados, cujas dificuldades se assentam basicamente em dois fatores: o primeiro é o fato dos magistrados de 2º grau não estarem perfeitamente adaptados às capacitações virtuais e o segundo seria a questão da idade, pois se trata de um universo composto por diversos magistrados idosos (nos termos da lei), que já não se dispõem a fazer capacitações às vezes fora do horário, como ocorre com as virtuais assíncronas. Essa meta de capacitação de magistrados de 2º Grau atingiu o patamar de 73,33%, capacitando **22 Desembargadores** contra a meta de 30.

Outra meta prejudicada foi a que trata do número de cursos credenciados pela ENFAM, pelo fato das metodologias de ensino adotadas nos cursos EAD síncronos não estarem adaptadas ainda às exigências pedagógicas de ensino aceitas pela Enfam, que não credencia webinários, palestras ou cursos com carga horária menor que 20 horas-aula e que não disponham de metodologias ativas; a meta que previa o credenciamento de 32 cursos na Enfam, restou cumprida em 21,88%, com **07 cursos** credenciados oferecidos

Apesar dos resultados apontados na meta física, o objetivo específico da ação foi alcançado integralmente, ou seja, os magistrados foram capacitados contribuindo para a melhoria da prestação jurisdicional. A Escola está buscando o fomento das atividades voltadas aos magistrados mais antigos na carreira, pois verificou-se a pouca participação destes nas atividades pedagógicas.

De outro norte, as atividades virtuais propiciaram uma considerável economia de recursos públicos, nos pontos em que não são necessários recursos físicos (salas de aula, consumo de energia elétrica), coffee break, diárias para deslocamento de magistrados e, no tocante às contratações de docentes, ocorre uma considerável redução no valor dos honorários.

Apesar dos problemas encontrados, foram realizadas 90 capacitações, sendo 1 curso EAD assíncrono credenciado pela Enfam de 40 h/a, 5 cursos presenciais credenciados pela Enfam, sendo 4 de 20 h/a e 1 de 40 h/a, 1 curso híbrido credenciado pela Enfam de 24 h/a, 33 atividades pedagógicas presenciais, 36 atividades pedagógicas híbridas, e 14 atividades nos programas de estágio judicial Cuiabá e Várzea Grande, Grupo de Pesquisa Criminal, Explicando Direito, Por Dentro da Magistratura e Magistratura e Sociedade. Nesse sentido, é possível verificar que muitas entregas foram efetuadas sem a utilização do orçamento, principalmente nas capacitações virtuais.

SEGUNDA ETAPA – Análise orçamentária

Dotação Inicial: R\$2.901.500,00

Dotação Final: R\$2.251.500,00

Empenhado: R\$1.763.685,15

PPD (Capacidade de Planejar): 60,79% - REGULAR

COFD (Capacidade de Executar): 78,33% - REGULAR

As dotações autorizadas foram suficientes, assim como os recursos orçamentários estavam de acordo com a necessidade da ação. Entretanto, a área não conseguiu o desempenho próximo ao planejado inicial tendo em vista a redução de custos no tocante às diárias de magistrados para as capacitações presenciais físicas.

Os recursos foram disponibilizados a contento, igualmente as entregas foram efetuadas, não houve a necessidade de créditos adicionais e as dificuldades encontradas foram de ordem administrativa - obtenção de preços públicos para as licitações, assim o PPD ficou em **60,79% (REGULAR)** e o COFD em **78,33% (REGULAR)**.

A ação levada a efeito pela Escola Superior da Magistratura chegou ao fim com dificuldades de ordem administrativa, no tocante aos procedimentos para aquisição de produtos e serviços. De outro lado, a norma editada pelo Conselho da Magistratura simplificando a contratação de formadores, sejam internos ou externos, favoreceu o alcance das metas.

Não se pode deixar de mencionar, ainda, as dificuldades gerenciais, especialmente a falta de instrumentos gerenciais, no tocante a sistemas informatizados de apoio, que possam ser alimentados com as capacitações realizadas, os alunos matriculados em cada capacitação, as avaliações dos alunos e docentes, cuja falta compromete o monitoramento e a avaliação da ação.

PAOE 4072 - Capacitação permanente de servidores da 1ª e 2ª instâncias

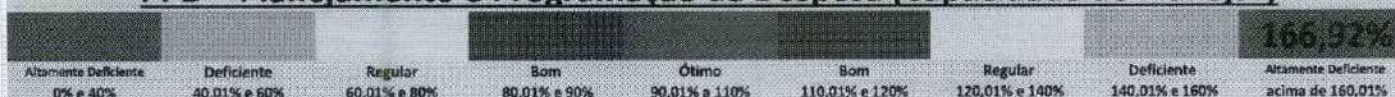
Responsável:	Andrea Marcondes Alves Sousa
Objetivo Específico:	Capacitar todos os servidores, promovendo o aprimoramento do conhecimento técnico e gerencial de servidores, na busca da ampliação do crescimento pessoal e profissional alinhados à estratégia do poder judiciário de Mato Grosso.

QUADRO DA EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO						
PRODUTO	Unidade de Medida	Metas Físicas PPA 2020-2023	Exercício	META	RESULTADO	Desemp. Final(%)
Servidor capacitado	Percentual	100,00%	2020	70,00%	75,50%	107,86%
			2021	80,00%	80,00%	100,00%
			2022	90,00%	100,00%	111,11%
			2023	100,00%	106,00%	106,00%

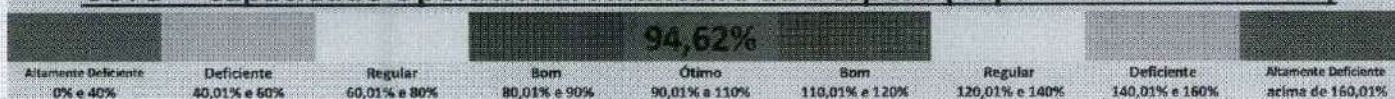
QUADRO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DA AÇÃO					
Exercício	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
2020	R\$3.041.374,00	R\$3.041.374,00	R\$1.474.534,88	48,48%	48,48%
2021	R\$2.043.848,00	R\$1.643.848,00	R\$1.346.387,42	65,88%	81,90%
2022	R\$2.247.200,00	R\$2.947.200,00	R\$2.587.049,92	115,12%	87,78%
2023	R\$2.722.000,00	R\$4.802.000,00	R\$4.543.510,98	166,92%	94,62%

Fonte: FIPLAN MTI 17/01/2024 14:43

PPD – Planejamento e Programação da Despesa (Capacidade de Planejar)



COFD – Capacidade Operacional Financeira da Despesa (Capacidade de Executar)



4.13. PAOE 4072

PRIMEIRA ETAPA – Análise da Meta Física
Meta PPA para 2023: Servidor capacitado – 100%
Resultado alcançado: 106,00% (106,00%)

A meta física foi alcançada visto que foram realizados 117 cursos capacitações na forma presencial, videoconferência e EAD, resultando em 300 turmas e 11.871 participações em ações de capacitação em todo o Poder Judiciário. No exercício de 2023, 6.005 servidores capacitados nas lacunas de competência, atingindo **106%** dos servidores do Poder Judiciário de Mato Grosso. Dentre os cursos realizados, destacam-se: Formação de Instrutores de Círculos de Construção de Paz, Treinamento nos Sistemas BNMP, SEEU, CRC-JUD, SRP e PJE, Os Direitos das Pessoas Indígenas, Programação Neolinguística – Gestão e Liderança, Mapeando Pessoas, Orientação de Procedimentos de Arrecadação e Excelência em Atendimento.

SEGUNDA ETAPA – Análise orçamentária
Dotação Inicial: R\$2.722.000,00
Dotação Final: R\$4.802.000,00
Empenhado: R\$4.543.510,98
PPD (Capacidade de Planejar): 166,92% - ALTAMENTE DEFICITÁRIA
COFD (Capacidade de Executar): 94,62% - ÓTIMO

O PTA 2023 foi elaborado tendo como referência o Plano Anual de Capacitações e o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário de Mato Grosso, prevendo a realização de cursos, seminários e oficinas para os servidores do Poder Judiciário/MT. Apesar da taxa de **166,92% (ALTAMENTE DEFICITÁRIA)** na capacidade de planejar, verifica-se que o valor disponibilizado no início do exercício financeiro foi totalmente executado visto que as demandas do Plano de Capacitação e demais demandas, foram contempladas conforme planejado. O que demonstrou avanço na etapa de planejamento. Durante o exercício houve a necessidade de suplementação de recursos considerando que os cursos realizados estavam dentro das demandas planejadas no Plano Anual de Capacitação da Escola dos Servidores do Poder Judiciário. Portanto, a estratégia de trabalho foi realizada com a contratação de cursos, pagamento de diárias, passagens, e coffee break. Por fim, cabe destacar que a execução orçamentária atingiu **94,62% (ÓTIMO)**.

UO responsável	03601 - Fundo de Apoio ao Judiciário (FUNAJURIS)
Eixo Estratégico	Atuação dos demais Poderes e Órgãos Autônomos
Objetivo do Estado	Assegurar a satisfação do jurisdicionado e a confiabilidade da sociedade em relação ao Poder Judiciário de Mato Grosso.
Programa	401 - Governança e Gestão para Resultados no Poder Judiciário
Tipo de programa	Gestão
Gestor do programa	EUZENI PAIVA DE PAULA
Objetivos do programa	Fortalecer o processo de tomada de decisões estratégicas no PJMT, a fim de garantir a eficiência operacional, a transparência institucional, o fortalecimento da autonomia administrativa e financeira deste Poder, implantando a cultura de Inovação e a adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, da informação, dos processos de trabalho e dos projetos com foco no alcance dos resultados.

META FÍSICA

Indicador	Unidade Medida	Meta do PPA 2020-2023	Meta 2020	Resultado 2020	Meta 2021	Resultado 2021	Meta 2022	Resultado 2022	Meta 2023	Resultado 2023
Índice de Satisfação do Cliente	Percentual	90,00%	84,00%	NA*	84,00%	NA*	90,00%	NA*	90,00%	NA*

Nota: NA* (Não Aferido)

PAOE	Produto	Unidade de Medida	Metas Físicas 2020-2023	Resultado 2023
3240 - Transformação e melhoria dos processos de trabalho	Processos de trabalho transformados	Percentual	50,00%	13,00%
	Eficiência nos processos de trabalho transformados	Percentual	95,00%	0,00%
3241 - Transformação da Governança do Judiciário do Estado de Mato Grosso	Execução da Estratégia alcançada	Percentual	50,00%	72,59%
	Ações de Inovações implementadas	Percentual	50,00%	100,00%
3242 - Reestruturação da Arquitetura Organizacional	Nova estrutura organizacional implantada	Percentual	30,00%	NA*

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

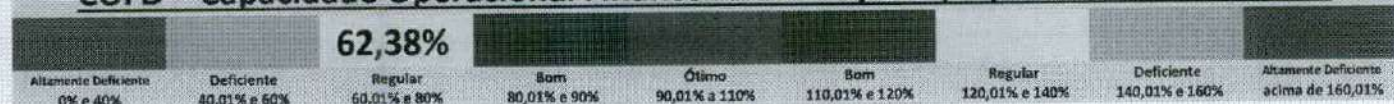
PAOE	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
3240 - Transformação e melhoria dos processos de trabalho	R\$230.000,00	R\$0,00	R\$0,00	0,00%	-
3241 - Transformação da Governança do Judiciário do Estado de Mato Grosso	R\$380.000,00	R\$180.000,00	R\$112.290,00	29,55%	62,38%
3242 - Reestruturação da Arquitetura Organizacional	R\$500.000,00	R\$0,00	R\$0,00	0,00%	-
401 - Governança e Gestão para Resultados no Poder Judiciário	R\$1.110.000,00	R\$180.000,00	R\$112.290,00	10,12%	62,38%

Fonte: FIPLAN MTI 17/01/2024 14:43

PPD – Planejamento e Programação da Despesa (Capacidade de Planejar)



COFD – Capacidade Operacional Financeira da Despesa (Capacidade de Executar)



4.14. PROGRAMA 401 – Análise da Meta Física

Diversas ações foram realizadas durante o exercício de 2023, com o intuito de alcançar as metas estabelecidas no Programa Orçamentário 401 - Governança e Gestão para Resultados no Poder Judiciário, entretanto não foi possível quantificar o resultado de 2023. Assim o indicador Índice de Satisfação do Cliente foi **NÃO APURADO** ante as dificuldades de apuração.

4.15. PROGRAMA 401 – Análise Orçamentária

Durante o exercício financeiro de 2023 foi disponibilizado inicialmente um orçamento total de R\$1.110.000,00 tendo o Programa 401 - Governança e Gestão para Resultados no Poder Judiciário um desempenho de **10,12% (ALTAMENTE DEFICITÁRIA)**, no que tange à capacidade de planejar, representado pelo indicador de Planejamento e Programação da Despesa (PPD).

Em razão de remanejamento dos recursos seu desempenho de executar atingiu um patamar de **62,38% (REGULAR)** na Capacidade Operacional Financeira da Despesa (COFD).

Vale ressaltar que houve reestruturação interna do PJMT, no sentido de estruturar os Projetos Estratégicos reduzindo-os para quatro grandes Projetos, com nova liderança bem como nova governança.

Além do mais, o desempenho das ações trouxe a necessidade de uma otimização na gestão dos projetos estratégicos, sendo priorizados quatro grandes projetos: Judiciário Digital; Gestão Estratégica de Pessoas; Arquitetura Organizacional e Modernização de TIC, os quais passaram por uma reformulação na governança e troca da liderança responsáveis com o propósito de fortalecer o alcance dos objetivos e tornar mais célere o atingimento dos resultados.

Desse modo, durante esse interregno, foram constituídas as equipes táticas, compostas por servidores de diversas áreas, formando uma equipe multidisciplinar para condução dos trabalhos, o que contribuiu para uma atuação conjunta e transversal dos desafios a serem superados, cuja expectativa foi garantir maior participação e agilidade na tramitação de procedimentos internos, possibilitando celeridade no atingimento das metas estabelecidas.

PROGRAMA - 401

Governança e Gestão para Resultados no Poder Judiciário

PAOE 3240 - Transformação e melhoria dos processos de trabalho

Responsável:	Afonso Vitorino Maciel
Objetivo Específico:	Promover a transformação e melhoria contínua dos processos de trabalho, com o uso de tecnologias inovadoras e mudança da cultura organizacional em gestão por processo.

QUADRO DA EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO

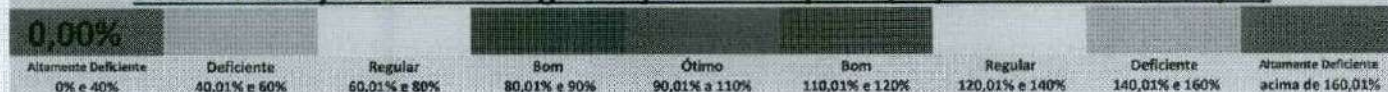
PRODUTO	Unidade de Medida	Metas Físicas PPA 2020-2023	Exercício	META	RESULTADO	Desemp. Final(%)
Processos de trabalho transformados	Percentual	50,00%	2020	15,00%	4,55%	30,33%
			2021	27,00%	11,11%	41,15%
			2022	38,00%	10,52%	27,68%
			2023	50,00%	13,00%	26,00%
Eficiência nos processos de trabalho transformados	Percentual	95,00%	2020	85,00%	88,00%	103,53%
			2021	88,00%	0,00%	0,00%
			2022	92,00%	0,00%	0,00%
			2023	95,00%	0,00%	0,00%

QUADRO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DA AÇÃO

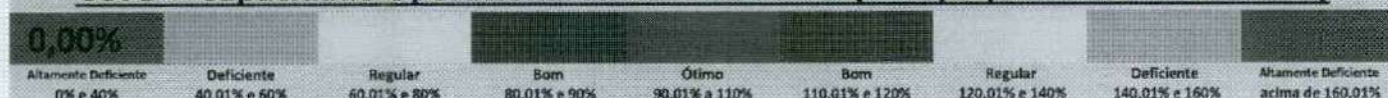
Exercício	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
2020	R\$218.000,00	R\$218.000,00	R\$0,00	0,00%	0,00%
2021	R\$108.000,00	R\$0,00	R\$0,00	0,00%	-
2022	R\$340.000,00	R\$1.834,68	R\$1.834,68	0,54%	100,00%
2023	R\$230.000,00	R\$0,00	R\$0,00	0,00%	-

Fonte: FIPLAN MTI 17/01/2024 14:43

PPD – Planejamento e Programação da Despesa (Capacidade de Planejar)



COFD – Capacidade Operacional Financeira da Despesa (Capacidade de Executar)



4.16. PAOE 3240

PRIMEIRA ETAPA – Análise da Meta Física

Meta PPA para 2023: Processos de trabalho transformados – 50%

Resultado alcançado: 13,00% (26,00%)

Meta PPA para 2023: Eficiência nos processos de trabalho transformados – 95%

Resultado alcançado: 0,00% (0,00%)

De acordo com a revisão da cadeia de valor ocorrida em 2021, constam na mesma 09 Macroprocessos que agrupam 53 processos que se desdobram em 194 subprocessos.

Em termos de priorização, da Área finalística foram trabalhados os subprocessos “Gerir Medidas Protetivas de Urgência” e “Gerir Ações Coletivas de Direito Agrário” e seus respectivos desdobramentos. Da Área de Gestão, os subprocessos “Desdobrar a Estratégia” e “Avaliar e Monitorar a Estratégia” que se relacionam com a implantação da gestão por OKRs no PJMT e, “Receber e Avaliar Notícia” que tratam da implantação de ações voltadas para o combate ao assédio moral sexual e discriminação. E por fim, da Área de Suporte, trabalhados os subprocessos “Gerir Plano Anual de Capacitações”, “Gerir Capacitações”, “Gerir Benefícios Previdenciários”, e os Processos “Gerir Governança e Gestão de TIC”, “Gerir Aquisições”, “Gerir Contratos”, “Gerir Recursos Funajuris”, “Realizar Administração Orçamentária e Financeira”, “Gerir Atendimento ao Jurisdicionado” e “Gerir Informação Jurídica”, sendo todos compostos por seus subprocessos.

Nos processos e subprocessos foi utilizada a metodologia ágil de gestão por processos composta por cinco etapas sendo: 1) Planejamento e Priorização, 2) Análise da Situação Atual, 3) Redesenho, 4) Implantação e 5) Monitoramento.

A COPLAN, por meio da Área de Gestão Estratégica, é a responsável pela implementação da Gestão por Processos no PJMT bem como por acompanhar o desempenho dos mesmos, por meio de indicadores de desempenho. Todo o trabalho realizado em 2023 representa **13%** do cumprimento da meta estipulada de processos transformados para o ano, que representam 26 subprocessos trabalhados, e ainda, em virtude do desenvolvimento de painéis de dados para levantamento e acompanhamento de indicadores não foi possível avaliar a eficiência destes processos.

Para o próximo ano, a priorização da implementação estará diretamente ligada aos processos críticos cujas atividades realizadas impactam mais fortemente na estratégia da instituição. Nesta relação de processos críticos identificam-se os processos ligados aos indicadores estratégicos da Instituição bem como os que demandam alto volume de recursos orçamentários.

SEGUNDA ETAPA – Análise orçamentária

Dotação Inicial: R\$230.000,00

Dotação Final: R0,00

Empenhado: R\$0,00

PPD (Capacidade de Planejar): 0,00% - ALTAMENTE DEFICITÁRIA

COFD (Capacidade de Executar): 0,00% - ALTAMENTE DEFICITÁRIA

No PAOE 3240 - Transformação e melhoria dos processos de trabalho o planejamento inicial previa contratação de empresa para consultoria e de ações voltadas para a disseminação e fortalecimento do conhecimento sobre a Estratégia do PJMT nas Comarcas. Outras ações foram priorizadas em função do cenário à época, como por exemplo, a implantação da Gestão por OKRs.

Meticulosamente monitorada a capacidade de executar, foi apresentada no índice de **0,00% (ALTAMENTE DEFICITÁRIA)**, já que não houve a execução financeira inicialmente prevista. Entretanto, foi valorizada a parceria com órgãos relacionados e mantido um diálogo constante com a sociedade e o ecossistema de Justiça.

Nesse sentido, foram promovidas ações articuladas com os demais órgãos para otimização dos recursos, como a formação em Capacitação em Transformação em Processos de Negócio, Gestão de Riscos e Controles Internos, Gestão de Projetos dos Tribunais de Justiça, Congresso de Tecnologia, Inovação e Direito para o Ecossistema de Justiça entre outros. Com relação a esses custos, vale destacar que foram abarcados em outra unidade orçamentária, qual seja, a Escola de Servidores.

A implantação da Gestão por Processos foi realizada pela Equipe interna da Gestão Estratégica, da Coordenadoria de Planejamento. Na execução das cinco etapas também foram contempladas as atividades de treinamento na temática de processos e ainda, sobre gestão de indicadores. Sob uma perspectiva mais detalhada os 26 subprocessos trabalhados, agruparam 51 fluxos de processos de trabalho. Diante da própria equipe ter realizado o trabalho não houve necessidade de recursos orçamentários e financeiros para as atividades.

Esses resultados validam a estratégia de otimização dos recursos para as prioridades e definições de novas estratégias nos eixos de tecnologia e outras ações para a alta administração.

PAOE 3241 - Transformação da Governança do Judiciário do Estado de Mato Grosso

Responsável:	Afonso Vitorino Maciel
Objetivo Específico:	Fortalecer a Governança Estratégica no Poder Judiciário (PJMT), com o uso de melhores práticas de mercado (Metodologia, Ferramentas e Pessoas) de Gestão, implantando a cultura de Inovação com foco no alcance dos resultados.

QUADRO DA EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO

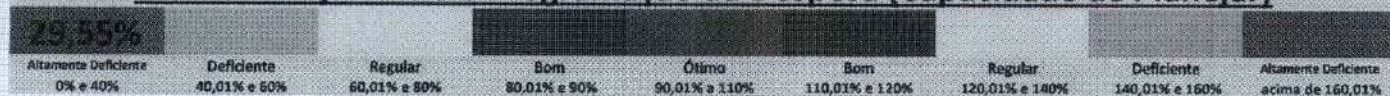
PRODUTO	Unidade de Medida	Metas Físicas PPA 2020-2023	Exercício	META	RESULTADO	Desemp. Final(%)
Execução da Estratégia alcançada	Percentual	50,00%	2020	20,00%	71,50%	357,50%
			2021	30,00%	70,11%	233,70%
			2022	40,00%	55,64%	139,10%
			2023	50,00%	72,59%	145,18%
Ações de Inovações implementadas	Percentual	50,00%	2020	20,00%	42,00%	210,00%
			2021	30,00%	36,66%	122,20%
			2022	40,00%	54,28%	135,70%
			2023	50,00%	100,00%	200,00%

QUADRO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DA AÇÃO

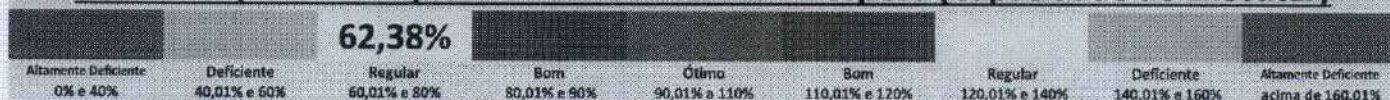
Exercício	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
2020	R\$650.000,00	R\$650.000,00	R\$225.500,00	34,69%	34,69%
2021	R\$380.000,00	R\$46.000,00	R\$46.000,00	12,11%	100,00%
2022	R\$120.000,00	R\$120.000,00	R\$0,00	-	-
2023	R\$380.000,00	R\$180.000,00	R\$112.290,00	29,55%	62,38%

Fonte: FIPLAN MTI 17/01/2024 14:43

PPD – Planejamento e Programação da Despesa (Capacidade de Planejar)



COFD – Capacidade Operacional Financeira da Despesa (Capacidade de Executar)



4.17. PAOE 3241

PRIMEIRA ETAPA – Análise da Meta Física

Meta PPA para 2023: Execução da Estratégia alcançada – 50%

Resultado alcançado: 72,59% (145,18%)

Meta PPA para 2023: Ações de Inovações implementadas – 50%

Resultado alcançado: 100,00% (200,00%)

A governança é um dos pilares que sustenta a eficiência e a transparência no exercício da justiça. Para proporcionar um alinhamento da estratégia nacional e o planejamento estratégico do PJMT, no ano de 2023, o compromisso em fortalecer a governança do Poder Judiciário foi evidenciado pela adoção de uma nova metodologia ágil de Objetivos e Resultados-chave OKR's, alinhada para atender as crescentes demandas, gerando maior eficiência no serviço prestado à sociedade.

Acompanhando a posse da nova gestão para o biênio 2023-2024, foi aprovado, durante o processo de transição, a implantação de novo método de trabalho “Gestão por Objetivos e Resultados-Chaves – OKRs”, como complemento e impulsionamento ao alcance da estratégia através de abordagens ágeis. No decorrer deste processo, foi implantado o Plano de Diretrizes e Metas anual, o qual teve por finalidade a priorização das atividades desenvolvidas pelas diversas áreas, direcionando o foco para as ações com maior contribuição nos objetivos estratégicos institucionais.

Os Objetivos e Resultados-Chave (OKRs) tornaram-se uma ferramenta vital no universo corporativo para alinhar equipes, mensurar o progresso e impulsionar a consecução das metas estratégicas. Nesse contexto, a aplicação dos OKRs no âmbito do Poder Judiciário de Mato Grosso adquiriu uma relevância especial, permitindo harmonizar as ações com os objetivos estratégicos de promover a justiça, a equidade e a celeridade processual.

Visando garantir melhor performance na execução da estratégia foram abrangidas 27 áreas, com o estabelecimento de 91 Objetivos, gerando 319 Resultados-Chave, proporcionando um atingimento geral de nível Satisfatório em **72,59%** desses objetivos. Ao longo de cada trimestre foram alcançados os seguintes índices: 1º Trimestre 61,11%, 2º Trimestre 73,58%, 3º Trimestre 78,95% e no 4º Trimestre 72,55%. Os resultados obtidos tiveram o percentual apresentado, em razão do processo de aprendizagem, bem como a implantação de uma nova cultura de gestão com abordagens ágeis.

Em um mundo cada vez mais digital, foram realizados investimentos em inovações tecnológicas para aprimorar o sistema de Justiça. A implementação bem-sucedida das práticas de inovação no Poder Judiciário de Mato Grosso, através da atuação do Laboratório de Inovação - INOVAJUS permitiu

inúmeros benefícios, demonstrando o compromisso do PJMT com a modernização e a eficiência operacional.

Para avaliação do indicador de ações de inovações implementadas, foi considerado o plano de ação estabelecido pelo Laboratório, nos produtos previstos dentro dos objetivos e resultados-chaves definidos pela Equipe da unidade. As ações realizadas contemplam o percentual de atingimento em 100% dos produtos entregues, sendo eles: Fomentar a Cultura da Inovação; Portal de Serviços Digitais; Visual Law 3ª Etapa; Termo de Cooperação Técnica InovaGov MT; Assistente para Criação de Termos – RH; Painel de Audiências; Manual Suprimento de Fundos; Formulário para Atermação Meta 9; Atendimento Remoto PID e Podcast Trilhas da Inovação.

Vale ressaltar que o Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso estabeleceu como direcionamento o aprimoramento das ações, bem como a implantação de uma cultura de inovação para possibilitar a otimização dos processos de negócios, bem como a adesão de práticas e métodos para garantir a transformação digital dos processos de negócio do PJMT.

Nesse contexto, destacando os avanços significativos na transformação da governança do Tribunal de Justiça durante o ano, como o feito de receber o Prêmio CNJ de Qualidade 2023 o Selo Ouro, pelo quarto ano consecutivo, o crescimento dos eixos de Governança e de Dados e Tecnologia, que tiveram os melhores resultados históricos desde o lançamento do Prêmio, em 2019, com 89% e 95%, respectivamente. Além disso, o TJMT obteve pontuação de **100%** no eixo Governança, em 15 dos 17 incisos.

Esse resultado demonstra que o Tribunal de Mato Grosso está entre os melhores do país na boa gestão pública, com aprimoramento da prestação jurisdicional, promovendo a transparência e a melhor prestação das informações para a Sociedade.

SEGUNDA ETAPA – Análise orçamentária

Dotação Inicial: R\$380.000,00

Dotação Final: R\$180.000,00

Empenhado: R\$112.290,00

PPD (Capacidade de Planejar): 29,55% - ALTAMENTE DEFICITÁRIA

COFD (Capacidade de Executar): 62,38% - REGULAR

No PAOE 3241 - Transformação da Governança do Judiciário do Estado de Mato Grosso definiram-se metas ambiciosas em relação a capacidade de planejar a previsão do orçamento, refletindo o comprometimento com a excelência. Entretanto, os indicadores de desempenho financeiro não foram

devidamente executados, surgindo novas prioridades para atendimento da alta administração, razão pela qual a capacidade de planejar fechou em **29,55% (ALTAMENTE DEFICITÁRIA)**.

As demais ações inicialmente planejadas foram reprogramadas para oportunidade posterior, o que impactou na não execução total do orçamento previsto, atingindo índice de **62,38% (REGULAR)** de execução, embora tenha sido realizada algumas ações internas pela Equipe para fortalecimento e execução da Estratégia do PJMT. O envolvimento ativo das partes interessadas foi crucial para a construção de uma justiça mais inclusiva e transparente, sendo que os esforços contínuos visam fortalecer essas relações.

O processo de modernização e celeridade nos processos da Governança Organizacional do Poder Judiciário de Mato Grosso exigiram uma atuação inovadora, que fosse capaz de promover maior dinamicidade aos processos para alavancar os resultados almejados. Nesse sentido, foi implantada de forma experimental no PJMT a metodologia de OKRs, que consiste em uma metodologia de gestão ágil com foco em resultados, sendo uma excelente ferramenta de execução da estratégia.

Objetivos e resultados-chave foi uma estratégia eficaz para alinhar os recursos organizacionais e atingir as metas de forma estratégica e objetiva, os OKRs ajudaram os departamentos e equipes do Tribunal de Justiça de Mato Grosso a manterem o foco nos objetivos estratégicos e acompanharem de forma contínua os seus progressos, além de analisar de forma efetiva o alcance dos resultados ao longo de cada trimestre.

PAOE 3242 - Reestruturação da Arquitetura Organizacional

Responsável:	Euzeni Paiva de Paula
Objetivo Específico:	Construir a nova arquitetura organizacional do Poder Judiciário alinhada às demandas estratégicas.

QUADRO DA EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO

PRODUTO	Unidade de Medida	Metas Físicas PPA 2020-2023	Exercício	META	RESULTADO	Desemp. Final(%)
Nova estrutura organizacional implantada	Percentual	30,00%	2020	20,00%	NA*	-
			2021	10,00%	NA*	-
			2022	20,00%	0,00%	0,00%
			2023	30,00%	NA*	-

Nota: NA* (Não Aferido)

QUADRO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DA AÇÃO

Exercício	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
2020	R\$200.000,00	R\$200.000,00	R\$0,00	0,00%	0,00%
2021	R\$120.000,00	R\$0,00	R\$0,00	0,00%	-
2022	R\$500.000,00	R\$500.000,00	R\$0,00	0,00%	0,00%
2023	R\$500.000,00	R\$0,00	R\$0,00	0,00%	-

Fonte: FIPLAN MTI 17/01/2024 14:43

PPD – Planejamento e Programação da Despesa (Capacidade de Planejar)

0,00%								
Altamente Deficiente	Deficiente	Regular	Bom	Ótimo	Bom	Regular	Deficiente	Altamente Deficiente
0% e 40%	40,01% e 60%	60,01% e 80%	80,01% e 90%	90,01% e 110%	110,01% e 120%	120,01% e 140%	140,01% e 160%	acima de 160,01%

COFD – Capacidade Operacional Financeira da Despesa (Capacidade de Executar)

0,00%								
Altamente Deficiente	Deficiente	Regular	Bom	Ótimo	Bom	Regular	Deficiente	Altamente Deficiente
0% e 40%	40,01% e 60%	60,01% e 80%	80,01% e 90%	90,01% a 110%	110,01% e 120%	120,01% e 140%	140,01% e 160%	acima de 160,01%

4.18. PAOE 3242

PRIMEIRA ETAPA – Análise da Meta Física

Meta PPA para 2023: Nova estrutura organizacional implantada – 30%

Resultado alcançado: NÃO APURADO

A questão da Nova estrutura organizacional implantada, apesar de se tratar de meta inserida no Planejamento Estratégico 2021-2026, não houve nenhuma evolução, haja vista a sua complexidade, inclusive pela correlação com várias outras normativas do CNJ, a exemplo daquelas relacionadas ao teletrabalho, a Justiça 4.0, a alocação de servidores, cargos em comissão e função de confiança dentre outras. Assim o resultado na meta Física no exercício de 2023 foi **NÃO APURADO**.

SEGUNDA ETAPA – Análise orçamentária

Dotação Inicial: R\$500.000,00

Dotação Final: R\$0,00

Empenhado: R\$0,00

PPD (Capacidade de Planejar): 0,00% - ALTAMENTE DEFICITÁRIA

COFD (Capacidade de Executar): 0,00% - ALTAMENTE DEFICITÁRIA

Durante o exercício financeiro de 2023 foi disponibilizado inicialmente um orçamento total de R\$500.000,00 para a implementação do PAOE 3242 - Reestruturação da Arquitetura Organizacional, entretanto, esse recurso foi remanejado para atender as despesas com capacitação de servidores da Segunda Instância através da contratação de cursos, razão pela qual tanto a capacidade de planejar quanto a capacidade de executar tiveram o desempenho de **0,00% (ALTAMENTE DEFICITÁRIA)**.

No Plano de Diretrizes e Metas da Gestão do Biênio 2023/2024, convém registrar que, ainda que as ações dos Projetos Estratégicos estejam em andamento, com fim previsto para o ano de 2024, não houve até o presente momento dispêndio de recursos orçamentários, já que as ações desenvolvidas do escopo priorizado, mesmo repercutindo positivamente no planejamento estratégico do Tribunal, não dependeram da execução orçamentária, pois houve o aproveitamento do aconselhamento consultivo nos contratados em andamento e as demais contratações estão seguindo o rito do processo de licitatório.

Cabe destacar que os projetos estratégicos terão efeitos positivos de curto e médio prazo, já que serão verificados no decorrer dos próximos anos. Outrossim, outras iniciativas estratégicas estão sendo implementadas pelo planejamento estratégico institucional previsto para o período de 2021-2026, com foco elevar a eficiência organizacional.

UO responsável	03601 - Fundo de Apoio ao Judiciário (FUNAJURIS)
Eixo Estratégico	Atuação dos demais Poderes e Órgãos Autônomos
Objetivo do Estado	Assegurar a satisfação do jurisdicionado e a confiabilidade da sociedade em relação ao Poder Judiciário de Mato Grosso.
Programa	529 - Aprimoramento do suporte e da gestão organizacional no Poder Judiciário
Tipo de programa	Finalístico
Gestor do programa	EUZENI PAIVA DE PAULA
Objetivos do programa	Assegurar a satisfação do jurisdicionado e a confiabilidade da sociedade em relação ao Poder Judiciário de Mato Grosso.

META FÍSICA

Indicador	Unidade Medida	Meta do PPA 2020-2023	Meta 2020	Resultado 2020	Meta 2021	Resultado 2021	Meta 2022	Resultado 2022	Meta 2023	Resultado 2023
Índice de inovações tecnológicas	Percentual	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Índice de edificações e reestruturações	Percentual	100,00%	100,00%	37%	100,00%	142,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

PAOE	Produto	Unidade de Medida	Metas Físicas 2020-2023	Resultado 2023
1506 - Ampliação das ações de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário	Metas do CNJ cumpridas	Unidade	45,00	25,00
3233 - Inovação Tecnológica no Poder Judiciário	Inovações na Área Judiciária disponibilizadas	Unidade	6,00	1,00
	Inovações na Área Administrativa disponibilizadas	Unidade	6,00	2,00
3237 - Melhoria nas edificações no Poder Judiciário	Metro quadrado construído	Metro quadrado	142.616,28	43.647,30

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PAOE	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
1506 - Ampliação das ações de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário	R\$230.000,00	R\$230.000,00	R\$193.739,16	84,23%	84,23%
3233 - Inovação Tecnológica no Poder Judiciário	R\$12.515.000,00	R\$11.315.000,00	R\$9.545.768,49	76,27%	84,36%
3237 - Melhoria nas edificações no Poder Judiciário	R\$28.680.000,00	R\$33.680.000,00	R\$32.286.823,81	112,58%	95,86%
529 - Aprimoramento do suporte e da gestão organizacional no Poder Judiciário	R\$41.425.000,00	R\$45.225.000,00	R\$42.026.331,46	101,45%	92,93%

Fonte: FIPLAN MTI 17/01/2024 14:43

PPD – Planejamento e Programação da Despesa (Capacidade de Planejar)

101,45%									
Altamente Deficiente 0% e 40%	Deficiente 40,01% e 60%	Regular 60,01% e 80%	Bom 80,01% e 90%	Ótimo 90,01% a 110%	Bom 110,01% e 120%	Regular 120,01% e 140%	Deficiente 140,01% e 160%	Altamente Deficiente acima de 160,01%	

COFD – Capacidade Operacional Financeira da Despesa (Capacidade de Executar)

92,93%									
Altamente Deficiente 0% e 40%	Deficiente 40,01% e 60%	Regular 60,01% e 80%	Bom 80,01% e 90%	Ótimo 90,01% a 110%	Bom 110,01% e 120%	Regular 120,01% e 140%	Deficiente 140,01% e 160%	Altamente Deficiente acima de 160,01%	

4.19. PROGRAMA 529 – Análise da Meta Física

O objetivo desse Programa 529 - Aprimoramento do suporte e da gestão organizacional no Poder Judiciário é assegurar a satisfação do jurisdicionado e a confiabilidade da sociedade em relação ao Poder Judiciário de Mato Grosso. Para isso foram estabelecidos como indicadores o Índice de inovações tecnológicas e o Índice de edificações e reestruturações, que alcançaram os resultados de **100%** da meta física estabelecida para o exercício 2023.

A meta referente ao Índice de inovações tecnológicas foi atingida com a homologação e implantação Projeto Piloto Mandamus no PJe na área judiciária e pela entrega do aplicativo TODOJUD e da automação de protestos na área administrativa.

4.20. PROGRAMA 529 – Análise Orçamentária

O orçamento autorizado para cumprimento das atividades do Programa 529 - Aprimoramento do suporte e da gestão organizacional no Poder Judiciário foi suficiente para o atendimento das necessidades previstas, atingindo resultado de **101,45% (ÓTIMO)**, no que tange à capacidade de planejar, representado pelo indicador de Planejamento e Programação da Despesa (PPD).

Após remanejamentos para ações de outros Programas, o exercício foi encerrado com R\$42.026.331,46. Essa medida contribuiu para o ótimo desempenho da execução orçamentária, com o atingimento de **92,93% (ÓTIMO)** no indicador da COFD – Capacidade Operacional Financeira da Despesa.

PROGRAMA - 529

Aprimoramento do suporte e da gestão organizacional no Poder Judiciário

PAOE 1506 - Ampliação das ações de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário

Responsável:	Edleuza Zorgetti Monteiro da Silva
Objetivo Específico:	Melhorar o desempenho dos indicadores sustentáveis do Poder Judiciário, de acordo com a Resolução 201/2015 do CNJ, avaliados no Selo Justiça em Números.

QUADRO DA EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO

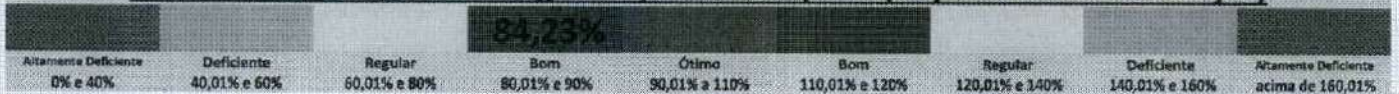
PRODUTO	Unidade de Medida	Metas Físicas PPA 2020-2023	Exercício	META	RESULTADO	Desemp. Final(%)
Metas do CNJ cumpridas	Unidade	45,00	2020	45,00	15,00	33,33%
			2021	45,00	23,00	51,11%
			2022	45,00	2,00	4,44%
			2023	45,00	25,00	55,56%

QUADRO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DA AÇÃO

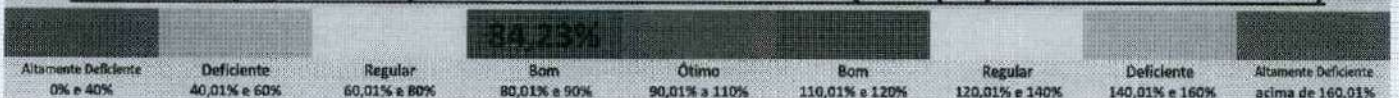
Exercício	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
2020	R\$305.000,00	R\$305.000,00	R\$0,00	0,00%	0,00%
2021	R\$205.000,00	R\$205.000,00	R\$9.000,00	4,39%	4,39%
2022	R\$212.500,00	R\$212.500,00	R\$187.850,00	88,40%	88,40%
2023	R\$230.000,00	R\$230.000,00	R\$193.739,16	84,23%	84,23%

Fonte: FIPLAN MTI 17/01/2024 14:43

PPD – Planejamento e Programação da Despesa (Capacidade de Planejar)



COFD – Capacidade Operacional Financeira da Despesa (Capacidade de Executar)



4.21. PAOE 1506

PRIMEIRA ETAPA – Análise da Meta Física

Meta PPA para 2023: 45 pontos;

Resultado alcançado: 25 pontos (55,56%)

Com o objetivo de melhorar o desempenho dos indicadores sustentáveis do PJMT, de acordo com a Resolução nº 400/2021, o Núcleo de Sustentabilidade (NS) atuou, em 2023, com o acompanhamento do Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS) estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ); elaboração e monitoramento do IDS do TJMT e entrega de Selos de Reconhecimento para as áreas e comarcas que mais se destacaram; elaboração e implementação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS); acompanhamento das metas do Plano de Logística Sustentável (PLS) e seu plano de ação; organização do VIII Encontro de Sustentabilidade, entre outras atividades. Dentre essas atividades realizadas em 2023, optou-se, no período de elaboração do PPA 2020-2023, por trazer a contribuição do NS no Prêmio CNJ da Qualidade, cujo critério pontuação está interligado ao desempenho do IDS CNJ.

No entanto, os critérios de pontuação são publicados anualmente pelo CNJ e, comumente, trazem alterações. Dessa forma, importa informar que a pontuação máxima possível para pontuação do Prêmio CNJ da Qualidade em 2020 (início do PPA em análise) era de 45 pontos e, atualmente, são de até 25 pontos. Portanto, apesar do CNJ aumentar regularmente as dificuldades para o atingimento de um bom nível de desempenho no IDS, a pontuação máxima caiu para 25 pontos. Além disso, o CNJ só faz a publicação do referido indicador no mês de junho de cada ano, em relação ao período do ano anterior, de modo que o IDS a ser analisado nesse contexto de RAG 2023, é o IDS 2022 (publicado em junho de 2023) e que trouxe reflexos na pontuação do Prêmio CNJ da Qualidade de 2023.

Tendo esclarecido os critérios de pontuação e as metas pré-estabelecidas no PPA 2020-2023, passa-se à manifestação acerca do desempenho da meta física.

No ano de 2023, o PJMT conseguiu alcançar a pontuação máxima no IDS CNJ acrescentando, portanto, **25 pontos** no Prêmio CNJ da Qualidade. A condição mínima para atingimento dessa pontuação foi que o IDS/CNJ do TJMT fosse igual ou maior que 65%, tendo atingido o percentual de 72%.

Neste contexto, o IDS 2022, publicado no 7º Balanço da Sustentabilidade, em junho de 2023, considerou os seguintes indicadores: 1) consumo de energia elétrica (KWh) per capita; 2) consumo de água (m³) per capita; 3) número de usuários(as) por veículo; 4) consumo de copos descartáveis per capita; 5) gastos de transporte per capita; 6) gastos de papel per capita; 7) destinação de material para reciclagem

em relação à força de trabalho total; 8) consumo de água envasada descartável per capita; 9) gastos de telefonia per capita; 10) quantidade de equipamentos de impressão per capita.

SEGUNDA ETAPA – Análise orçamentária

Dotação Inicial: R\$230.000,00

Dotação Final: R\$230.000,00

Empenhado: R\$193.739,16

PPD (Capacidade de Planejar): 84,23% - BOM

COFD (Capacidade de Executar): 84,23% - BOM

Em 2023, o Núcleo de Sustentabilidade executou **84,23% (BOM)** do orçamento disponibilizado. O orçamento do NS foi utilizado na implementação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), participação em eventos e treinamentos, visitas técnicas, além da realização do VIII Encontro de Sustentabilidade.

O VIII Encontro de Sustentabilidade, realizado em agosto de 2023, teve o foco nas perspectivas de atuação dos órgãos públicos na temática da ASG (Ambiental, Social e Governança) e trouxe palestrantes de renome que atuam em consultorias de diversas empresas e órgãos públicos em todo o Brasil.

O Evento expôs também o tema de Licitações Sustentáveis, focando na importância da inclusão do ciclo de vida dos produtos adquiridos no fluxo de licitações.

E, por fim, a entrega de Selos de Reconhecimento, no âmbito do programa ECONOMIA Legal. Para esse evento, além do pagamento de palestrantes, houve o pagamento de diárias e compra de copos retráteis sustentáveis que foram distribuídos aos participantes do evento.

Em 2023, o Núcleo de Sustentabilidade também deu início a implementação do PGRS com a compra de treze contêineres que serão utilizados na Central de Resíduos do TJMT para a separação de todo o resíduo reciclável que será encaminhado para cooperativas de catadores ou outras instituições parceiras, para destinação final adequada. Outra ação vinculada à implementação do PGRS foram as visitas técnicas de orientação às comarcas de Campo Verde, Primavera do Leste, Barra do Garças, Nova Xavantina e Água Boa.

Durante o exercício financeiro, a equipe do Núcleo de Sustentabilidade e os agentes de sustentabilidade, designados pela Portaria nº 1.115/2023, foram inscritos em treinamentos/capacitações (Curso Planejamento, controle e compensação de emissão de carbono, Treinamento Liderança ESG, Seminário Excelência em Contratações Públicas Sustentáveis).

Por fim, o recurso não foi totalmente utilizado, visto que não foi possível o pagamento de diárias à totalidade de Gestores Gerais e Agentes Sustentáveis ao VIII Encontro da Sustentabilidade,

conforme planejamento anterior e, portanto, optou-se por tornar o evento híbrido, possibilitando a participação de todos os interessados de maneira remota (*Microsoft Teams e YouTube*).

PAOE 3233 - Inovação Tecnológica no Poder Judiciário

Responsável:	Thomás Augusto Caetano
Objetivo Específico:	Propiciar melhorias, facilidades, agilidades, na prestação jurisdicional no Poder Judiciário, com o uso de recursos tecnológicos inovadores.

QUADRO DA EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO

PRODUTO	Unidade de Medida	Metas Físicas PPA 2020-2023	Exercício	META	RESULTADO	Desemp. Final(%)
Inovações na Área Judiciária disponibilizadas	Unidade	6,00	2020	2,00	2,00	100,00%
			2021	2,00	2,00	100,00%
			2022	1,00	0,00	0,00%
			2023	1,00	1,00	100,00%
Inovações na Área Administrativa disponibilizadas	Unidade	6,00	2020	2,00	2,00	100,00%
			2021	1,00	1,00	100,00%
			2022	1,00	1,00	100,00%
			2023	2,00	2,00	100,00%

QUADRO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DA AÇÃO

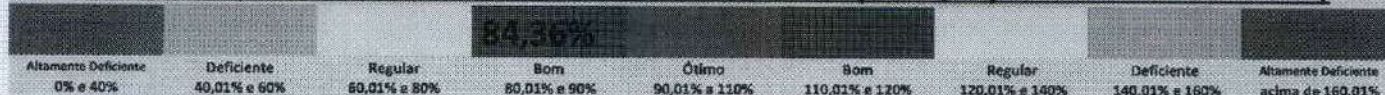
Exercício	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
2020	R\$9.747.000,00	R\$11.447.000,00	R\$6.610.467,36	67,82%	57,75%
2021	R\$9.900.000,00	R\$8.900.000,00	R\$8.423.809,00	85,09%	94,65%
2022	R\$10.890.000,00	R\$8.090.000,00	R\$7.025.834,66	64,52%	86,85%
2023	R\$12.515.000,00	R\$11.315.000,00	R\$9.545.768,49	76,27%	84,36%

Fonte: FIPLAN MTI 17/01/2024 14:43

PPD – Planejamento e Programação da Despesa (Capacidade de Planejar)



COFD – Capacidade Operacional Financeira da Despesa (Capacidade de Executar)



4.22. PAOE 3233

PRIMEIRA ETAPA – Análise da Meta Física

Meta PPA para 2023: Inovações na Área Judiciária disponibilizadas - 1

Resultado alcançado: 1 (100,00%)

Meta PPA para 2023: Inovações na Área Administrativa disponibilizadas - 2

Resultado alcançado: 2 (100,00%)

O PAOE 3233 tinha como objetivo a entrega de inovações em softwares, equipamentos e serviços de tecnologia que permitissem o aprimoramento do suporte e da gestão organizacional, que foram completamente realizadas conforme planejado:

- Uma **(01)** inovação para área judiciária, sendo ela:
 - ✓ Homologação e implantação Projeto Piloto Mandamus no PJe, uma solução baseada em aplicativo móvel para uso pelos Oficiais de Justiça contemplando a automatização dos processos de geração e cumprimento de mandados judiciais expedidos no PJe.
- Foram entregues duas **(02)** inovações na área administrativa, a saber:
 - ✓ Entrega do aplicativo TODOJUD que permitiu a ampliação do acesso aos serviços da Justiça para servidores, magistrados, advogados e público externo;
 - ✓ Automação de protestos que permitiu a realização do registro de protestos de forma automatizada, sem a intervenção manual, com a finalidade de distribuição dos títulos nos respectivos cartórios de protestos de acordo com a comarca do processo.

O PAOE 3233 forneceu recursos para sustentação, atualização do ecossistema do PJe e também de sistemas Administrativos de apoio ofertando as melhorias, facilidades e agilidades na prestação jurisdicional e rotinas Administrativas do Poder Judiciário.

Por força da alta regulação e controle dos atos da Administração Pública, predominaram no projeto 3233 ações de inovação incremental, com melhorias em processos, tecnologias e experiências existentes, evitando os riscos e embates das inovações chamadas disruptivas. Desta forma, por tratar de ações relacionadas a sistemas e subsistemas já em operação, é difícil dissociar os recursos específicos da ação de outros recursos humanos da Instituição, materiais e recursos tecnológicos disponibilizados, por exemplo pelo PAOE 2009.

Nota-se especial valor nas entregas do PAOE 3233 em decorrência de sua relação direta com o ganho de produtividade e eficiência das atividades finalísticas.

A homologação e implantação Projeto Piloto Mandamus no PJe, um aplicativo móvel integrado ao PJe que automatiza os processos de geração e cumprimento de mandados judiciais, possibilitou que o cumprimento dos mandados ocorresse de forma integralmente digital, desde o seu recebimento, realização das anotações necessárias, certificação e juntada nos autos, tudo através da interface do próprio app mobile.

O lançamento do aplicativo TODOJUD que permitiu a ampliação do acesso e oferta de novos serviços da Justiça para servidores, magistrados, advogados e público externo.

A Automação de protestos permitiu a realização do registro de protestos de forma automatizada, sem a intervenção manual, com a finalidade de distribuição dos títulos nos respectivos cartórios de protestos de acordo com a comarca do processo. Dentre os benefícios obtidos com essa inovação, pode-se listar:

- Celeridade no processo de registro de débitos em protesto;
- Aumento de 486% na arrecadação em 2023, pós implantação do sistema;
- Minimizado o trabalho manual dos servidores do PJMT;
- Redução da inadimplência com o PJMT;

SEGUNDA ETAPA – Análise orçamentária

Dotação Inicial: R\$12.515.000,00

Dotação Final: R\$11.315.000,00

Empenhado: R\$9.545.768,49

PPD (Capacidade de Planejar): 76,27% - REGULAR

COFD (Capacidade de Executar): 84,36% - BOM

O PAOE 3233 – Inovação Tecnológica no PJMT é parte do programa que pretende aprimorar o suporte e a gestão organizacional do Poder Judiciário de Mato Grosso sendo, portanto, essencial às ações de transformação da Instituição para torná-la efetiva e ágil na garantia dos direitos e que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento do país.

Neste sentido, destaca-se a imprescindibilidade dos recursos tecnológicos em ações de modernização relativas ao Processo Judicial Eletrônico, ferramenta central na qual se apoia a estratégia nacional do Poder Judiciário e sua Plataforma Digital do Poder Judiciário - PDPJ.

A ação governamental foi executada integralmente e ofereceu desde seu início os recursos suficientes para o cumprimento da meta física estabelecida. Com isto, pode-se obter desempenho conforme o esperado no Plano de Trabalho anual.

O objetivo da ação foi alcançado com suporte orçamentário aos contratos:

- 124/2021 e 72/2021 referentes a mão de obra terceirizada para prestação de serviços Técnicos de desenvolvimento, de manutenção e de sustentação de soluções de software na forma presencial e na forma de Fábrica de Software referente ao sistema PJe;
- 65/2021 referente a prestação de serviços de apoio à contagem de pontos de função, em regime de fábrica de métricas.
- 52/2019 referente ao software de Gestão de Patrimônio Mobiliário, Patrimônio Imobiliário e Almoxarifado.

Os recursos financeiros para execução da ação foram bem dimensionados e foram disponibilizados em consonância com a demanda planejada, sendo atingido **76,27% (REGULAR)** no PPD e **84,36% (BOM)** no COFD.

Entre as dificuldades para execução do orçamento pode-se citar aquelas provenientes dos procedimentos licitatórios, bem como perda de capacidade produtiva na troca de profissionais que ocupam os postos de trabalho terceirizados, que representam mais do que 80% do quadro de colaboradores.

Contudo, com esforços adicionais tais como criação de cargos de comissão e reajuste de contratos de terceirização, pode-se contornar as dificuldades e os produtos da ação governamental puderam ser entregues dentro do exercício e com a qualidade desejada preservando a execução em nível bom.

PAOE 3237 - Melhoria nas edificações no Poder Judiciário

Responsável:	Roberto Cyriaco da Silva
Objetivo Específico:	Elaborar projetos de engenharia e executar obras de ampliação e construção de edificações do Poder Judiciário.

QUADRO DA EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO

PRODUTO	Unidade de Medida	Metas Físicas PPA 2020-2023	Exercício	META	RESULTADO	Desemp. Final(%)
Metro quadrado construído	Metros quadrados	142.616,28	2020	10.281,00	24.243,00	235,80%
			2021	13.200,00	18.793,54	142,38%
			2022	2.700,00	52.443,23	1942,34%
			2023	13.600,00	43.647,30	320,94%

QUADRO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DA AÇÃO

Exercício	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
2020	R\$25.866.000,00	R\$79.777.281,77	R\$74.408.088,11	287,67%	93,27%
2021	R\$6.156.000,00	R\$22.303.000,00	R\$21.880.730,57	355,44%	98,11%
2022	R\$5.793.000,00	R\$37.825.686,79	R\$36.734.573,65	634,12%	97,12%
2023	R\$28.680.000,00	R\$33.680.000,00	R\$32.286.823,81	112,58%	95,86%

Fonte: FIPLAN MTI 17/01/2024 14:43

PPD – Planejamento e Programação da Despesa (Capacidade de Planejar)

					112,58%				
Altamente Deficiente	Deficiente	Regular	Bom	Ótimo	Bom	Regular	Deficiente	Altamente Deficiente	
0% e 40%	40,01% e 60%	60,01% e 80%	80,01% e 90%	90,01% a 110%	110,01% e 120%	120,01% e 140%	140,01% e 160%	acima de 160,01%	

COFD – Capacidade Operacional Financeira da Despesa (Capacidade de Executar)

					95,86%				
Altamente Deficiente	Deficiente	Regular	Bom	Ótimo	Bom	Regular	Deficiente	Altamente Deficiente	
0% e 40%	40,01% e 60%	60,01% e 80%	80,01% e 90%	90,01% a 110%	110,01% e 120%	120,01% e 140%	140,01% e 160%	acima de 160,01%	

4.23. PAOE 3237

PRIMEIRA ETAPA – Análise da Meta Física

Meta PPA para 2023: Metro quadrado construído - 13.600,00 m²

Resultado alcançado: 43.647,30 m² (320,94%)

As dificuldades encontradas compreendem a incapacidade de execução por parte das empresas, demora nas tomadas de decisões, mudança no escopo durante a obra por serem necessárias diante do surgimento de novas atividades para utilização do imóvel mas, ao final de 2023, foram entregues **43.647,30 m²** construídos. A área tem a capacidade de executar muito mais do que a meta estabelecida, face ao surgimento de outras demandas não previstas, mas realizadas pelo setor, tais como:

- Construção do edifício para abrigar o Fórum da Comarca de Alto Garça;
- Execução de serviços de sondagens em diversas comarcas;
- Instalação de usinas de energia solar nos seguintes locais Comarcas de Várzea Grande e Fórum da Capital;
- Continuidade da obra de reforma e ampliação de Pontes e Lacerda;
- Continuidade da obra de construção do fórum da comarca de Chapada dos Guimarães;
- Obra de Ampliação do Anexo Des. Atahide;
- Contratação de serviços de instalação de Elevador Rondonópolis;
- Reforma e ampliação do Fórum da Comarca Tapurah;
- Reforma da guarita de acesso de veículos de servidores e adequação do estacionamento "I" do TJMT;
- Continuidade das obras de reforma e ampliação dos Juizados da Infância e Juventude de Cuiabá;
- Elaboração de projetos para reforma e ampliação do Fórum de Paranaíta;
- Elaboração de projetos para reforma e ampliação do Fórum de Colniza;
- Elaboração de projetos para execução de melhorias no Fórum de Cuiabá;
- Elaboração de projetos para acessibilidade e melhorias dos plenários do TJMT;
- Elaboração de projetos para instalação de energia solar em 19 comarcas categoria B de consumo;
- Elaboração de projetos para construção do Prédio do DMP;
- Elaboração de projetos para reforma e ampliação do Fórum de Diamantino;
- Elaboração de projetos para reforma do prédio de Aripuanã;
- Elaboração de projetos reforma do plenário de Rondonópolis;

SEGUNDA ETAPA – Análise orçamentária

Dotação Inicial: R\$28.680.000,00

Dotação Final: R\$33.680.000,00

Empenhado: R\$32.286.823,81

PPD (Capacidade de Planejar): 112,58%

COFD (Capacidade de Executar): 95,86%

Os produtos executados são adequados dentro do projetado, porém, em sua maioria não foram entregues dentro do prazo por falta de capacidade executiva das empresas contratadas gerando multas e outras punições previstas em lei.

Os serviços de sondagens estão sendo executados por empresa de sondagem para melhor elaboração dos projetos evitando dessa forma possíveis aditamentos na fase estrutural.

Essas ações todas estão intrinsicamente ligadas a melhoria da prestação jurisdicional levando-se em conta que todas as obras buscam dotar melhorias estruturais tanto no seguimento físico quanto no cabeamento lógico, propiciando uma maior eficiência da rede lógica para uso tanto do público interno como externo das comarcas, colaborando para a efetiva prestação jurisdicional.

Assim, o resultado alcançado foi no PPD foi de **112,58% (BOM)** e no COFD foi de **95,86% (ÓTIMO)**.

**5. ATIVIDADES REALIZADAS NOS PROGRAMAS
DE MANUTENÇÃO**

UO 03.601 - FUNAJURIS

UO responsável	03601 - Fundo de Apoio ao Judiciário (FUNAJURIS)
Eixo Estratégico	Atuação dos demais Poderes e Órgãos Autônomos
Objetivo do Estado	Assegurar a satisfação do jurisdicionado e a confiabilidade da sociedade em relação ao Poder Judiciário de Mato Grosso.
Programa	036 - Apoio Administrativo
Tipo de programa	Manutenção
Gestor do programa	Bruna Thaisa Dias Penachioni
Objetivos do programa	Prover os órgãos do Estado de meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

QUADRO DA EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO

PAOE	Produto	Unidade de Medida	Metas Físicas PPA 2020-2023	Exercício	META	RESULTADO	Desemp. Final(%)
2005 – Manutenção e conservação de bens imóveis	Ação Mantida	Percentual	100,00%	2020	100,00%	100,00%	100,00%
				2021	100,00%	100,00%	100,00%
				2022	100,00%	100,00%	100,00%
				2023	100,00%	100,00%	100,00%
2006 – Manutenção de serviços de Transporte	Ação Mantida	Percentual	100,00%	2020	100,00%	100,00%	100,00%
				2021	100,00%	100,00%	100,00%
				2022	100,00%	100,00%	100,00%
				2023	100,00%	100,00%	100,00%
2007 – Manutenção de serviços administrativos gerais	Ação Mantida	Percentual	100,00%	2020	100,00%	100,00%	100,00%
				2021	100,00%	100,00%	100,00%
				2022	100,00%	100,00%	100,00%
				2023	100,00%	100,00%	100,00%
2009 – Manutenção de ações de informática	Ação Mantida	Percentual	100,00%	2020	100,00%	100,00%	100,00%
				2021	100,00%	100,00%	100,00%
				2022	100,00%	100,00%	100,00%
				2023	100,00%	100,00%	100,00%
2010 – Manutenção de órgãos colegiados	Ação Mantida	Percentual	100,00%	2020	100,00%	100,00%	100,00%
				2021	100,00%	100,00%	100,00%
				2022	100,00%	100,00%	100,00%
				2023	100,00%	100,00%	100,00%
2014 – Pagamento de verbas indenizatórias a servidores estaduais	Ação Mantida	Percentual	100,00%	2020	100,00%	100,00%	100,00%
				2021	100,00%	100,00%	100,00%
				2022	100,00%	100,00%	100,00%
				2023	100,00%	100,00%	100,00%
4491 – Pagamento de verbas indenizatórias a servidores estaduais	Ação Mantida	Percentual	100,00%	2020	100,00%	100,00%	100,00%
				2021	100,00%	100,00%	100,00%
				2022	100,00%	100,00%	100,00%
				2023	100,00%	100,00%	100,00%

QUADRO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DA AÇÃO

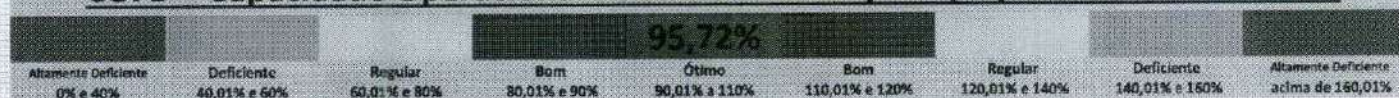
PAOE	Exercício	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
2005 – Manutenção e conservação de bens imóveis	2020	R\$14.038.700,00	R\$32.358.700,00	R\$28.022.175,67	199,61%	86,60%
	2021	R\$14.807.600,00	R\$23.642.600,00	R\$17.329.730,45	117,03%	73,30%
	2022	R\$15.308.000,00	R\$40.382.728,72	R\$38.251.400,82	249,88%	94,72%
	2023	R\$23.531.240,00	R\$56.081.240,00	R\$54.327.713,66	230,87%	96,87%
2006 – Manutenção de serviços de Transporte	2020	R\$13.608.000,00	R\$14.193.000,00	R\$11.265.494,77	82,79%	79,37%
	2021	R\$13.787.500,00	R\$12.587.500,00	R\$11.638.645,48	84,41%	92,46%
	2022	R\$13.802.450,00	R\$18.498.449,98	R\$17.429.831,96	126,28%	94,22%
	2023	R\$20.108.000,00	R\$20.108.000,00	R\$19.358.588,91	96,27%	96,27%
2007 – Manutenção de serviços administrativos gerais	2020	R\$94.066.174,00	R\$106.766.174,00	R\$83.184.413,61	88,43%	77,91%
	2021	R\$101.015.521,00	R\$101.975.521,00	R\$91.586.012,19	90,67%	89,81%
	2022	R\$107.116.900,00	R\$119.678.649,83	R\$110.417.614,77	103,08%	92,26%
	2023	R\$124.518.691,00	R\$139.307.691,00	R\$124.892.100,18	100,30%	89,65%
2009 – Manutenção de ações de informática	2020	R\$64.298.300,00	R\$82.560.048,10	R\$66.942.188,53	104,11%	81,08%
	2021	R\$65.677.000,00	R\$108.162.000,00	R\$104.151.755,36	158,58%	96,29%
	2022	R\$77.120.000,00	R\$136.920.000,00	R\$122.741.521,22	159,16%	89,64%
	2023	R\$99.000.000,00	R\$147.950.000,00	R\$139.161.895,65	140,57%	94,06%
2010 – Manutenção de órgãos colegiados	2020	R\$12.000,00	R\$12.000,00	R\$0,00	0,00%	0,00%
	2021	R\$12.000,00	R\$12.000,00	R\$0,00	0,00%	0,00%
	2022	R\$12.000,00	R\$60.000,00	R\$60.000,00	500,00%	100,00%
	2023	R\$60.000,00	R\$60.000,00	R\$60.000,00	100,00%	100,00%
2014 – Pagamento de verbas indenizatórias a servidores estaduais	2020	R\$7.143.100,00	R\$7.143.100,00	R\$5.759.187,27	80,63%	80,63%
	2021	R\$8.577.900,00	R\$8.577.900,00	R\$7.963.801,79	92,84%	92,84%
	2022	R\$9.150.000,00	R\$9.150.000,00	R\$8.516.223,35	93,07%	93,07%
	2023	R\$9.360.000,00	R\$10.071.000,00	R\$10.019.161,55	107,04%	99,49%
4491 – Pagamento de verbas indenizatórias a servidores estaduais	2020	R\$110.000,00	R\$17.990.000,00	R\$6.925.397,04	6295,82%	38,50%
	2021	R\$114.500,00	R\$114.500,00	R\$63.046,74	55,06%	55,06%
	2022	R\$138.000,00	R\$138.000,00	R\$101.058,06	73,23%	73,23%
	2023	R\$143.000,00	R\$231.343.000,00	R\$231.218.622,75	161691,34%	99,95%
036 - Apoio Administrativo	2020	R\$193.276.274,00	R\$261.023.022,10	R\$202.098.856,89	104,56%	77,43%
	2021	R\$203.992.021,00	R\$255.072.021,00	R\$232.732.992,01	114,09%	91,24%
	2022	R\$222.647.350,00	R\$324.827.828,53	R\$297.517.650,18	133,63%	91,59%
	2023	R\$276.720.931,00	R\$604.920.931,00	R\$579.038.082,70	209,25%	95,72%

Fonte: FIPLAN MTI 17/01/2024 14:43

PPD – Planejamento e Programação da Despesa (Capacidade de Planejar)



COFD – Capacidade Operacional Financeira da Despesa (Capacidade de Executar)



UO responsável	03601 - Fundo de Apoio ao Judiciário (FUNAJURIS)
Eixo Estratégico	Atuação dos demais Poderes e Órgãos Autônomos
Objetivo do Estado	Assegurar a satisfação do jurisdicionado e a confiabilidade da sociedade em relação ao Poder Judiciário de Mato Grosso.
Programa	996 – Operações Especiais: outras
Tipo de programa	Manutenção
Gestor do programa	Ilman Rondon Lopes
Objetivos do programa	Atender outros encargos especiais

QUADRO DA EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO

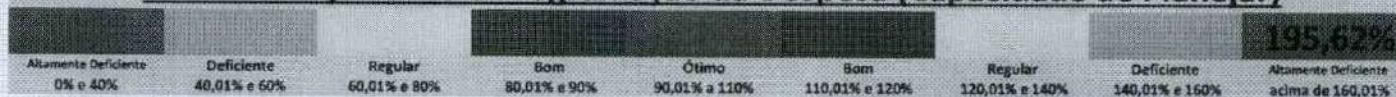
PAOE	Produto	Unidade de Medida	Metas Físicas PPA 2020-2023	Exercício	META	RESULTADO	Desemp. Final(%)
8002 – Recolhimento do PIS-PASEP e pagamento do abono	Ação Mantida	Percentual	100,00%	2020	100,00%	100,00%	100,00%
				2021	100,00%	100,00%	100,00%
				2022	100,00%	100,00%	100,00%
				2023	100,00%	100,00%	100,00%
8010 – Indenizações e restituições	Ação Mantida	Percentual	100,00%	2020	100,00%	100,00%	100,00%
				2021	100,00%	100,00%	100,00%
				2022	100,00%	100,00%	100,00%
				2023	100,00%	100,00%	100,00%

QUADRO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DA AÇÃO

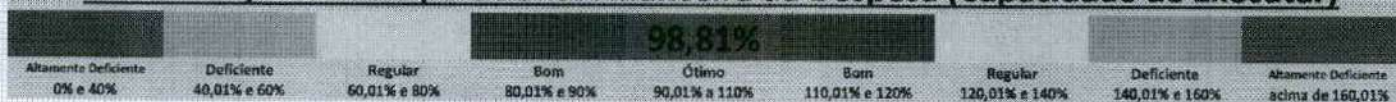
PAOE	Exercício	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
8002 – Recolhimento do PIS-PASEP e pagamento do abono	2020	R\$2.850.645,00	R\$2.850.645,00	R\$2.570.603,74	90,18%	90,18%
	2021	R\$2.753.855,00	R\$5.193.855,00	R\$4.980.158,15	180,84%	95,89%
	2022	R\$3.064.660,00	R\$6.414.660,00	R\$6.023.059,05	196,53%	93,90%
	2023	R\$4.032.585,00	R\$7.982.585,00	R\$7.832.585,00	194,23%	98,12%
8010 – Indenizações e restituições	2020	R\$650.000,00	R\$1.521.970,13	R\$1.159.315,55	178,36%	76,17%
	2021	R\$850.000,00	R\$6.650.000,00	R\$5.883.416,97	692,17%	88,47%
	2022	R\$1.415.000,00	R\$2.165.000,00	R\$2.004.605,10	141,67%	92,59%
	2023	R\$2.550.000,00	R\$5.050.000,00	R\$5.044.430,88	197,82%	99,89%
996 – Operações Especiais: outras	2020	R\$3.500.645,00	R\$4.372.615,13	R\$3.729.919,29	106,55%	85,30%
	2021	R\$3.603.855,00	R\$11.843.855,00	R\$10.863.575,12	301,44%	91,72%
	2022	R\$4.479.660,00	R\$8.579.660,00	R\$8.027.664,15	179,20%	93,57%
	2023	R\$6.582.585,00	R\$13.032.585,00	R\$12.877.015,88	195,62%	98,81%

Fonte: FIPLAN MTI 17/01/2024 14:43

PPD – Planejamento e Programação da Despesa (Capacidade de Planejar)



COFD – Capacidade Operacional Financeira da Despesa (Capacidade de Executar)



5.1. PROGRAMAS 036 E 996 (UO 03.601) – Análise da Meta Física

Foram realizadas as seguintes ações de manutenção do Poder Judiciário nos Programas 036 - Apoio Administrativo e 996 – Operações Especiais:

- ✓ Segurança Institucional: aquisições de câmeras de monitoramento, detectores de metal, scanners e munições.
- ✓ Manutenção Predial: realização de serviços de manutenção e conservação dos prédios do PJMT com a contratação de mão de obra, com manutenção de condicionadores de ar e manutenção da rede lógica;
- ✓ Manutenção da logística de transportes: serviços de manutenção da frota de veículos próprios, pagamento de alugueis de veículos e aquisição de combustível, além da contratação de mão-de-obra de motoristas;
- ✓ Manutenção atividades administrativas gerais: pagamento de contratos continuados essenciais, serviços terceirizados, serviços gráficos, diárias, alimentação, compra de passagens aéreas e terrestres, recolhimento de contribuições patronais ao INSS, além de aquisição de material permanente de uso comum (entre eles, mobiliário e ar condicionado) e pagamento de serviços essenciais (como, energia elétrica, água e esgoto e telefonia);
- ✓ Manutenção ações de informática: aquisição de notebooks, manutenção de sistemas, expansão da rede, manutenção de equipamentos, melhoria de ferramentas de BI, pagamento de contratos de manutenção e suporte à infraestrutura de TI, modernização da solução de e-mail, aquisição de sala segura, melhoria de ferramentas de trabalho remoto, melhorias sistema Pje (Processo Judicial Eletrônico), locação de mão de obra de desenvolvimento e conectividade;
- ✓ Comunicação: parcerias externas com apoio a campanhas de interesse social, atuação de divulgação e acompanhamento de campanhas, mídias para rádio, TV e internet, acompanhamento de webnários e eventos presenciais;

Assim o resultado do exercício de 2023 foi a entrega de **100%** das ações de manutenção no Programa 036 - Apoio Administrativo e de **100%** das ações de manutenção no Programa 996 – Operações Especiais: outras.

5.2. PROGRAMAS 036 E 996 (UO 03.601) – Análise Orçamentária

Durante o exercício financeiro de 2023 foi disponibilizado no Programa 036 - Apoio Administrativo inicialmente R\$276.720.931,00 e após a suplementação de superávit o orçamento final fechou em R\$604.920.931,00 que causou o percentual de **209,25% (ALTAMENTE DEFICITÁRIO)** no indicador PPD. O total empenhado foi de R\$579.041.801,65 que representa **95,72% (ÓTIMO)** na capacidade de execução.

Quanto ao Programa 996 – Operações Especiais: outras foi disponibilizado inicialmente R\$6.582.585,00 e após suplementação por superávit a dotação final fechou em R\$13.032.585,00 resultando um PPD de **195,62% (ALTAMENTE DEFICITÁRIO)**. Entretanto a capacidade de executar registrou **98,81% (ÓTIMO)** demonstrando a eficiência do Poder Judiciário.

UO 03.101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA

UO responsável	03101 – Tribunal de Justiça
Eixo Estratégico	Atuação dos demais Poderes e Órgãos Autônomos
Objetivo do Estado	Assegurar a satisfação do jurisdicionado e a confiabilidade da sociedade em relação ao Poder Judiciário de Mato Grosso.
Programa	036 - Apoio Administrativo
Tipo de programa	Manutenção
Gestor do programa	Bruna Thaisa Dias Penachioni
Objetivos do programa	Prover os órgãos do Estado de meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

QUADRO DA EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO

PAOE	Produto	Unidade de Medida	Metas Físicas PPA 2020-2023	Exercício	META	RESULTADO	Desemp. Final(%)
2007 - Manutenção de serviços administrativos gerais	Ação Mantida	Percentual	100,00%	2020	100,00%	100,00%	100,00%
				2021	100,00%	100,00%	100,00%
				2022	100,00%	100,00%	100,00%
				2023	100,00%	100,00%	100,00%
2008 - Remuneração de pessoal ativo do Estado e encargos sociais	Ação Mantida	Percentual	100,00%	2020	100,00%	100,00%	100,00%
				2021	100,00%	100,00%	100,00%
				2022	100,00%	100,00%	100,00%
				2023	100,00%	100,00%	100,00%
4491 - Pagamento de verbas indenizatórias a servidores estaduais	Ação Mantida	Percentual	100,00%	2020	100,00%	100,00%	100,00%
				2021	100,00%	100,00%	100,00%
				2022	100,00%	100,00%	100,00%
				2023	100,00%	100,00%	100,00%
2854 - Pagamento da contribuição do patrocinador para a Previdência Complementar	Ação Mantida	Percentual	100,00%	2020	100,00%	100,00%	100,00%
				2021	100,00%	100,00%	100,00%
				2022	100,00%	100,00%	100,00%
				2023	100,00%	100,00%	100,00%

QUADRO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DA AÇÃO

PAOE	Exercício	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
2007 - Manutenção de serviços administrativos gerais	2020	R\$93.260.000,00	R\$22.191.000,00	R\$20.156.100,82	21,61%	90,83%
	2021	R\$32.545.000,00	R\$22.503.000,00	R\$17.458.582,63	53,64%	77,58%
	2022	R\$35.894.390,00	R\$24.289.390,00	R\$23.728.605,99	66,11%	97,69%
	2023	R\$40.600.000,00	R\$28.465.000,00	R\$27.938.297,38	68,81%	98,15%
2008 - Remuneração de pessoal ativo do Estado e encargos sociais	2020	R\$831.848.181,00	R\$906.575.971,04	R\$879.221.970,55	105,70%	96,98%
	2021	R\$918.184.695,00	R\$925.324.695,00	R\$853.135.508,06	92,92%	92,20%
	2022	R\$1.003.415.150,00	R\$1.096.968.690,26	R\$1.089.190.210,96	108,55%	99,29%
	2023	R\$1.141.800.239,00	R\$1.451.421.879,55	R\$1.422.518.049,03	124,59%	98,01%
4491 - Pagamento de verbas indenizatórias a servidores estaduais	2020	R\$182.475.000,00	R\$211.391.717,95	R\$211.255.994,15	115,77%	99,94%
	2021	R\$228.900.352,00	R\$224.600.352,00	R\$195.388.478,00	85,36%	86,99%
	2022	R\$220.502.922,00	R\$240.282.922,00	R\$239.265.800,22	108,51%	99,58%
	2023	R\$283.652.000,00	R\$210.652.000,00	R\$209.255.377,44	73,77%	99,34%

2854 - Pagamento da contribuição do patrocinador para a Previdência Complementar	2020	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	-	-
	2021	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	-	-
	2022	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	-	-
	2023	R\$1.390.000,00	R\$1.390.000,00	R\$522.897,35	37,62%	37,62%
036 - Apoio Administrativo	2020	R\$1.107.583.181,00	R\$1.140.158.688,99	R\$1.110.634.065,52	100,28%	97,41%
	2021	R\$1.179.630.047,00	R\$1.172.428.047,00	R\$1.065.982.568,69	90,37%	90,92%
	2022	R\$1.259.812.462,00	R\$1.361.541.002,26	R\$1.352.184.617,17	107,33%	99,31%
	2023	R\$1.467.442.239,00	R\$1.691.928.879,55	R\$1.660.234.621,20	113,14%	98,13%

Fonte: FIPLAN MTI 17/01/2024 14:43

PPD – Planejamento e Programação da Despesa (Capacidade de Planejar)

					113,14%				
Altamente Deficiente	Deficiente	Regular	Bom	Ótimo	Bom	Regular	Deficiente	Altamente Deficiente	
0% e 40%	40,01% e 60%	60,01% e 80%	80,01% e 90%	90,01% e 110%	110,01% e 120%	120,01% e 140%	140,01% e 160%	acima de 160,01%	

COFD – Capacidade Operacional Financeira da Despesa (Capacidade de Executar)

					98,13%				
Altamente Deficiente	Deficiente	Regular	Bom	Ótimo	Bom	Regular	Deficiente	Altamente Deficiente	
0% e 40%	40,01% e 60%	60,01% e 80%	80,01% e 90%	90,01% e 110%	110,01% e 120%	120,01% e 140%	140,01% e 160%	acima de 160,01%	

UO responsável	03101 – Tribunal de Justiça
Eixo Estratégico	Atuação dos demais Poderes e Órgãos Autônomos
Objetivo do Estado	Assegurar a satisfação do jurisdicionado e a confiabilidade da sociedade em relação ao Poder Judiciário de Mato Grosso.
Programa	996 - Operações especiais: outras
Tipo de programa	Manutenção
Gestor do programa	Ilman Rondon Lopes
Objetivos do programa	Atender outros encargos especiais

QUADRO DA EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO

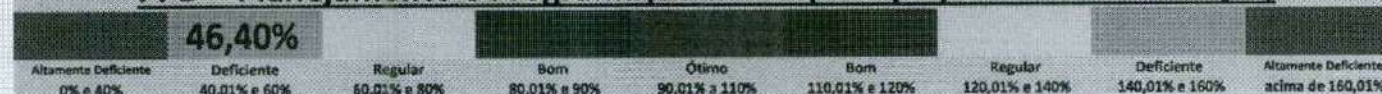
PAOE	Produto	Unidade de Medida	Metas Físicas PPA 2020-2023	Exercício	META	RESULTADO	Desemp. Final(%)
8002 - Recolhimento do PIS-PASEP e pagamento do abono	Ação Mantida	Percentual	100,00%	2020	100,00%	100,00%	100,00%
				2021	100,00%	100,00%	100,00%
				2022	100,00%	100,00%	100,00%
				2023	100,00%	100,00%	100,00%
8010 - Indenizações e restituições	Ação Mantida	Percentual	100,00%	2020	100,00%	100,00%	100,00%
				2021	100,00%	100,00%	100,00%
				2022	100,00%	100,00%	100,00%
				2023	100,00%	100,00%	100,00%

QUADRO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DA AÇÃO

PAOE	Exercício	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
8002 - Recolhimento do PIS-PASEP e pagamento do abono	2020	R\$49.966,00	R\$49.966,00	R\$11.282,78	22,58%	22,58%
	2021	R\$47.532,00	R\$89.532,00	R\$89.163,78	187,59%	99,59%
	2022	R\$21.861,00	R\$366.861,00	R\$208.885,91	955,52%	56,94%
	2023	R\$658.955,00	R\$1.493.955,00	R\$797.538,44	121,03%	53,38%
8010 - Indenizações e restituições	2020	R\$1.060.000,00	R\$0,00	R\$0,00	0,00%	-
	2021	R\$1.060.000,00	R\$1.060.000,00	R\$0,00	0,00%	0,00%
	2022	R\$1.060.000,00	R\$0,00	R\$0,00	0,00%	-
	2023	R\$1.060.000,00	R\$0,00	R\$0,00	0,00%	-
996 - Operações especiais: outras	2020	R\$1.109.966,00	R\$49.966,00	R\$11.282,78	1,02%	22,58%
	2021	R\$1.107.532,00	R\$1.149.532,00	R\$89.163,78	8,05%	7,76%
	2022	R\$1.081.861,00	R\$366.861,00	R\$208.885,91	19,31%	56,94%
	2023	R\$1.718.955,00	R\$1.493.955,00	R\$797.538,44	46,40%	53,38%

Fonte: FIPLAN MTI 17/01/2024 14:43

PPD – Planejamento e Programação da Despesa (Capacidade de Planejar)



COFD – Capacidade Operacional Financeira da Despesa (Capacidade de Executar)



UO responsável	03101 – Tribunal de Justiça
Eixo Estratégico	Atuação dos demais Poderes e Órgãos Autônomos
Objetivo do Estado	Assegurar a satisfação do jurisdicionado e a confiabilidade da sociedade em relação ao Poder Judiciário de Mato Grosso.
Programa	997 - Previdência de inativos e pensionistas do Estado
Tipo de programa	Manutenção
Gestor do programa	Karine Moraes Giacomeli de Lima
Objetivos do programa	Pagar os benefícios previdenciários aos inativos, pensionistas e dependentes.

QUADRO DA EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO

PAOE	Produto	Unidade de Medida	Metas Físicas PPA 2020-2023	Exercício	META	RESULTADO	Desemp. Final(%)
8001 - Pagamento de aposentadorias e pensões - servidores civis	Ação Mantida	Percentual	100,00%	2020	100,00%	100,00%	100,00%
				2021	100,00%	100,00%	100,00%
				2022	100,00%	100,00%	100,00%
				2023	100,00%	100,00%	100,00%
8040 - Recolhimento de encargos e obrigações previdenciárias de inativos e pensionistas do Estado de MT	Ação Mantida	Percentual	100,00%	2020	100,00%	100,00%	100,00%
				2021	100,00%	100,00%	100,00%
				2022	100,00%	100,00%	100,00%
				2023	100,00%	100,00%	100,00%

QUADRO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DA AÇÃO

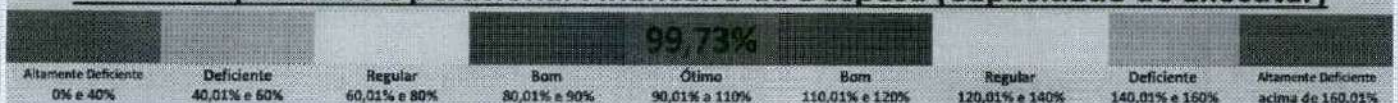
PAOE	Exercício	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
8001 - Pagamento de aposentadorias e pensões - servidores civis	2020	R\$194.982.379,00	R\$232.304.749,26	R\$220.022.711,73	112,84%	94,71%
	2021	R\$229.159.151,00	R\$253.859.151,00	R\$242.475.630,28	105,81%	95,52%
	2022	R\$229.703.092,00	R\$281.214.605,02	R\$271.986.309,99	118,41%	96,72%
	2023	R\$286.360.342,00	R\$387.860.342,00	R\$386.875.033,71	135,10%	99,75%
8040 - Recolhimento de encargos e obrigações previdenciárias de inativos e pensionistas do Estado de MT	2020	R\$25.100.000,00	R\$32.700.000,00	R\$32.582.320,62	129,81%	99,64%
	2021	R\$27.354.500,00	R\$39.814.500,00	R\$37.421.835,26	136,80%	93,99%
	2022	R\$46.612.810,00	R\$48.221.029,66	R\$47.605.779,16	102,13%	98,72%
	2023	R\$58.070.000,00	R\$60.670.000,00	R\$60.436.689,00	104,08%	99,62%
997 - Previdência de inativos e pensionistas do Estado	2020	R\$220.082.379,00	R\$265.004.749,26	R\$252.605.032,35	114,78%	95,32%
	2021	R\$256.513.651,00	R\$293.673.651,00	R\$279.897.465,54	109,12%	95,31%
	2022	R\$276.315.902,00	R\$329.435.634,68	R\$319.592.089,15	115,66%	97,01%
	2023	R\$344.430.342,00	R\$448.530.342,00	R\$447.311.722,71	129,87%	99,73%

Fonte: FIPLAN MTI 17/01/2024 14:43

PPD – Planejamento e Programação da Despesa (Capacidade de Planejar)



COFD – Capacidade Operacional Financeira da Despesa (Capacidade de Executar)



5.3. PROGRAMAS 036, 996 E 997 (UO 03.101) – Análise da Meta Física

Durante o exercício de 2023 foram executadas **100%** das metas referente à manutenção das atividades dos Programas 036 - Apoio Administrativo, 996 - Operações especiais: outras e 997 - Previdência de inativos e pensionistas do Estado. Segue abaixo as atividades de manutenção do Poder Judiciário:

- Pagamento de subsídio de magistrados e servidores;
- Pagamento de verbas indenizatórias para magistrados e servidores;
- Pagamento de aposentadorias e pensões de magistrados e servidores;
- Recolhimento de encargos e obrigações previdenciárias de inativos e pensionistas;
- Pagamento de contratos continuados (estagiários, serviço de postagem);
- Pagamento do PIS/PASEP;

5.4. PROGRAMAS 036, 996 E 997 (UO 03.101) – Análise Orçamentária

Durante o exercício financeiro de 2023 foi disponibilizado no Programa 036 - Apoio Administrativo inicialmente R\$1.467.442.239,00 e o orçamento final fechou em R\$1.691.928.879,55 que causou o percentual de **113,14% (BOM)** no indicador PPD. O total empenhado foi de R\$1.660.234.621,20 que representa **98,13% (ÓTIMO)** na capacidade de execução.

Quanto ao Programa 996 - Operações Especiais: outras foi disponibilizado inicialmente R\$1.718.955,00 e a dotação final fechou em R\$1.493.955,00 resultando um PPD de **46,40% (DEFICIENTE)** e um COFD de **53,38% (DEFICIENTE)**.

Por fim, o Programa 997 997 - Previdência de inativos e pensionistas do Estado abriu o orçamento com R\$344.430.342,00 e fechou com R\$448.530.342,00, sendo empenhados R\$447.311.722,71 o que representa **129,87% (REGULAR)** na capacidade de planejar e **99,73% (ÓTIMO)** na capacidade de executar.

6. ANEXOS – FIP 613 (FIPLAN)



Estado de Mato Grosso

FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças



SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO - SACE/SEFAZ

FIP 613 - Demonstrativo de Despesa Orçamentária

*Exercício igual a 2023

Unidade Orçamentária igual a 03101

*Mês de Referência maior igual a Janeiro

*Relatório com Resumo (1-Sim / 2-Não) igual a Sim

*Tipo de Dotação (1-Orçamentária / 2-Intra-Orçamentária / 3-Orçamentária e Intra-Orçamentária) igual a Orçamentária e Intra-Orçamentária

*Tipo de Relatório (1-Com Destaque / 2-Destaque Recebido / 3-Destaque Concedido) igual a Com destaque

	Dotação Inicial Créd. Autorizado Empenhado	Créd. Suplementar Bloqueado/Conting. Liquidado	Créd. Especial Reserva Empenho A liquidar	Créd. Extraordinário Saldo de Destaque Valor Pago	Redução Saldo Dotação Valor a Pagar
Total por Programa					
Programa :36	1.467.442.239,00	347.021.840,55	0,00	0,00	122.535.000,00
	1.691.928.879,55	0,00	0,00	0,00	31.694.258,35
	1.650.234.621,20	1.658.244.848,55	1.989.772,85	1.521.460.578,69	136.784.269,86
Programa :996	1.718.955,00	835.000,00	0,00	0,00	1.060.000,00
	1.493.955,00	0,00	0,00	0,00	696.416,56
	797.538,44	797.538,44	0,00	783.517,41	34.021,03
Programa :997	344.430.342,00	108.000.000,00	0,00	0,00	3.900.000,00
	448.530.342,00	0,00	0,00	0,00	1.218.519,29
	447.311.722,71	447.311.722,71	0,00	368.875.147,99	78.436.574,72
Total por Projeto Atividade (PAOE)					
PAOE :2007	40.600.000,00	400.000,00	0,00	0,00	12.535.000,00
	28.465.000,00	0,00	0,00	0,00	526.702,62
	27.938.297,38	25.948.524,73	1.989.772,85	25.948.524,73	0,00
PAOE :2008	1.141.800.239,00	321.621.640,55	0,00	0,00	12.000.000,00
	1.451.421.879,55	0,00	0,00	0,00	28.903.830,52
	1.422.518.049,03	1.422.518.049,03	0,00	1.285.736.362,11	136.781.886,92
PAOE :2854	1.390.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.390.000,00	0,00	0,00	0,00	867.102,65
	522.897,35	522.897,35	0,00	522.897,35	0,00
PAOE :4491	283.652.000,00	25.000.000,00	0,00	0,00	98.000.000,00
	210.652.000,00	0,00	0,00	0,00	1.396.622,56
	209.255.377,44	209.255.377,44	0,00	209.252.794,50	2.582,94
PAOE :8001	286.360.342,00	104.000.000,00	0,00	0,00	2.500.000,00
	387.860.342,00	0,00	0,00	0,00	985.308,29
	386.875.033,71	386.875.033,71	0,00	311.235.758,73	75.639.274,98
PAOE :8002	658.955,00	835.000,00	0,00	0,00	0,00
	1.493.955,00	0,00	0,00	0,00	696.416,56
	797.538,44	797.538,44	0,00	783.517,41	34.021,03
PAOE :8010	1.060.000,00	0,00	0,00	0,00	1.060.000,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAOE :8040	58.070.000,00	4.000.000,00	0,00	0,00	1.400.000,00
	60.670.000,00	0,00	0,00	0,00	233.311,00
	60.436.689,00	60.436.689,00	0,00	57.839.389,26	2.797.299,74

Constam nos valores pagos os valores baixados por compensação, contabilizados na NOB Compensatória.



*Exercício igual a 2023
Unidade Orçamentária igual a 03601
Mês de Referência menor igual a Dezembro
Relatório com Resumo (1-Sim / 2-Não) igual a Sim
Tipo de Dotação (1-Orçamentária / 2-Intra-Orçamentária / 3-Orçamentária e Intra-Orçamentária) igual a Orçamentária e Intra-Orçamentária
Tipo de Relatório (1-Com Destaque / 2-Destaque Recebido / 3-Destaque Concedido) igual a Com destaque

Table with columns: Dotação Inicial, Créd. Suplementar, Créd. Especial, Créd. Extraordinário, Redução, Saldo Dotação, Saldo a Pagar. Rows include Program 36, 399, 400, 401, 528, 996 and PAOE 1436, 1437, 1586, 2005, 2006, 2007, 2009, 2010, 2014, 2237, 3233, 3234, 3235, 3236, 5237, 3239, 3240, 3241, 3242, 4071, 4072, 4491, 8002, 8010.

Consultar nos valores pagos os valores baixados por compensação, contabilizados na NOD Compensatória.

(assinado digitalmente)
Desembargadora **CLARICE CLAUDINO DA SILVA**
Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso
Biênio 2023/2024

(assinado digitalmente)
EUZENI PAIVA DE PAULA,
Diretora-Geral do Tribunal de Justiça de Mato Grosso
Biênio 2023/2024

(assinado digitalmente)
AFONSO VITORINO MACIEL,
Coordenador de Planejamento.

(assinado digitalmente)
GUSTAVO LUIZ DE MORAIS,
Diretor de Planejamento.



Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi submetido para assinatura eletrônica, na plataforma de assinaturas do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

Para assegurar a autenticidade e validar as assinaturas, recomendamos o uso do aplicativo TodoJud, disponível para download em seu dispositivo móvel através da Google Play Store ou da Apple App Store.



Código verificador - AD:4ABB0000-661A-C6ED-A9F6-08DC39673D7F



CLARICE CLAUDINO DA SILVA

Assinado em 29/02/2024 16:44:45



EUZENI PAIVA DE PAULA

Assinado em 01/03/2024 08:31:28



GUSTAVO LUIZ DE MORAIS

Assinado em 01/03/2024 09:07:34



AFONSO VITORINO MACIEL

Assinado em 01/03/2024 18:26:36



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Coordenadoria de Auditoria Interna

PARECER TÉCNICO N. 24/2024-CAud

ASSUNTO: RELATÓRIO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO - ANO DE 2023
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 03.101 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 03.601 – FUNAJURIS.

Trata-se de Parecer Técnico referente ao Relatório de Ação Governamental elaborado pelo Poder Judiciário do Estado Mato Grosso, quanto à execução dos programas sob a responsabilidade das Unidades Orçamentárias 03.101 – Tribunal de Justiça e 03.601 – Fundo de Apoio ao Judiciário – FUNAJURIS.

Em atendimento à Lei 11.955/2022 - Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que dispõe em seu art. 42 que cada Poder deverá elaborar o seu Relatório de avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento, o Poder Judiciário desenvolveu o fluxo interno para a formulação do referido Relatório de Ação Governamental - RAG.

Conforme preceitua o art. 74 da Constituição Federal, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, Sistema de Controle Interno que tem, dentre suas finalidades, a avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.

Assim, este Parecer Técnico está unificado e refere-se à avaliação do Relatório de Ação Governamental do exercício de 2023 com a execução dos programas sob a responsabilidade das Unidades Orçamentárias 03.101 - Tribunal de Justiça e 03.601 – FUNAJURIS.

SUMÁRIO

1. DOS PROGRAMAS DO PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO.....	3
1.1 Do Relatório de Ação Governamental – RAG.....	5
2. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO RELATÓRIO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL – RAG DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO.....	6
2.1 Da execução orçamentária total.....	6
2.2 Da execução dos programas e ações de responsabilidade da unidade orçamentária FUNAJURIS.....	7
2.2.1 Da execução dos programas finalísticos.....	8
2.2.2 Da execução dos programas padronizados.....	11
2.3 Da execução dos programas e ações de responsabilidade da unidade orçamentária Tribunal de Justiça de Mato Grosso.....	11
2.3.1 Da execução dos programas e ações padronizados.....	12
2.4 Da execução conforme estimativas feitas no PPA 2020 A 2023.....	13
3. CONCLUSÃO.....	14

1. DOS PROGRAMAS DO PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO

O Plano Plurianual – PPA, estabelecido no art. 165 da Constituição Federal, é um instrumento de planejamento de médio prazo, estruturado em programas, que possuem o objetivo de estabelecer as políticas públicas que serão prioridades para os próximos 4 (quatro) anos.

Para aferir sua efetividade, são estabelecidos indicadores para verificação dos resultados e cumprimento das metas estabelecidas, bem como a previsão dos valores globais necessários para sua implementação.

Ressalta-se, que a avaliação das políticas públicas, após a Emenda Constitucional 109/2021, possui status constitucional conforme preceituam os arts. 37, § 16 e 165, § 16:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

§ 16. Os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional 109, de 2021)

(...)

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

§ 16. As leis de que trata este artigo devem observar, no que couber, os resultados do monitoramento e da avaliação das políticas públicas previstos no § 16 do art. 37 desta Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional 109, de 2021) (grifos nossos)

No âmbito do Estado de Mato Grosso, o PPA para o quadriênio de 2020 a 2023 tem suas disposições definidas para todos os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, na Lei 11.071/2019 de 26 de dezembro de 2019, alterada pela Lei n. 11.307, de 29 de janeiro de 2021, sendo que os programas do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso encontram-se inseridos no eixo estratégico de atuação dos demais Poderes e Órgãos Autônomos.

Para o quadriênio de 2020 a 2023, foram estabelecidos os seguintes programas a serem executados pelo Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso:

Unidade Orçamentária Responsável: 03.101 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO

Anexo III – PPA em números – Programas e Ações Padronizados

PROGRAMAS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO - 2020 A 2023		
	Nome do programa	Recursos
1	36 - Apoio Administrativo	R\$ 4.436.296.134,33
2	996 - Operações Especiais: outras	R\$ 4.507.180,09
3	997 - Previdência dos Inativos e Pensionistas do Estado	R\$ 929.626.767,75
TOTAL DE RECURSOS		R\$ 5.370.430.082,17

Unidade Orçamentária Responsável: 03.601 – FUNAJURIS

Anexo I - Programas Finalísticos e de Gestão, Manutenção e Serviços do Estado

PROGRAMAS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO - 2020 A 2023		
	Nome do programa	Recursos
1	399 - Aprimoramento da prestação jurisdicional do Poder Judiciário	R\$ 165.566.969,00
2	400 - Gestão estratégica com pessoas no Poder Judiciário	R\$ 48.736.983,00
3	401 - Governança e gestão para resultados no Poder Judiciário	R\$ 4.348.000,00
4	529 - Aprimoramento do suporte e da gestão organizacional no Poder Judiciário	R\$ 159.190.051,57
TOTAL DE RECURSOS		R\$ 377.842.003,57

Anexo III – PPA em números – Programas e Ações Padronizados

PROGRAMAS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO - 2020 A 2023		
	Nome do programa	Recursos
1	36 - Apoio Administrativo	R\$ 823.231.243,19
2	996 - Operações Especiais: outras	R\$ 14.849.224,71
TOTAL DE RECURSOS		R\$ 838.080.467,90

Os programas são executados por meio de ações, que podem ser: projetos, atividades ou operações especiais, conforme dispõe o art. 7º do PPA 2020 a 2023:

Art. 7º Parágrafo único. As ações podem ser:

I - projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um ou mais produtos que concorrem para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de Governo;

II - atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um ou mais produtos necessários à manutenção da ação de Governo;

III - operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de Governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Destaca-se que, para a avaliação quanto ao cumprimento dos programas, são estabelecidos metas e indicadores, tanto para os programas, quanto para suas ações.

1.1 Do Relatório de Ação Governamental – RAG

A Lei 11.955/2022 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, estabelece em seu art. 42 que cada órgão e entidade da Administração Pública Estadual deverá elaborar seu RAG – Relatório de Ação Governamental, com a avaliação de desempenho dos programas e suas ações correspondentes.

Art. 42 Em cumprimento ao art. 4º, inciso I, alínea "e", da Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000, a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos será apresentada pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público Estadual e pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, por meio do Relatório de Ação Governamental - RAG.

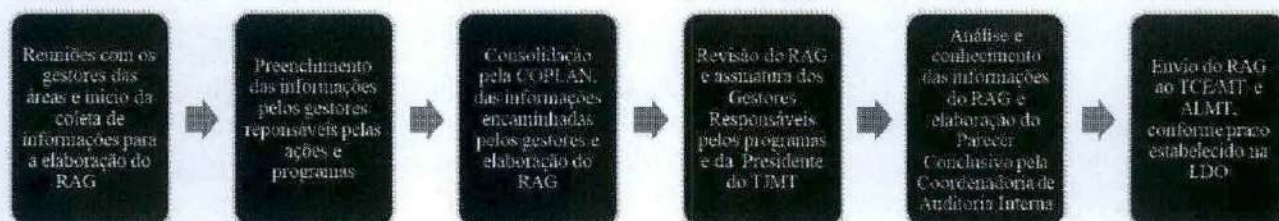
§ 1º O RAG apresentará uma avaliação do desempenho dos programas e suas respectivas ações (projetos, atividades ou operações especiais), conforme planejados no Plano Plurianual - PPA 2020-2023 e operacionalizados anualmente através das Leis Orçamentárias Anuais - LOAs e seus respectivos Planos de Trabalho Anuais - PTAs. Devendo contemplar os seguintes resultados em relação a cada programa:

- I - o desempenho de seus indicadores;
- II - a previsão e a execução orçamentária do programa;
- III - a previsão e a execução física e orçamentária de cada ação que integra o programa;
- IV - a análise dos resultados feita pelo Gestor do Programa, em relação aos programas não padronizados.

§ 2º Cada Poder citado no caput deste artigo, além do Ministério Público Estadual e do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, elaborará o relatório de avaliação de resultados referente aos programas sob sua responsabilidade e fará seu encaminhamento conforme previsto no § 4º.

(...) § 4º Os relatórios de avaliação de resultados serão encaminhados à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso em até 60 (sessenta) dias da abertura da sessão legislativa.

Para o cumprimento das disposições estabelecidas na LDO, foi preparado o fluxo interno no Poder Judiciário de Mato Grosso para a elaboração do RAG e as etapas principais podem ser vistas abaixo:



O documento encontra-se no Processo Virtual 0071058-80.2023.8.11.0000.

Ademais, o Poder Judiciário de Mato Grosso elaborou o RAG, com a avaliação das metas físicas e execução orçamentária dos programas no ano de 2023, utilizando a **régua de parâmetros**, metodologia explicada no capítulo 2 do RAG/2023 (andamento n. 30).

Em suma, o Relatório do Poder Judiciário de Mato Grosso inicia-se com a avaliação de responsabilidade da unidade orçamentária 03.601 – FUNAJURIS, demonstrando os resultados dos programas finalísticos com a avaliação do gestor dos programas, quanto aos resultados dos programas e a avaliação do gestor responsável por cada ação. Em seguida, há o resultado dos programas padronizados.

Por último, constam os resultados dos programas padronizados de responsabilidade da unidade orçamentária: 03.101 – Tribunal de Justiça de Mato Grosso contendo os resultados quanto às metas físicas e orçamentárias dos programas e suas respectivas ações e os principais produtos gerados por eles.

Dessa forma, o RAG do Poder Judiciário buscou atender, em sua estrutura, ao § 1º do art. 42 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, e os resultados principais serão analisados no próximo capítulo deste Parecer.

2. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO RELATÓRIO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL – RAG DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO

2.1 Da execução orçamentária total

Para o cumprimento dos programas e suas metas estabelecidas no PPA, LDO e LOA, o Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, executou por meio de suas duas Unidades Orçamentárias: TJMT e FUNAJURIS, durante o ano de 2023, despesas cujo

empenho totalizou o valor de R\$ 2.794.731.115,77 (dois bilhões, setecentos e noventa e quatro milhões, setecentos e trinta e um mil, cento e quinze reais e setenta e sete centavos).

DESPESAS DOS PROGRAMAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO	R\$ 1.813.591.516,00	R\$ 2.141.953.176,55	R\$ 2.108.343.882,35
FUNAJURIS	R\$ 403.258.550,00	R\$ 727.258.550,00	R\$ 686.387.233,42
TOTAL DE RECURSOS	R\$ 1.843.676.135,00	R\$ 2.122.359.407,94	R\$ 2.794.731.115,77

Do total, a UO Tribunal de Justiça de Mato Grosso foi responsável pela maior parte dos gastos para a consecução dos objetivos preestabelecidos nos programas, sendo empenhado o valor R\$ 2.108.343.882,35 (dois bilhões, cento e oito milhões, trezentos e quarenta e três mil, oitocentos e oitenta e dois reais e trinta e cinco centavos), correspondente a 75% da execução do orçamento.



Registra-se que a Unidade Orçamentária Tribunal de Justiça de Mato Grosso foi responsável pelos seguintes programas, estabelecidos do PPA 2020 a 2023:

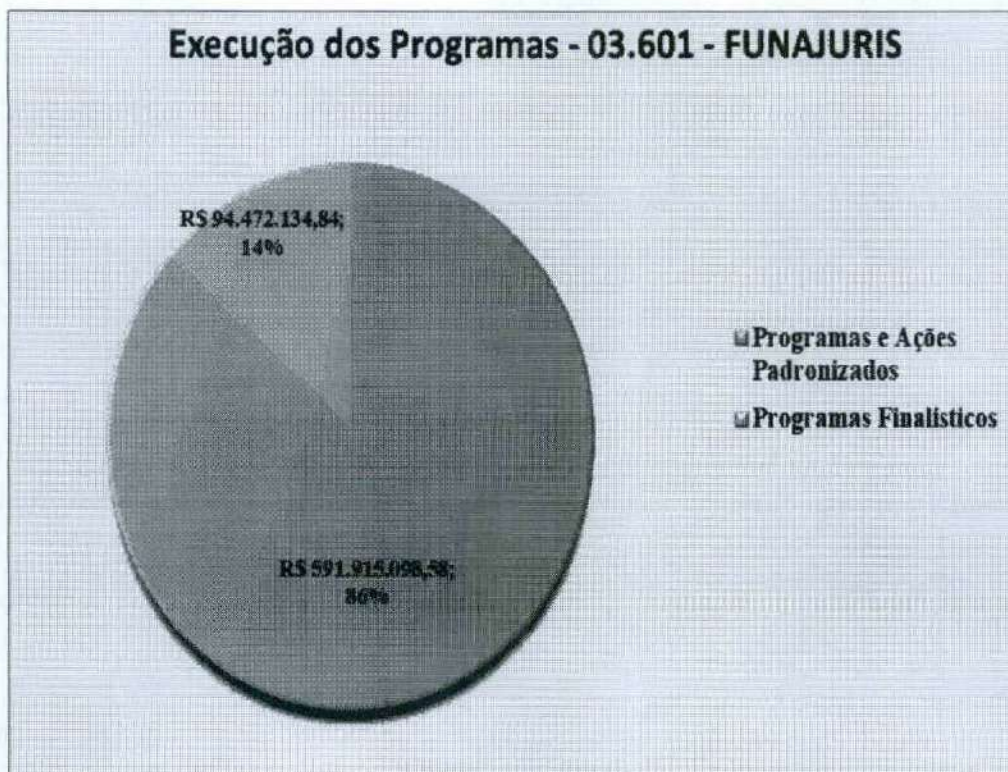
1. 36 - Apoio Administrativo;
2. 996 - Operações Especiais: outras;
3. 997 - Previdência dos Inativos e Pensionistas do Estado.

2.2 Da execução dos programas e ações de responsabilidade da unidade orçamentária FUNAJURIS

A unidade orçamentária 03.601 – FUNAJURIS foi responsável por programas do Anexo I do PPA 2020/2023 que se referem aos finalísticos, de gestão e manutenção dos serviços do Estado, bem como os programas e ações padronizados constantes no Anexo III do referido Plano.

Para a execução de todos os programas, foram gastos R\$ 686.387.233,42 (seiscentos e oitenta e seis milhões, trezentos e oitenta e sete mil, duzentos e trinta e três reais e quarenta e dois centavos), divididos conforme gráfico a seguir.

Execução dos Programas - 03.601 - FUNAJURIS



2.2.1 Da execução dos programas finalísticos

NOME DO PROGRAMA: 399 - Aprimoramento da prestação jurisdicional do Poder Judiciário					
Dotação Inicial		R\$ 61.159.000,00			
Dotação Final		R\$ 48.709.000,00			
Despesa Empenhada		R\$ 40.304.240,54			
PPD		65,90%			
COFD		82,74%			
Ações	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
1436 - Aprimoramento da prestação jurisdicional nos juizados	R\$ 15.172.000,00	R\$ 12.572.000,00	R\$ 10.287.817,01	67,81%	83,15%
1437 - Instalação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania	R\$ 9.176.000,00	R\$ 7.376.000,00	R\$ 5.923.810,37	64,56%	80,31%
3234 - Aprimoramento da prestação jurisdicional no 1º grau de jurisdição	R\$ 34.876.000,00	R\$ 27.026.000,00	R\$ 22.945.924,77	65,79%	84,90%
3235 - Aprimoramento da prestação jurisdicional no 2º grau de jurisdição	R\$ 1.715.000,00	R\$ 1.715.000,00	R\$ 1.143.361,57	66,67%	66,67%
3236 - Aprimoramento da Justiça da Infância	R\$ 220.000,00	R\$ 220.000,00	R\$ 3.326,82	1,51%	1,51%

NOME DO PROGRAMA: 400 - Gestão estratégica com pessoas no Poder Judiciário					
Dotação Inicial		R\$ 16.261.934,00			
Dotação Final		R\$ 15.191.034,00			
Despesa Empenhada		R\$ 12.029.272,84			
PPD		73,98%			
COFD		79,19%			
Ações	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
2237 - Valorização de magistrados e servidores do poder judiciário - Bem Viver	R\$ 9.352.534,00	R\$ 6.852.534,00	R\$ 5.397.645,03	57,71%	78,77%
3239 - Implementação da gestão estratégica com pessoas no Poder Judiciário	R\$ 1.285.000,00	R\$ 1.285.000,00	R\$ 324.431,68	25,25%	25,25%
4071 - Capacitação permanente de magistrados da 1ª e 2ª instâncias - ESMAGIS	R\$ 2.901.500,00	R\$ 2.251.500,00	R\$ 1.763.685,15	60,79%	78,33%
4072 - Capacitação permanente de servidores da 1ª e 2ª instâncias - ESCOLA DOS SERVIDORES	R\$ 2.722.000,00	R\$ 4.802.000,00	R\$ 4.543.510,98	166,92%	94,62%

NOME DO PROGRAMA: 401 - Governança e gestão para resultados no Poder					
Dotação Inicial		R\$ 1.110.000,00			
Dotação Final		R\$ 180.000,00			
Despesa Empenhada		R\$ 112.290,00			
PPD		10,12%			
COFD		62,38%			
Ações	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
3240 - Transformação e melhoria dos processos de trabalho no Poder Judiciário	R\$ 220.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	-
3241 - Transformação da Governança do Poder Judiciário	R\$ 380.000,00	R\$ 180.000,00	R\$ 112.290,00	29,55%	62,38%
3242 - Reestruturação da Arquitetura Organizacional no Poder Judiciário	R\$ 500.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	-

NOME DO PROGRAMA: 529 - Aprimoramento do suporte e da gestão organizacional no Poder Judiciário					
Dotação Inicial		R\$ 41.425.000,00			
Dotação Final		R\$ 45.225.000,00			
Despesa Empenhada		R\$ 42.026.331,46			
PPD		101,45%			
COFD		92,93%			
Ações	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
1506 - Ampliação das ações de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário	R\$ 230.000,00	R\$ 230.000,00	R\$ 193.739,16	84,23%	84,23%
3233 - Inovação Tecnológica no Poder Judiciário	R\$ 12.515.000,00	R\$ 11.315.000,00	R\$ 9.545.768,49	76,27%	84,36%
3257 - Melhorias nas edificações no Poder Judiciário	R\$ 28.680.000,00	R\$ 33.680.000,00	R\$ 32.286.823,81	112,58%	95,86%

Quanto aos programas de responsabilidade do FUNAJURIS estabelecidos no Anexo I (Programas Finalísticos, de Manutenção do Estado) do PPA 2020/2023, a execução orçamentária de algumas ações, não foram cumpridas em sua integralidade, como podem ser vistas nas tabelas acima.

O programa 399 – Aprimoramento da prestação Jurisdicional tem o objetivo de implantar mecanismos inovadores e alinhados com as melhores práticas para aprimorar a prestação jurisdicional estadual, fomentando o aumento do índice de conciliação pré-processual e processual, assim como da redução do tempo médio de tramitação.

Em análise ao RAG, dentre as melhorias realizadas pelo programa, destacam-se: i) as taxas de congestionamento reduzidas; ii) a promoção de conciliações pré-processuais com a realização de projetos como o Projeto das Pautas Concentradas e o Projeto Mês da Conciliação; e iii) a diminuição do tempo de tramitação dos processos.

A execução orçamentária regular deste programa, deve-se ao fato de as dotações terem sido remanejadas para o atendimento de outras necessidades como a aquisição de materiais de consumo e bens permanentes para o Poder Judiciário de Mato Grosso.

O programa 400 – Gestão Estratégica com Pessoas no Poder Judiciário tem o objetivo de melhorar o grau de satisfação do colaborador com o ambiente de trabalho, visando os impactos que este bem-estar pode trazer aos resultados positivos da organização.

Para o programa foi empenhado o valor de R\$ 12.029.272,84 (doze milhões, vinte e nove mil, duzentos e setenta e dois reais e oitenta e quatro centavos) no ano de 2023.

Como melhoria na gestão de pessoas do Poder Judiciário de Mato Grosso, os servidores e magistrados da 1ª e 2ª instância foram capacitados visando a diminuição das lacunas de competências, diversos atendimentos foram prestados pelo Programa Bem Viver, e, além disso, foram ofertadas 6.651 vagas para capacitações no Poder Judiciário de Mato Grosso.

A execução orçamentária teve um desempenho regular e os recursos foram suficientes para a realização das atividades do programa.

Já o programa 401 – Governança e Gestão para os resultados do Poder tem como finalidade: fortalecer o processo de tomada de decisões estratégicas no PJMT, a fim de garantir a eficiência operacional, a transparência institucional, o fortalecimento da autonomia administrativa e financeira deste Poder, implantando a cultura de Inovação e a adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, da informação, dos processos de trabalho e dos projetos com foco no alcance dos resultados, conforme descrito no PPA 2020 a 2023.

Como avanço na governança do Poder Judiciário de Mato Grosso, foram priorizados quatro grandes projetos: Judiciário Digital; Gestão Estratégica de Pessoas; Arquitetura Organizacional e Modernização de TIC.

Quanto à execução orçamentária do programa, parte dos recursos orçamentários foram remanejados para atender as despesas com capacitação de servidores da Segunda Instância.

O último programa do Poder Judiciário definido no PPA 2020 a 2023 é o programa 529 – Aprimoramento do suporte e gestão organizacional do Poder Judiciário que deve fortalecer a Governança Estratégica no Poder Judiciário (PJMT), com o uso de melhores práticas de mercado (Metodologia, Ferramentas e Pessoas) de Gestão, implantando a cultura de Inovação com foco no alcance dos resultados.

Observa-se como melhoria e aprimoramento custeados com recursos deste programa, a implantação Projeto Piloto Mandamus no PJe na área judiciária e pela entrega do aplicativo TODOJUD e da automação de protestos na área administrativa.

Nota-se que, muitos programas conseguiram atingir as metas estabelecidas, mesmo sem a utilização dos recursos reservados. Para aqueles que são necessários ajustes e revisões, o gestor deve comunicar as dificuldades de implementação ao setor responsável pelo planejamento institucional para que cada dotação atenda as metas estabelecidas.

No decorrer do exercício financeiro e sendo a execução orçamentária um processo dinâmico que acompanha as mudanças ocorridas no cenário político, social e econômico, é possível ocorrer mudanças nas prioridades anteriormente estabelecidas nos programas e executada através dos orçamentos dos órgãos públicos. Nesse sentido, algumas ações recebem suplementações em decorrência do superávit do órgão ou das dotações que por algum motivo não executadas integralmente.

Todavia, é necessário que, para o correto planejamento da Lei Orçamentária Anual e o Programa de Trabalho Anual do exercício seguinte, ocorram diálogos entre os diversos gestores responsáveis pelos programas e ações, estabelecendo-se, com base na execução orçamentária do ano corrente, quais programas devem ser priorizados, considerando seu custo-benefício e seus benefícios gerados, e quais devem ser descontinuados ou terem dotações menores, para que os recursos possam ser realocados para ações com prioridades maiores.

Por último, cada gestor responsável deve manter seus controles internos com o intuito de verificar a eficiência, eficácia e efetividade dos programas e ações bem como, a reponsabilidade na utilização de recursos públicos, proporcionando resultados fidedignos e que possam ser vistos internamente e externamente, considerando a melhoria nos serviços jurisdicionais e benefícios a toda a sociedade.

2.2.2 Da execução dos programas padronizados

NOME DO PROGRAMA: 36 - APOIO ADMINISTRATIVO					
Dotação Inicial		R\$ 276.720.931,00			
Dotação Final		R\$ 604.920.931,00			
Despesa Empenhada		R\$ 579.038.082,70			
Meta Física		100%			
Resultado		100%			
PPD		209,25%			
COFD		95,72%			
Ações	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
2005 - Manutenção e Conservação de bens imóveis	R\$ 23.531.240,00	R\$ 56.081.240,00	R\$ 54.327.713,66	230,87%	96,87%
2006 - Manutenção de serviços de transporte	R\$ 20.108.000,00	R\$ 20.108.000,00	R\$ 19.358.588,91	96,27%	96,27%
2007 - Manutenção de serviços administrativos gerais	R\$ 124.518.691,00	R\$ 139.307.691,00	R\$ 124.892.100,18	100,30%	89,65%
2009 - Manutenção das ações de informática	R\$ 99.000.000,00	R\$ 147.950.000,00	R\$ 139.161.895,65	140,57%	94,06%
2010 - Manutenção dos órgãos colegiados	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	100,00%	100,00%
2014 - Publicidade organizacional e propaganda	R\$ 9.360.000,00	R\$ 10.071.000,00	R\$ 10.019.161,55	107,04%	99,49%
4491 - Pagamento de verbas indenizatórias a servidores estaduais	R\$ 143.000,00	R\$ 231.343.000,00	R\$ 231.218.622,75	161661,34%	99,95%

NOME DO PROGRAMA: 996 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: outras					
Dotação Inicial		R\$ 6.582.585,00			
Dotação Final		R\$ 13.032.585,00			
Despesa Empenhada		R\$ 12.877.015,88			
Meta Física		100%			
Resultado		100%			
PPD		195,62%			
COFD		98,81%			
Ações	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
8002 - Recolhimento de PIS/PASEP e pagamento do abono	R\$ 4.032.585,00	R\$ 7.982.585,00	R\$ 7.832.585,00	194,23%	98,12%
8010 - Indenizações e Restituições	R\$ 2.550.000,00	R\$ 5.050.000,00	R\$ 5.044.430,88	197,82%	99,89%

Quanto ao programa 36 – Apoio Administrativo, constata-se que a capacidade de planejar (PPD) obteve um desempenho altamente deficiente e a capacidade de executar (COFD) o orçamento teve um resultado ótimo.

No que tange às suas ações, foram consideradas satisfatórias, obtendo 100% da meta física segundo a análise da Gestora do Programa, o que denota que os pagamentos foram realizados conforme a previsão.

Nota-se, que o programa Apoio Administrativo, abrange os gastos com a realização de serviços de manutenção e conservação dos prédios do PJMT, manutenção de sistemas, expansão da rede, manutenção de equipamentos, melhoria de ferramentas de BI, pagamento de contratos continuados essenciais, serviços terceirizados, serviços gráficos, diárias, dentre outros.

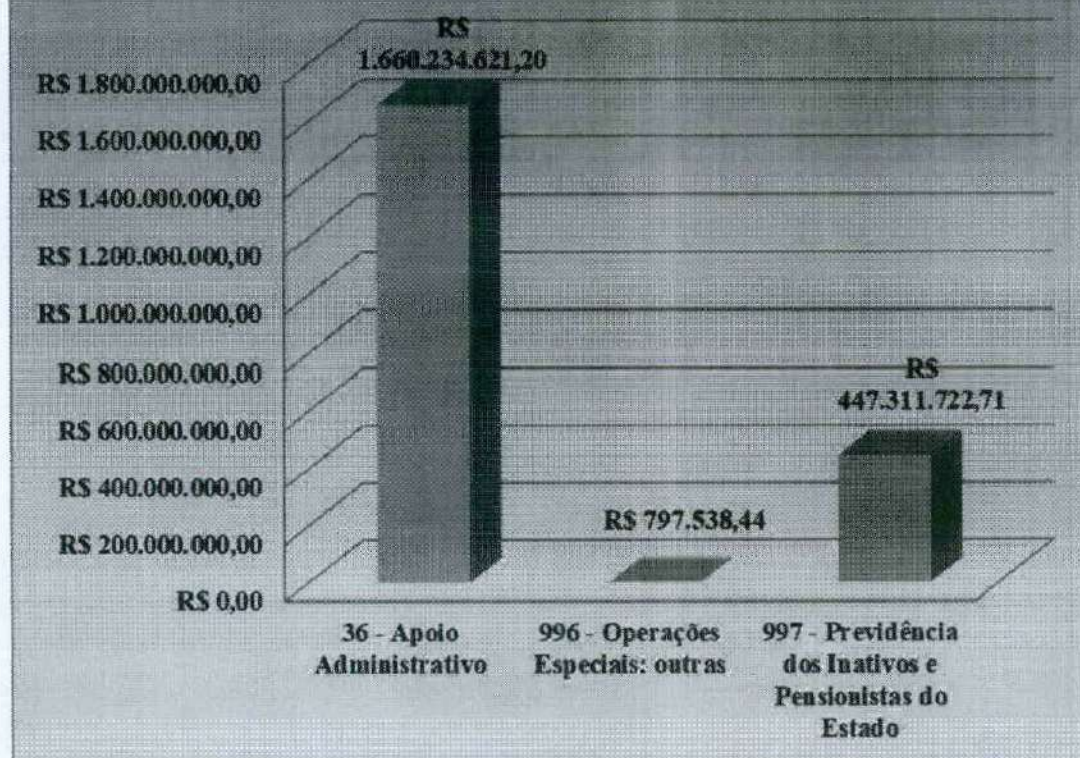
Quanto às operações especiais de responsabilidade do FUNAJURIS, as metas físicas foram cumpridas em sua integralidade, todavia, quanto ao planejamento dos recursos para a execução do programa, o desempenho foi altamente deficiente visto que houve suplementação orçamentária nas duas ações que compõe o programa.

Isto porque, ocorreu a suplementação de superávit em R\$ 6.450.000,00 (seis milhões e quatrocentos e cinquenta mil reais), ou seja, 98% a mais do que o inicialmente previsto.

2.3 Da execução dos programas e ações de responsabilidade da unidade orçamentária Tribunal de Justiça de Mato Grosso

A unidade orçamentária Tribunal de Justiça de Mato Grosso, durante o exercício financeiro de 2023, empenhou o valor de R\$ 2.108.343.882,35 (dois bilhões, cento e oito milhões, trezentos e quarenta e três mil, oitocentos e oitenta e dois reais e trinta e cinco centavos) para execução dos programas de sua responsabilidade, sendo os valores divididos conforme demonstrado abaixo:

EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS - 03.101 - TJMT



2.3.1 Da execução dos programas e ações padronizados

NOME DO PROGRAMA: 36 - APOIO ADMINISTRATIVO					
Dotação Inicial	RS 1.467.442.239,00				
Dotação Final	RS 1.691.928.879,55				
Despesa Empenhada	RS 1.660.234.621,20				
Meta Física	100%				
Resultado	100%				
PPD	113,14%				
COFD	98,13%				
Ações	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
2007 - Manutenção de serviços administrativos gerais	RS 40.600.000,00	RS 28.465.000,00	RS 27.938.297,38	68,81%	98,15%
2008 - Remuneração de Pessoal ativo do Estado e encargos sociais	RS 1.141.800.239,00	RS 1.451.421.879,55	RS 1.422.518.049,03	124,59%	98,01%
2854 - Pagamento da contribuição do patrocinador para a Previdência Complementar	RS 1.390.000,00	RS 1.390.000,00	RS 522.897,35	37,62%	37,62%
4491 - Pagamento de verbas indenizatórias a servidores estaduais	RS 283.652.000,00	RS 210.652.000,00	RS 209.255.377,44	73,77%	99,34%

NOME DO PROGRAMA: 996 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: outras					
Dotação Inicial	RS 1.718.955,00				
Dotação Final	RS 1.493.955,00				
Despesa Empenhada	RS 797.538,44				
Meta Física	100%				
Resultado	100%				
PPD	46,40%				
COFD	53,38%				
Ações	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
8002 - Recolhimento de PIS/PASEP e pagamento de abono	RS 658.955,00	RS 1.493.955,00	RS 797.538,44	121,03%	53,38%
8010 - Indenizações e Restituições	RS 1.060.000,00	RS 0,00	RS 0,00	0,00%	-

NOME DO PROGRAMA: 997 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO ESTADO					
Dotação Inicial		R\$ 344.430.342,00			
Dotação Final		R\$ 448.530.342,00			
Despesa Empenhada		R\$ 447.311.722,71			
Meta Física		100%			
Resultado		100%			
PPD		129,87%			
COFD		99,73%			
Ações	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	PPD	COFD
8001 - pagamentos de aposentadorias e pensões - servidores civis	R\$ 286.360.342,00	R\$ 387.860.342,00	R\$ 386.875.033,71	135,10%	99,75%
8040 - Recolhimento de encargos e obrigações previd. de inativos e pensionistas	R\$ 58.070.000,00	R\$ 60.670.000,00	R\$ 60.436.689,00	104,08%	99,62%

Conforme o Relatório de Ação Governamental – RAG do Poder Judiciário de Mato Grosso, as metas estabelecidas para o programa 36 – Apoio Administrativo, foram cumpridas em sua integralidade quanto aos resultados esperados.

Verifica-se que se tratam de despesas com pagamentos pertinentes aos programas continuados, como a remuneração de pessoal, ações destinadas à manutenção dos serviços administrativos do órgão, a contratação de serviços terceirizados, a compra de materiais e bens pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

Nesse sentido, os valores inicialmente dotados para a manutenção de serviços administrativos, que se referem às despesas como a de aquisições de bens, contratações, pagamento de estagiários e pagamento de verbas indenizatórias a servidores estaduais, é que foram superiores ao necessário e os valores, durante o exercício, foram realocados para as outras ações.

Já o programa 996 – Operações Especiais: outras, refere-se às despesas que não geram produtos nem ajudam na manutenção dos serviços do órgão e durante o exercício de 2023 obteve um desempenho de 53,38% da execução orçamentária prevista, todavia, 100% da meta física foi cumprida.

Nota-se que somente a ação 8002 – Recolhimento de PIS/PASEP e pagamento de abono – foi executada, tendo uma suplementação no valor de R\$ 835.000,00 (oitocentos e trinta cinco mil reais) e obteve uma execução orçamentária de 53,38%. Contudo, não ocorreu a execução orçamentária da ação 8010 – Indenizações e Restituições pela U.O TJMT, tendo sido verificado que foram utilizados recursos pela Unidade Orçamentária 03.601 – FUNAJURIS para a referida ação.

Noutro aspecto, quanto ao pagamento das aposentadorias e pensões, constante no programa 997 – Previdência dos Inativos e Pensionistas do Estado, ocorreu em conformidade com a previsão atualizada do orçamento destinado ao programa.

Ademais, os programas continuados tem a finalidade de auxiliar na manutenção e melhoria dos serviços prestados pelo Poder Judiciário de Mato Grosso.

2.4 Da execução conforme estimativas feitas no PPA 2020 a 2023

Registra-se que para os programas estabelecidos no PPA 2020/2023, quanto aos de responsabilidade da Unidade Orçamentária 03.101 – Tribunal de Justiça de Mato Grosso, a execução do quadriênio totalizou 120% do total de recursos previstos no PPA 2020 a 2023 e perfazem os seguintes valores:

Anexo III – PPA em números – Programas e Ações Padronizados

PROGRAMAS - EXECUÇÃO - 2020 a 2023							
	Nome do programa	Estimativa PPA	Execução 2020	Execução 2021	Execução 2022	Execução 2023	%
1	36 - Apoio Administrativo	R\$ 4.436.296.134,33	R\$ 1.110.634.065,52	R\$ 1.065.982.568,69	R\$ 1.352.184.617,17	R\$ 1.660.234.621,20	116,97%
2	996 - Operações Especiais: outras	R\$ 4.507.180,09	R\$ 11.282,78	R\$ 89.163,78	R\$ 208.885,91	R\$ 797.538,44	24,56%
3	997 - Previdência dos Inativos e Pensionistas do Estado	R\$ 929.626.767,75	R\$ 252.605.032,35	R\$ 279.897.465,54	R\$ 319.592.089,15	R\$ 447.311.722,71	139,78%
TOTAL DE RECURSOS		R\$ 5.370.430.082,17	R\$ 1.363.250.380,65	R\$ 1.345.969.198,01	R\$ 1.671.985.592,23	R\$ 2.108.343.882,35	120,84%

Sabe-se que os valores passam por atualizações monetárias e sofrem ajustes ao longo do período, devido a diversos fatores. Ainda assim, servem de norte na utilização de recursos públicos além de ser o parâmetro para o controle de gastos da Administração Pública.

Quanto aos programas de responsabilidade da Unidade orçamentária 03.601 – FUNAJURIS, o resultado da execução orçamentária pode ser visto abaixo:

Anexo I - Programas Finalísticos e de Gestão, Manutenção e Serviços do Estado

PROGRAMAS - EXECUÇÃO - 2020 a 2023							
	Nome do programa	Estimativa PPA	Execução 2020	Execução 2021	Execução 2022	Execução 2023	%
1	399 - Aprimoramento da prestação jurisdicional do Poder	R\$ 165.566.969,00	R\$ 25.895.338,09	R\$ 26.322.881,91	R\$ 34.308.588,89	R\$ 40.304.240,54	76,60%
2	400 - Gestão estratégica com pessoas no Poder Judiciário	R\$ 48.736.983,00	R\$ 6.154.465,94	R\$ 6.237.812,78	R\$ 9.971.848,02	R\$ 12.029.272,84	70,57%
3	401 - Governança e gestão para resultados no Poder	R\$ 4.348.000,00	R\$ 225.500,00	R\$ 46.000,00	R\$ 1.834,68	R\$ 112.290,00	8,87%
4	529 - Aprimoramento do suporte e da gestão organizacional	R\$ 159.190.051,57	R\$ 81.018.555,47	R\$ 30.313.539,57	R\$ 43.948.258,31	R\$ 42.026.331,46	123,94%
TOTAL DE RECURSOS		R\$ 377.842.003,57	R\$ 113.293.859,50	R\$ 62.920.234,26	R\$ 88.230.529,90	R\$ 94.472.134,84	94,99%

Anexo III – PPA em números – Programas e Ações Padronizados

PROGRAMAS - EXECUÇÃO - 2020 a 2023							
	Nome do programa	Estimativa PPA	Execução 2020	Execução 2021	Execução 2022	Execução 2023	%
1	36 - Apoio Administrativo	R\$ 823.231.243,19	R\$ 202.098.856,89	R\$ 232.732.992,01	R\$ 297.517.650,18	R\$ 579.038.082,70	159,30%
2	996 - Operações Especiais: outras	R\$ 14.849.224,71	R\$ 3.729.919,29	R\$ 10.863.575,12	R\$ 8.027.664,15	R\$ 12.877.015,88	239,06%
TOTAL DE RECURSOS		R\$ 838.080.467,90	R\$ 205.828.776,18	R\$ 243.596.567,13	R\$ 305.545.314,33	R\$ 591.915.098,58	168,71%

3. CONCLUSÃO

Conclui-se, que a estrutura do Relatório de Ação Governamental – RAG do Poder Judiciário atendeu ao § 1º do art. 42 da Lei 11.955/2022 – Lei de Diretrizes Orçamentárias contendo: o desempenho dos indicadores dos programas, a previsão e a execução orçamentária do programa, a previsão e a execução física e orçamentária de cada ação que integra o programa, a análise dos resultados feita pelo Gestor do Programa, em relação aos programas não padronizados.

Além disso, identificou-se que muitos programas atingiram as metas estabelecidas, enquanto outros necessitam de melhorias na implementação, manutenção e acompanhamento dos programas, os quais foram justificados pelos responsáveis pelas ações.

O objetivo da avaliação dos programas do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso é a melhoria na execução dos programas e ações, melhoria dos controles internos dos setores responsáveis pelos programas e ações, gerando um aperfeiçoamento na gestão de programas e os respectivos recursos orçamentários para atender as demandas.

Outrossim, o Relatório de Ação Governamental do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso é um trabalho conjunto, realizado pelos gestores dos programas e ações e demais responsáveis, a Coordenadoria de Planejamento e a Coordenadoria de Auditoria

Interna, sendo objeto de contínua melhoria, buscando o atingimento das metas estabelecidas para este Poder.

Dessa forma, esta Unidade de Auditoria Interna ATESTA o conhecimento de todas das informações contidas no Relatório de Ação Governamental – RAG do exercício 2023 e conclui que o documento atendeu às disposições estabelecidas no § 1º do art. 42 da Lei n. 11.955/2022 – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

É o parecer.

Cuiabá, 14 de março de 2024.

(assinado digitalmente)

Wellington Corrêa

Coordenador da Coordenadoria de Auditoria Interna

Equipe Técnica CAud:

(assinado digitalmente)

Ana Cláudia Infantino Maciel
Auditora Interna

(assinado digitalmente)

Laís Cristine de Souza
Auditora Interna



Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi submetido para assinatura eletrônica, na plataforma de assinaturas do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

Para assegurar a autenticidade e validar as assinaturas, recomendamos o uso do aplicativo TodoJud, disponível para download em seu dispositivo móvel através da Google Play Store ou da Apple App Store.



Código verificador - AD:DA2A0000-4B40-5AA1-EACF-08DC445811D3



LAIS CRISTINE DE SOUZA
Assinado em 14/03/2024 14:53:45



**ANA CLAUDIA INFANTINO
MACIEL**
Assinado em 14/03/2024 14:53:52



WELLINGTON CORREA
Assinado em 14/03/2024 16:19:33

Encaminhamento do Ofício 365/2024-PRES - Relatório de Ação Governamental - RAG 2023**De :** Coordenadoria de Auditoria Interna <auditoria@tjmt.jus.br>

sex., 15 de mar. de 2024 11:36

Assunto : Encaminhamento do Ofício 365/2024-PRES - Relatório de Ação Governamental - RAG 2023

📎 3 anexos

Para : depeduardobotelho@al.mt.gov.br

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Por determinação da Presidência do TJMT encaminhamos o Ofício n. 365/2024-PRES acompanhado do Relatório da Ação Governamental e Parecer Técnico Conclusivo, emitido pela Unidade de Auditoria Interna do TJMT.

Aguardamos a confirmação do recebimento.

Atenciosamente

Tânia Maria Savionek
Gestor Administrativo
Coordenadoria de Auditoria Interna-TJMT



Coordenadoria de Auditoria Interna

2023 2024

Centro Político Administrativo - Rua C, s/nº
CEP 78049-926 - Cuiabá/MT

(65) 3617-3804

auditoria@tjmt.jus.br

auditoria.tjmt.jus.br

📎 **Ofício 365-2024-PRES - Presidente Assembleia Legislativa.pdf**
232 KB

📎 **RAG 2023 e Parecer 24-2024-CAud.pdf**
5 MB

